

**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:  
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA (PIBIC)**

**Ciências Humanas e Sociais e Letras**

**Volume 2**

**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA  
RUHENA KELBER ABRÃO  
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO  
VÂNIA DE PAULA NEVES  
LÚCIA MORAES E SILVA  
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA  
(ORG)**



**HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT:  
REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA (PIBIC)  
Ciências Humanas e Sociais e Letras  
Volume 2**

**THIAGO NILTON ALVES PEREIRA  
RUHENA KELBER ABRÃO  
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO  
VÂNIA DE PAULA NEVES  
LÚCIA MORAES E SILVA  
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA  
(ORG)**



**EDUFT**

*Conhecimento na palma da mão*

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA  
RUHENA KELBER ABRÃO  
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO  
VÂNIA DE PAULA NEVES  
LÚCIA MORAES E SILVA  
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS  
VOLUME 2

THIAGO NILTON ALVES PEREIRA  
RUHENA KELBER ABRÃO  
JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO  
VÂNIA DE PAULA NEVES  
LÚCIA MORAES E SILVA  
ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

1ª Edição  
Volume 2  
PALMAS  
2025



## Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

Reitor  
Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora  
Marcelo Leineker Costa

Pró-Reitor de Administração e  
Finanças (PROAD)  
Carlos Alberto Moreira de Araújo

Pró-Reitor de Avaliação e  
Planejamento  
(PROAP)  
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis  
(PROEST)  
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e  
Assuntos Comunitários (PROEX)  
Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e  
Desenvolvimento de Pessoas  
(PROGEDEP)  
Michelle Matilde Semiguen Lima  
Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)  
Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e  
Pós-Graduação (PROPESQ)  
Karylleila dos Santos Andrade

Pró-Reitor de Tecnologia e  
Comunicação (PROTIC)  
Werley Teixeira Reinaldo

Conselho Editorial  
Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Membros do Conselho por Área

*Ciências Biológicas e da Saúde*  
Ruhena Kelber Abrão Ferreira

*Ciências Humanas, Letras e Artes*  
Fernando José Ludwig

*Ciências Sociais Aplicadas*  
Ingrid Pereira de Assis

*Interdisciplinar*  
Wilson Rogério dos Santos

---

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>



<http://www.abeu.org.br>

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Capa: Ruhena Kelber Abrão

Diagramação: Valentina Rodrigues Moreno

Revisão Linguística: os autores

Revisão Técnica: Diego Ebling do Nascimento

DOI 10.20873//\_eduft\_2025\_11

Ficha catalográfica

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)**

---

I58                      Horizontes Científicos da UFT: Reflexões do XX Seminário de Iniciação Científica (PIBIC) - Ciências Humanas, sociais e letras (volume 2). / Thiago Nilton Alves Pereira. Ruhena Kelber Abrão. José de Oliveira Melo Neto. Vânia de Paula Neves. Lúcia Moraes e Silva. Ana Júlia Campos Vieira – Palmas, TO: EdUFT, 2025.  
241p.

ISBN: 978-65-5390-161-2.

1. Iniciação Científica. 2. PIBIC. 3. Universidade. 4. Ciência. 5. Educação. I. Pereira, Thiago Nilton Alves. II Abrão, Ruhena Kelber. III Neto, José de Oliveira Melo. IV Neves, Vânia de Paula Neves. V. Silva, Lúcia Moraes. IV. Vieira, Ana Júlia Campos. Título.

CDD 371.3

---

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte |**

## **Apresentação**

É com imenso entusiasmo que apresentamos esta coletânea comemorativa, criada para celebrar as duas décadas de história, impacto e realizações do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Estes livros simbolizam muito mais do que uma simples marca temporal; eles representam a consolidação de uma trajetória dedicada ao fortalecimento da pesquisa científica, da formação de talentos e do compromisso inabalável da UFT com a excelência acadêmica e a transformação social por meio do conhecimento.

Desde sua criação, o PIBIC vem desempenhando um papel central no estímulo à pesquisa científica e na formação de novas gerações de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Ao longo desses 20 anos, o Programa proporcionou a centenas de estudantes a oportunidade de vivenciar de perto a ciência em sua essência, despertando a curiosidade investigativa, incentivando o pensamento crítico e promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades profícuas ao enfrentamento dos desafios acadêmicos e profissionais.

As contribuições do PIBIC para a sociedade vão além das publicações científicas, dos projetos inovadores e das apresentações em eventos acadêmicos. Elas se traduzem em impactos reais na qualidade de vida da população, no fortalecimento das políticas públicas e no desenvolvimento sustentável da região, principalmente em um território como o estado do Tocantins. Por meio de suas pesquisas, os estudantes e orientadores associados ao Programa não apenas geraram conhecimento, mas também construíram elos entre a



Universidade e a Sociedade, reafirmando o papel indubitável da ciência como vetor de transformação.

Esta coletânea de livros, é, portanto, uma homenagem a todos aqueles que contribuíram para a construção dessa história de sucesso na Universidade Federal do Tocantins: os professores orientadores, que, com dedicação e expertise, guiaram jovens pesquisadores em seus primeiros passos no universo científico; os estudantes, que, movidos pela curiosidade e determinação, desafiaram os limites do conhecimento; os gestores, que acreditaram na relevância do programa e garantiram seu fortalecimento ao longo dessas duas décadas; e as instituições parceiras, cujo apoio sempre foram fundamentais para a concretização de inúmeras iniciativas.

Ademais, o registro de momentos marcantes, os desafios superados e as conquistas alcançadas, esta obra pretende ser uma fonte de inspiração para as gerações futuras. O PIBIC/UFT não é apenas um Programa Acadêmico; é uma demonstração viva de como a ciência pode mudar vidas e transformar realidades.

Assim, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade desse legado e com a ampliação das oportunidades de formação científica para os jovens pesquisadores. Esperamos que as histórias contadas e os resultados registrados sirvam como um convite para a reflexão e o engajamento, mostrando que investir em ciência e educação é, sem dúvidas, investir em um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

Parabenizamos a Universidade Federal do Tocantins, o Programa Institucional de Iniciação Científica e todas (os) os envolvidos ao longo desses 20 anos. Que esta obra celebre as conquistas do passado,

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

inspire as ações do presente e oriente as ações futuras. Viva a ciência,  
viva o conhecimento, viva o PIBIC/UFT!

Prof. Dr. Thiago Nilton Alves Pereira

Prof. Dr. José de Oliveira Melo Neto

## Prefácio

<sup>1</sup>Rafael Tubone Magdaleno

Prefaciara uma coletânea de escritos diversos e qualificados, produzidos no âmbito de uma política exitosa de estímulo à iniciação científica, é um motivo de grande orgulho. Essa iniciativa reflete o esforço contínuo de nossa Universidade e de sua Pró-Reitoria de Pesquisa em promover a iniciação à pesquisa, enfrentando os desafios que historicamente limitam o progresso da ciência em nosso país.

Embora a iniciação científica no Brasil remonta a 1950 <sup>2</sup>, foi somente em 1993, com a criação do PIBIC, que a atividade passou a ser normatizada de maneira estruturada. Essa formalização não apenas consolidou a prática, mas também delineou importantes razões para seu estímulo nas graduações. Entre os objetivos estabelecidos, destacam-se “a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico; b) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa”, dentre outras <sup>3</sup>.

A iniciação científica presta-se ao desenvolvimento da autonomia científica, intelectual e cidadã dos discentes, que poderão dedicar-se de forma orientada a uma pesquisa de caráter proteico, transdisciplinar (se for o caso), e voltada para problemas que julga relevantes e/ou interessantes. Essa atividade gera inúmeros benefícios aos estudantes, tais quais, uma efetiva participação dos estudantes no



processo pedagógico, deixando de ser apenas objetos do ensino, para tornarem-se sujeitos do conhecimento; uma efetiva participação dos estudantes com a ponta da pesquisa no campo de conhecimento a que se dedica; e também uma maior e melhor compreensão do seu mundo.

Na medida em que pesquisa, o estudante aprende. A aprendizagem, afirma Jorge Larrosa, não é um processo puramente racional, ela deve mobilizar afetos e produzir experiências. E é mais fácil produzir afetos e experiências a partir de temas, conceitos e saberes valorizados pela curiosidade estudantil em suas particularidades.

A iniciação científica é uma política exitosa pois produz inclusão, desenvolvimento intelectual discente e, por vias difusas, uma implementação dos saberes produzidos na comunidade.

Há mais, no entanto.

Eu pude participar como membro avaliador dos trabalhos de iniciação científica no XX Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, especificamente dos trabalhos apresentados no Campus de Porto Nacional. E, confesso, fui tomado pelo assombro dada a qualidade dos trabalhos apresentados.

É de conhecimento geral que a palavra assombro/espanto, em grego τὸ θαυμάζειν<sup>4</sup>, é utilizada por Aristóteles para indicar a inclinação humana para a filosofia como amor do saber. Pois foi inclinado para a busca pelo saber que saí das apresentações às quais presenciei.

Fiquei espantado pela qualidade dos trabalhos apresentados, que percorriam uma ampla gama de temáticas, desde análises geopolíticas do espaço americano, passando por pesquisas acerca da importância do letramento científico e literário, da geografia da saúde e

epidemiologia no mapeamento das doenças municipais, alcançando o mapeamento da relação entre desmatamento na amazônia legal e conflitos sociais.

O espanto foi tanto que, dias depois, encontrei-me pesquisando sobre os assuntos expostos pelos estudantes. Tão convincentes ao demonstrar a importância de suas pesquisas e a relevância do assunto, escancararam o alçapão de minha ignorância.

Há maneira melhor de estimular a curiosidade do que apontar o não-saber daquilo que se poderia/deveria saber? Em meu juízo, não há.

Por essa razão, recomendo com entusiasmo a leitura dos trabalhos aqui apresentados. Permitam-se, como eu, abrir os 'alçapões', de suas próprias ignorâncias, pois é nessa abertura que se revela o papel fundamental da transmissão de saberes universitários.

Tal prática deve unir o acúmulo de conhecimentos tradicionais, como propõe Michael Oakeshott, à postura crítica e transformadora ensinada por Paulo Freire e Bell Hooks. É assim que formamos uma educação verdadeiramente erudita, expansionista e emancipatória.

## Referências

- 1) Professor-Adjunto do colegiado de Direito da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito (PUC-SP) e Filosofia (USP).
- 2) Como exposto por BIANCHETTI; OLIVEIRA; DA SILVA; TURNES (2012, p. 571)

3) PINHO, 2017, p. 661.

4) Uma versão bilingue português-francês pode ser encontrada em: <https://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/metaphysique1.htm>. A citação aristotélica é “διὰ γὰρ τὸ θαυμάζειν οἱ ἄνθρωποι καὶ νῦν καὶ τὸ πρῶτον ἤρξαντο φιλοσοφεῖν” que, em tradução livre, “pois, (é) devido ao espanto/assombro, (que) os homens começaram a filosofar, tanto no começo, quanto agora”. O tema do assombro também é encontrável no Teeteto de Platão.

BIANCHETTI, L., OLIVEIRA, A. de, SILVA, E. L. da, & TURNES, L. (2012). A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens pesquisadores. *Educação*, 37(3), 569–584. <https://doi.org/10.5902/198464445012>

LARROSA, Jorge. Tremores: Escritos sobre a experiência. São Paulo: Autêntica, 2014.

PINHO, M. J. de (2017). Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 22(3), 658–675. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005>

MASSI, L., & QUEIROZ, S. L.. (2010). Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. *Cadernos De Pesquisa*, 40(139), 173–197. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100009>



## SUMÁRIO

Capítulo 1	17
AMERICAN WAY OF LIFE: O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DO SOFT POWER ESTADUNIDENSE	
Marcos Vítor de Brito Ferreira	
Fernando Furquim de Camargo	
Capítulo 2	35
OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: UM PANORAMA BIBLIOGRÁFICO DA LUTA PELA TERRA NA ÚLTIMA DÉCADA (2012-2022)	
Emilly Fernandes Otoni	
Fabiana Scoleso	
Capítulo 3	56
Um panorama da crise: Comparação entre Brasil e Argentina de acordo com os Relatórios Econômicos da CEPAL (2007-2011)	
Télwila Vitória Caraíba da Paixão	
Fernando Furquim de Camargo	
Capítulo 4	66
As políticas de inclusão dos governos Lula para a educação da população negra no Brasil (2003-2010)	
Ana Clara dos Santos Macedo	
Fabiana Scoleso	
Capítulo 5	87
LAND GRABBING E FINANCEIRIZAÇÃO: POSSE DE TERRAS BRASILEIRAS PELO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL (2016-2022)	
Luna Emanuela Monteles Silva	
Fabiana Scoleso	
Capítulo 6	102
A INFLUÊNCIA DOS EUA NA POLÍTICA DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA, ATRAVÉS DO PLANO COLÔMBIA	
Ramon Pereira Lima	
Dr Italo Beltrão Sposito	
Capítulo 7	125
POLÍTICA INTERNACIONAL E AJUDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA	
Cilze Klauren Souza Nascimento	
Italo Beltrão Sposito	

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Capítulo 8	147
Mapeamento da Doença de Chagas e Leishmaniose Áreas Urbanas de Porto Nacional. Jhonata da Silva Pereira Atamis Antonio Foschiera	
Capítulo 9	161
A BOTÂNICA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA ATUALIDADE: UM ESTUDO DA DISCIPLINA ESCOLAR BIOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS Salete Aires Ribeiro Thalita Quatrocchio Liporini	
Capítulo 10	189
A ZOOLOGIA NA BNCC E NO DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA DISCIPLINA ESCOLAR BIOLOGIA Luana Cristina dos Santos Rodrigues Thalita Quatrocchio Liporini	
Capítulo 11	209
ARQUIVAR E REINVENTAR A VIDA: DIÁRIOS E CARTAS EM CAROLINA MARIA DE JESUS E FRANÇOISE EGA Amanda Durão de Souza Viviane Cristina Oliveira	
Capítulo 12	223
GEOTECNOLOGIAS APLICADAS NA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMIGA: IPUEIRÁS, SANTA ROSA DO TOCANTINS, SILVANÓPOLIS, PINDORAMA DO TOCANTINS - TO Pedro Matheus Rodrigues Soares Mendes Sandro Sidnei Vargas de Cristo Sobre os organizadores	
	240

## Capítulo 1

# AMERICAN WAY OF LIFE: O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DO SOFT POWER ESTADUNIDENSE

Marcos Vítor de Brito Ferreira <sup>1</sup>  
Fernando Furquim de Camargo <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo explora como os Estados Unidos utilizam do *soft power*, enquanto ferramenta de poder, para expandir seu modo de vida e suas ideologias ao redor do mundo através do cinema. Para isso, utiliza-se do que o autor Joseph Nye teoriza sobre o poder branco, de modo a aplicá-lo no contexto estadunidense durante a Guerra Fria, em especial na década de 1950, época entendida como apogeu do macartismo e intensa rivalidade com a União Soviética. Para analisar essas questões, foi tomado o filme de 1952, *My Son John*, entendendo-o como um longa em que se evidenciou de modo claro a realidade norte-americana no período do *red scare*. A pesquisa destaca o papel de importância do *soft power*, entendendo o cinema como um artifício que transcende o simples entretenimento, de modo a entendê-lo como ferramenta para a projeção de poder que pode ser utilizada por um Estado para dominar culturalmente outros Estados no contexto internacional.

**Palavras-chave:** Cinema, *Soft Power*, Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais, Pibic/FAPT, Universidade Federal do Tocantins, marcos.vitor@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup> Doutor em História Econômica, Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, fernandofcamargo@mail.uft.edu.br.



## INTRODUÇÃO

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os Estados Unidos da América passaram a ser a maior superpotência do planeta, ultrapassando limites geográficos, econômicos e bélicos que anteriormente se mostravam como empecilhos para o desenvolvimento de um poder tão destacável. Desde então, a nação desenvolveu meios, diretos e indiretos, para que pudesse projetar seu poder em diferentes escalas e momentos. De acordo com a necessidade que cada período e local apresentava, maneiras mais sutis, utilizando-se do *soft power* para projetar suas estruturas de poder sobre outros Estados, ou maneiras mais beligerantes, utilizando do *hard power* para o mesmo fim, foram utilizadas pelos norte-americanos com a finalidade de impor seus interesses globalmente.

Diante disso, o presente artigo pretende analisar como o *soft power* é utilizado para a imposição da cultura de um Estado sobre outros, de modo a ter como categoria de análise a produção cinematográfica dos Estados Unidos e seu uso em política externa na busca por transmitir sua cultura e suas ideologias internacionalmente. Ainda, busca-se analisar o cinema entendendo-o como instrumento de projeção de poder e como ele pode ser utilizado por um Estado para dominar culturalmente outros, fazendo, assim, uma análise sobre os contextos históricos e sociais que filmes foram produzidos e como eles exprimem as realidades das sociedades de suas épocas.

Para alcançar esses objetivos, será apresentado, primeiramente, uma abordagem teórica a partir do que o autor estadunidense Joseph Nye escreve a respeito do *soft power*, identificando o conceito como basal para a realização da pesquisa. Ademais, é feita uma contextualização histórica sobre Estados Unidos, dando ênfase para o período que permeia a Guerra Fria, mais especificamente entre as décadas de 1940 e 1960, a fim de entender como os eventos ocorridos

nesse intervalo de tempo influenciaram a produção cinematográfica do período. Por fim, é feita uma análise fílmica com a finalidade utilizar o referencial teórico e histórico para comprovar a tese de que uma produção cinematográfica pode ser utilizada para que haja a propagação cultural e ideológica dos interesses de um Estado sobre outros.

Tendo em vista o apresentado, a relevância da presente iniciação científica para as Relações Internacionais justifica-se na necessidade de se entender como é o funcionamento das dinâmicas de poder, seja ele *hard power* ou *soft power*, em uma escala internacional. Destarte, o poder se mostra como um elemento basilar para compreender o mundo contemporâneo, dessa forma, as contribuições de Nye no que tange ao tema evidenciam as mudanças que perpassaram a história e mostraram como o uso do poder se reinventou para que alcançar as demandas dos Estados, nessa concepção, o *soft power*, e a maneira pelo qual age, se tornou uma ferramenta mais eficiente.

## MÉTODO E MATERIAIS

Para a realização da pesquisa, no que tange a teorias e relatos históricos, utilizou-se de capítulos de livros, resenhas e artigos publicados em periódicos, tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa, em temas que se relacionavam direta ou indiretamente com a problemática apresentada, de modo a fazer uma análise aprofundada do tema. Por conta disso, a pesquisa é definida como de caráter exploratório-explicativa, de modo que buscou trazer perspectivas históricas e geopolíticas para a realização da investigação, e de método qualitativo, o qual se mostrou eficiente para a avaliação dos fenômenos apresentados.

Para a parte final do estudo o método selecionado foi o de análise fílmica, o qual é visto como norteador da pesquisa, isso dado ao fato de que, como já evidenciado, propõem-se analisar como o *soft power* foi construído pelos Estados Unidos no decorrer de sua história para a expansão de sua hegemonia. Levando em consideração o exposto, toma-se o século XX como período histórico para análise, em especial a década de 1950, mas elencando momentos anteriores e posteriores, no que tange a produção cinematográfica norte-americana e seu contexto histórico, à medida que se viu necessário.

Para ser realizada a análise, foram utilizados os conceitos de *soft power* apresentados no decorrer do artigo, aplicando ao filme selecionado, o qual foi o filme estadunidense de 1952 *My Son John*. Durante os meses de estudo e pesquisa, foram assistidos cerca de 13 filmes, entre eles pode-se evidenciar os longas *Dogville* (2003) e *Rambo: First Blood* (1982), os quais possuem críticas pertinente a serem analisadas, mas que não cabiam na proposta do trabalho. Ademais, foram lidas críticas sobre o filmes, a fim de ter ciência da leitura do filmes feita por outras pessoas e trazer a tona detalhes talvez antes não percebidos pelo autor.

## DADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Nye (2008), poder (*power*) é a habilidade de afetar outros para obter o resultado desejado. O conceito, para as Relações Internacionais, enquanto disciplina, pode ser expandido para a habilidade de um Estados de mudar o comportamento de outro (NYE, 1990) de

modo que o poder pode ser entendido a partir de duas perspectivas, sendo elas: poder brando (*soft power*) e poder duro (*hard power*), cada uma caracteriza-se como um âmbito em que o poder pode se manifestar para os interesses de alguma nação sobre outra. Quando surge a necessidade de serem utilizados juntos, Nye (2008) chama essa estratégia de poder inteligente (*smart power*).

O autor conceitua o *soft power* (poder brando) como sendo a habilidade de moldar as preferências de outros com o uso de recursos intangíveis, como com uma personalidade atraente, cultura, valores e instituições e autoridade moral, comumente relacionada a influência e persuasão, mas se tratando, também, da habilidade de seduzir e atrair (NYE, 2008). Em outras palavras, o *soft power* se trata da capacidade de um Estado de exercer seu poder sobre outros Estados através da expansão de sua cultura, entre outros elementos, sem que haja uma coerção direta, de maneira que a dominação ocorre sutilmente e multilateralmente. Dessa forma, elementos da cultura popular, como filmes, seriados e músicas, são utilizados por Estados como forma de espalhar suas culturas em outros Estados, implantando ideias e divulgando ideologias que se espalham nas mais variadas partes do planeta.

Entendendo o poder como um conceito basal para analisar como funcionam as relações internacionais, nota-se que atualmente o poder duro se torna um instrumento de dominação menos eficiente. Em um cenário global marcado pela interdependência, o *hard power* pode acarretar em consequências adversas significativas para um Estado, sofrendo sanções, por exemplo, além de se tratar de ações com um custo muitas vezes significativamente alto. Dessa forma, a natureza do uso do poder na política internacional se reinventa para novas formas que, por vezes, se mostram mais eficientes do que as anteriores. Sobre isso, Nye escreve:

A natureza mutável da política internacional também tornou as formas intangíveis <sup>3</sup> de poder mais importantes. Coerção nacional, cultura universalista, e instituições internacionais estão assumindo uma importância adicional. O poder está passando dos “ricos em capital” para os “ricos em informação” (NYE, 1990, p. 164, tradução nossa)

A partir da citação de Nye, conclui-se que o poder, na contemporaneidade, ultrapassa os limites da força coercitiva e adquire uma nova roupagem que não se limita ao bélico e em ações impositivas, mas que se refere ao uso da informação e como ela é passada por um Estado para conseguir o que deseja de outros.

Nye (2008), em seus textos sobre *soft power* evidencia que

Na política internacional, os recursos que produzem *soft power* surgem em grande parte a partir dos valores que uma organização ou país expressa na sua cultura, nos exemplos que dá em suas práticas e políticas internas, e na maneira em que lida com suas relações com outros (NYE, 2008, p. 95, tradução nossa).

Tendo em vista o autor diz sobre o *soft power*, é possível elencar que a cultura popular (*pop*) se torna um instrumento eficiente para a propagação desse poder por um Estado capaz de reconhecer a importância e o potencial da influência cultural que possui. Assim, elementos, como música e cinema, têm a capacidade de se propagar em espaços multilateralmente, atingindo os mais diversos públicos nas mais variadas partes do mundo e com múltiplas informações simultâneas e instantâneas.

Porém, para se tornar eficiente em seu uso na política internacional, o material em questão que irá ser transmitido, enquanto instrumento de *soft power*, deve ser, de modo geral, atrativo para que

possa atingir seus objetivos e seu público alvo. Nessa perspectiva, os Estados Unidos, cientes do poder de influência que a expansão de sua cultura apresentaria para sua projeção de poder em uma escala internacional, passaram a utilizar esses recursos, especialmente a partir da Guerra Fria.

Sobre isso, Veldrine e Moise (2001, p. 3 *apud* NYE, 2008, p. 95-96) descrevem que “[...] americanos são poderosos porque podem “inspirar os sonhos e desejos dos outros, graças ao domínio das imagens globais por meio do cinema e da televisão [...]”. A partir desse entendimento, pode-se afirmar que, com o passar das décadas, os Estados Unidos foram capazes de remodelar, utilizando o cinema, entre outros artifícios, como catalisadores para expansão de sua influência.

#### ESTADOS UNIDOS: DO *AMERICAN DREAM* AO MACARTISMO.

Já nos primeiros anos do século XX os Estados Unidos se mostravam como um chamariz para pessoas de parte do mundo, em especial europeus, que buscavam por uma nova vida em um novo lugar. A *America* era vista como uma nova terra, com novas possibilidades e que garantiria um novo estilo de vida que o velho mundo não era capaz de oferecer aos seus cidadãos. Tal fato acarretou em um êxodo de milhões de imigrantes para o que seria uma nova “terra prometida” para aqueles que se dispusessem a abandonar tudo em busca de viver o sonho americano (KENNEDY, 2015).

Com o tempo, esse ideal tornou-se cada vez mais difundido, tanto em contextos domésticos quanto internacionais, de modo que reformulou-se mediante a realidade de cada época a fim de subverter ameaças a esse estilo de vida que cada período poderia apresentar, mas mantendo sempre seus valores de vida, liberdade e busca da felicidade (KENNEDY, 1999).

O *American Dream*, como o nome já evidencia, se trata de um ideal de vida oriundo da Declaração de Independência dos Estados Unidos <sup>4</sup>, mas que já era idealizada antes disso, desde os primeiros colonizadores na nação. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo autor James Truslow Adams, em 1931, o que foi descrito como:

O sonho americano é aquele sonho de uma terra na qual a vida deve ser mais rica e plena para todos, com oportunidades para cada um, de acordo com suas capacidades e feitos. [...] um sonho de ordem social na qual cada homem e cada mulher pode ser apto a obter o mais pleno posto do qual é inerentemente capaz e a ser reconhecido pelos demais pelos que são, independentemente de circunstâncias fortuitas de nascimento ou posição (ADAMS, 1931).

Nessa perspectiva, desenvolve-se ideias que, em poucos séculos, se espalham pelo mundo de que os Estados Unidos, de alguma forma, seria uma sociedade excepcional.

Em que as condições de vida seriam, sobretudo, melhores e, por conseguinte, mais desejada pelas pessoas ao redor do mundo, como evidência Lukács (2004):

Até meados do século XX, as condições materiais da vida norte-americana- vastos recursos, muitas terras vazias, dependência mínima do comércio exterior, prodigiosa produção em massa aliada ao prodigioso consumo em massa, os altos salários e uma sólida e muito prestigiada moeda- era inimitável. [...] Mais importante, o prestígio desse sistema levou a sua imitação (LUKÁCS, 2004, p. 108).

Décadas se passaram e esse ideal estadunidense de vida ganhou novos formatos, a fim de se adaptar a cada momento em que se encontrava. Desse modo, surge, no início do século XX, o *American way of life*, expressão essa que ganha força a partir da Guerra Fria. O conceito se refere a uma forma de vida que vai de acordo com uma



maneira “ideal” de viver, a qual só seria vivenciada pela população dos Estados Unidos. Isso mudaria a forma dos hábitos de consumo, a estética, entre outros aspectos, acarretando na criação de uma ideia de felicidade e estabilidade que somente o modo de vida capitalista estadunidense geraria, com uma família estruturada, bens materiais, a liberdade, a fé cristã, o consumismo e o anticomunismo.

Tais valores estavam presentes na imagem que os Estados Unidos mostravam para o resto do mundo, de modo que passaram a exercer sua influência em uma escala cada vez maior, principalmente no ocidente. O que acarretou, naquele momento, em uma fascínio com o que acontecia no país, de maneira que tudo parecia ser melhor. Nota-se, assim, que os Estados Unidos souberam utilizar desses artifícios para impulsionar sua política externa, de sorte que todo o mundo tinha conhecimento de como seria esse ideal de vida norte-americano, e, ainda, desejassem-o.

Com o aumento do poder estadunidense, em detrimento do colapso europeu ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, e o início da Guerra Fria, o país tornou-se uma potência hegemônica, instaurando um período denominado de *Pax Americana*. Com isso, passam a ajudar economicamente os países do velho mundo que se encontravam quebrados por conta do conflito, o que ficou conhecido como Plano Marshall. O autor Bruce Cumings, sobre esse período descreve que:

“A *Pax Americana* que emergiu após a Segunda Guerra foi construída não apenas sobre a dominância militar estadunidense, mas na cuidadosa construção de instituições políticas e econômicas moldadas para garantir a longo prazo a instabilidade e integração da Europa Ocidental e Japão sob uma ordem mundial liderada pelos estadunidenses (CUMINGS, 1980, tradução nossa)”.

Durante a Guerra Fria, organizou-se, nos Estados Unidos, um movimento político contra os ideais socialistas soviéticos e sua tentativa de espalhar-se pelo mundo. Assim, criam-se narrativas que demonizam o socialismo e o comunismo em todo ocidente, com pautas exageradas e irreais. Como Valim (2006) evidencia: “Entre 1945 e 1954, diversas manifestações políticas, religiosas, econômicas e culturais foram fomentadas pela disseminação do anticomunismo [...]”.

Considerando o panorama mundial que existia naquele momento, desenvolveram-se, nos Estados Unidos, políticas que tinham o intuito, como já evidenciado, de barrar o avanço do comunismo no mundo, podendo-se destacar, por exemplo, a Doutrina Truman <sup>5</sup>.

Paralelamente, no leste europeu e no continente asiático, evidenciava-se um avanço de regimes socialistas e comunistas, apoiados pela União Soviética, o que colaborou para que se desenvolvesse uma conspiração comunista mundial, causando um apavoro ao governo norte-americano (ZINN, 2015; FRIED, 1997).

Esse medo da “eminente” ameaça vermelha, o que ficou conhecido como *red scare*, acarretou em um ambiente de paranóia dentro dos Estados Unidos, nesse momento a figura de Joseph McCarthy entra em destaque pelas suas ações anticomunistas e pelo *McCarthyism* (ou Macartismo). A definição desse termo, de acordo com o *Webster's Third International Dictionary* (1961, *apud* FRIED, 1997) é descrita como

[Uma] atitude política de meados do século XX, estreitamente aliada ao ‘know-nothingism’ e caracterizada principalmente pela oposição de elementos considerados subversivos e pelo uso de táticas envolvendo ataques pessoais a indivíduos por meio de alegações indiscriminadas amplamente publicadas, especialmente baseadas em acusações não comprovadas (tradução nossa).

Com o *red scare*, impulsionado pelo *McCarthyism*, inicia-se uma “caça às bruxas” no país. Assim, foi criado, em 1938, o Comitê de Atividades Anti-Americanas (em inglês, *House of Un-American Committee*, ou *HUAC*) a fim de investigar atividades rebeldes e desleais por parte dos cidadãos, funcionários públicos e organizações suspeitas de ter laços com comunistas. O comitê, dentro da Câmara de Representantes norte-americana, surge como um impulsionador do fenômeno da caça por comunistas em todo o país, visto que eles eram entendidos como anti-patriotas e inimigos da nação. Sobre isso Karnal *et al.* (2007) destaca que:

A histeria contra o comunismo foi replicada em casa com a nova “caça aos vermelhos” dos anos 1950. Conhecida popularmente com macartismo, a campanha contra a subversão em todos os aspectos da vida americana foi muito mais abrangente do que a carreira bizarra do senador anticomunista, Joseph McCarthy. As investigações publicadas contra a suposta subversão de intelectuais, artistas e funcionários do governo federal, que resultaram em inúmeras demissões, centenas de sentenças de prisão e algumas execuções (...) tornaram McCarthy o rosto público do anticomunismo. (KARNAL *et al.*, 2007, p. 230)

#### A IDEOLOGIA E O USO *SOFT POWER* A PARTIR DE *MY SON JOHN*

A sétima arte estadunidense, como já evidenciado no decorrer deste trabalho, é um instrumento eficaz para a propagação da ideologia do país. Desse modo, no decorrer da história, é notável que o cinema foi utilizado como ferramenta para esse intuito, de maneira que o governo norte-americano, por meio da *Motion Picture Association of America* (MPAA), regulava o modo como os filmes poderiam ser produzidos, restringindo ideias e cenas que eram vista como ameaça ao estilo de vida local. A exemplo desse fato, pode ser citado o

documento “*A Code to govern the making of motion pictures*”<sup>6</sup> que entrou em vigência em 1930, produzido pela MPAA, nele é definido o que não se poderia ser apresentado nos filmes do país<sup>7</sup>.

Tendo em vista o histórico apresentado a respeito dos Estados Unidos, o filme ‘*My Son John*’ (1952) foi selecionado como categoria de análise, de modo que, no longa, pode ser encontrado nuances apresentadas no decorrer do trabalho. Pode-se observar, por exemplo, a presença do ideal do *American way of life* - o que inclui uma família estruturada, patriotismo exacerbado, religião como guia de vida, entre outras questões; além de elementos que remetem à Guerra Fria e o mundo bipolar característico da década em que o filme foi produzido.

O diretor do filme, Leo McCarey (1898-1969), foi um renomado diretor e roteirista da era de ouro do cinema estadunidense já tendo produzidos sucessos como *O Diabo a Quatro* (1933) e *A Cruz dos Anjos* (1937), no momento em que *My Son John* foi produzido, ele já se encontrava nos últimos anos de sua carreira.

No longa, é mostrado um drama familiar em que é explorado temas políticos e ideológicos durante a Guerra Fria, tendo o núcleo familiar como ponto de partida para os acontecimentos apresentados. Ainda, pode ser notado elementos particulares da visão do diretor sobre o que estava acontecendo no mundo naquele momento, de modo a ter elementos diretos sobre o macartismo, por exemplo, evidenciando suas preocupações diretas sobre a situação dos Estados Unidos na época.

O filme remonta características básicas sobre o *American way of life*, apresentando uma família estruturada, tendo um pai trabalhador, uma mãe dona de casa e seus filhos; mostra o patriotismo em suas diversas nuances, que podem ser vista em múltiplos momentos do filme, podendo-se destacar o momento em que os irmãos mais novos

de John vão à guerra e quando o pai da família cantarola sobre gostar da nação de modo quase ufanista. Ainda, pode ser notado essas características na relação que a família possui com a religião católica, a qual reflete as crenças do diretor, que é seguida pelos pais da família quase cegamente.

São traçados supostos paradoxos entre a boa vida e ideologia estadunidense e o comunismo, que é lido no decorrer do longa como sendo um destruidor de vidas e lares, oposto aos ideais estadunidenses de patriotismo e liberdade. Desse modo, o filme trata do comunismo como sendo uma infecção que se espalharia entre os jovens e corromperia-os e instigaria-os a traição dos ideais dos Estados Unidos, recebendo o aval de punição pela família retratada no filme. Observa-se, assim, que no filme, John, o qual é retratado como um traidor da pátria por ser comunista, desfaz o ideal da família estruturada e, por sua preferência ideológica, se torna como a desgraça, forçando-o a fugir, o que acarreta em sua morte prematura, apesar de receber uma certa redenção no fim do longa.

Ao analisar *My Son John*, evidencia-se como o cinema pode ser utilizado como uma plataforma de propagação de uma ideologia e, por conseguinte, de *soft power*. Apesar do filme não ter tido um alcance global tão destacável quanto outros longas contemporâneos, é apresentado de um modo escancarado como o macartismo e, conseqüentemente, o anticomunismo, afetou a vida dos cidadãos estadunidenses do período, refletindo a situação política vivida nos EUA na época. O modo escolhido pelo diretor para mostrar sua visão a respeito do tema é claro e objetivo: o comunismo é uma ameaça para o estilo de vida americano, portanto deve ser combatido a todo custo, mesmo que isso resulte em perdas.

Por fim, o filme se passa em dois cenários principais, a cidade de Manassas, estado da Virginia, e Washington D.C., sendo contemporâneo

à época em que foi produzido. A produção tem o total de 122 minutos de duração e é protagonizado por Helen Hayes (no papel da mãe, Lucille Jefferson) e Robert Walker (como John Jefferson), sendo produzido pela Paramount Pictures em parceria com a A Rainbow Production. Ademais, o filme possui uma trilha sonora mais amena, tendo um foco maior os diálogos, e é totalmente em preto e branco, característica do cinema do período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado evidenciou como o cinema pode ser utilizado como uma ferramenta útil no que diz respeito a propagação de ideologias, isso por conta de sua ampla e fácil propagação, de modo que transmite múltiplas ideias de modo rápido e eficiente. Nessa perspectiva, utilizou-se as ideias desenvolvidas pelo cientista político estadunidense Joseph Nye para se entender como ocorre esse processo, utilizando como referencial teórico o que o autor chama de *soft power*, e suas instâncias no quesito poder.

A partir desse entendimento, buscou-se trazer à tona o modo como os Estados Unidos utilizam desse *soft power* para a propagação de seu ideal de vida, assim como suas ideologias como um todo. Para isso, analisou-se a história moderna do país a fim de entender os motivos pelos quais a nação buscou se tornar mais poderosa e atrativa para o resto do mundo, buscando evidenciar momentos na história, a partir do século XX, que comprovam o que foi teorizado. Assim, foi tomado o período da Guerra Fria, em especial a década de 1950, como plano de fundo para a contemplação da análise realizada.

Por meio de uma análise aprofundada do longa metragem estadunidense *My Son John*, onde se pode perceber as questões

históricas e sociais apresentadas durante o artigo, pôs-se a luz o que Nye apresenta como *soft power*. O filme apresentou uma perspectiva sobre o macartismo, o *red scare*, o *american way of life*, a ideologia estadunidense e a Guerra Fria de modo claro, evidenciando o que era tido como hipótese: os Estados Unidos utilizam do cinema como ferramenta de *soft power* para que haja a propagação de seus ideais de vida ao redor do mundo. Conclui-se, assim, que os objetivos propostos para a realização da pesquisa foram discutidos e, assim, alcançados.

Portanto, a pesquisa destaca a importância de entender como o *soft power* opera através dos meios culturais e como o cinema pode ser uma ferramenta de poder num contexto internacional. A análise de *My Son John* evidencia como produções cinematográficas transcendem o que é visto somente como entretenimento, mas, discretamente, torna-se uma ferramenta para a construção e manutenção do poder de um Estado.

## REFERÊNCIAS

<sup>3</sup> O autor entende as formas intangíveis de poder como sendo as ações que um Estado pode fazer como instrumento de *soft power*, como o uso da influência. Assim, pode-se entender as formas tangíveis de poder sendo os instrumentos de *hard power*, como a coerção, por exemplo.

<sup>4</sup> O trecho referido em questão é: “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo



## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade (A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1776)".

5 A Doutrina Truman foi uma política de contenção de comunismo desenvolvida pelo presidente norte-americano Harry S. Truman, a qual foi basilar para a política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Ela dizia que os Estados Unidos deveriam apoiar todos os povos livres que resistissem à subjugação de minorias armadas ou pressões externas (GADDIS, 1987), ia muito além das fronteiras estadunidenses.

<sup>6</sup> Em português, "Um código para regulamentar a produção cinematográfica".

<sup>7</sup> O documento restringe em filmes crimes contra a lei (como assassinato e tráfico de drogas), cenas de cunho sexual, vulgaridades, obscenidades, profanidades (o que inclui o uso de palavrões e desrespeito a religiões), alguns tipos de fantasias e danças, entre outras categorias.

**DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA dos Estados Unidos.** Washington, D.C., 4 jul. 1776. Disponível em: [https://www.archives.gov/exhibits/american\\_originals/declaratio.html](https://www.archives.gov/exhibits/american_originals/declaratio.html). Acesso em: 20/06/2024.

ADAMS, James Truslow. *The Epic of America*. Boston: Little, Brown, and Company, 1931

CUMINGS, Bruce. *The Origins of the Cold War: History, Ideology, and Statesmen*. New York: Columbia University Press, 1980.

Fried, Albert. "McCarthyism, The Great American Red Score: A Documentary History." Nova York: Oxford University Press, 1997.

HASS, Elizabeth; CHRISTENSEN, Terry; HASS, Peter J. **Projecting Politics: Political Messages in American Films**. 2. ed, Nova York: Routledge, 2015.

KARNAL, Leandro, *et al.* **HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS: das origens ao século XXI**. Editora Contexto: São Paulo, 2007.

KENNEDY, David M.; COHEN, Lizabeth; BAILEY, Thomas A. **The American Pageant: A History of the Republic**. 17. ed. Boston: Cengage Learning, 2015.

KENNEDY, David M. **Freedom from Fear: The American People in Depression and War, 1929-1945**. New York: Oxford University Press, 1999.

LUKACS, John. **Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2004.

NATIONAL ARCHIVES. House Un-American Activities Committee. Disponível em:

<<https://www.trumanlibrary.gov/education/presidential-inquiries/house-un-american-activities-committee>>. Acesso em: 31/03/2024

NYE, Joseph S. **Public Diplomacy and Soft Power**. Philadelphia: American Academy of Political and Social Science, 2008.

NYE, Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, Washington D.C, v. 80, n. 153, p. 153-171, outono 1990.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)**. Lisboa: VI Congresso SOPCOM, 2009

VALIM, Alexandre B. **IMAGENS VIGIADAS: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO CINEMA NO**

ALVORECER DA GUERRA FRIA, 1945-1954. Maringá: Revista Diálogos, vol. 10, núm. 1, 2006, p. 197-200.

ZINN, Howard. *A People's History of the United States: 1492-Present*. Nova York: Harper Perennial, 2015.

#### FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPT) - Governo do Tocantins.

## Capítulo 2

# OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: UM PANORAMA BIBLIOGRÁFICO DA LUTA PELA TERRA NA ÚLTIMA DÉCADA (2012-2022)

Emilly Fernandes Otoni <sup>1</sup>  
Fabiana Scoleso <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo retratar a ocorrência dos conflitos socioterritoriais na Amazônia Legal e a luta pela terra na última década (2012-2022), e como esse cenário de violência se configura como fruto da exacerbação de processos destrutivos da terra ditados pelo capital transnacional. O território que compõe a Amazônia Legal é entendido nesta pesquisa como Espaço Global (EG), no qual, suas fronteiras estão fundamentadas principalmente pela territorialização das atividades agrícolas e neoextrativistas. Para legitimar os projetos de desenvolvimento nesta região, a Amazônia tem sido pensada e tratada pelo capital transnacional como um grande “espaço vazio”. O uso dessa denominação, desconsidera a existência das comunidades tradicionais, provoca invisibilidade e aproveita disso para transformar o território em um local voltado para o processo de superacumulação do capital transnacional, transformando-o em um espaço de adversidades e antagonismos, com crescentes episódios de violência, destruição da natureza e das pessoas que ali vivem fazendo do lugar uma região de muitas contradições e espelho desta lógica destrutiva. Desta forma, precisa ser considerado como um território que desencadeia sistematicamente múltiplos conflitos socioterritoriais.

Palavras-chave: território; Amazônia Legal; Espaços Globais; conflitos socioterritoriais; transnacionalismo.

---

1 Graduanda do curso de Relações Internacionais, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, email: emilly.otoni@mail.uft.edu.br.

2 Professora do curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, e-mail: fscoleso@mail.uft.edu.br.

## INTRODUÇÃO

O território da Amazônia é dividido em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta por exclusão, pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso <sup>3</sup>.

As fronteiras que compõem o território da Amazônia Legal estão caracterizadas para além dos limites geográficos da floresta, se tratando de uma fronteira de recursos naturais que abrange diversas paisagens e habitats. A região tem sido severamente modificada e suas novas condições se materializam essencialmente sob o prisma do capitalismo transnacional, visto que, sua configuração territorial nos últimos anos têm sido articuladas por ações e políticas criadas pelo Estado brasileiro para o desenvolvimento regional.

A criação do projeto da Amazônia Legal foi planejada e executada primeiramente no governo de Getúlio Vargas. Nessa época já estavam sendo instituídas políticas de desenvolvimento regional que pretendiam estipular estratégias de ocupação territorial daquilo que chamavam de “terras vazias” e estimular o desenvolvimento deste território. Foi a partir da criação da “Marcha para o Oeste” em 1938 que se instaurou uma política expansionista e desenvolvimentista de integração regional que tinha como objetivo povoar áreas do Centro-Oeste para garantir uma soberania nacional <sup>4</sup>. O projeto tinha como intenção expandir esses espaços especialmente para os empreendimentos agropecuários por meio da posse dos territórios dos povos originários.

Em tempo, foi também instituído o Departamento Nacional de Imigração e a Divisão de Terras e Colonização <sup>5</sup> com o objetivo de lotear os “imensos vazios do oeste”. O órgão também planejava migrações internas no país voltadas para a Amazônia.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, foi dado um planejamento ainda mais específico para a Amazônia Legal. Porém,

ainda em 1953, por meio da Lei 1.806 de 06.01/1953, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), uma estrutura administrativa cujo intuito era o de planejar o desenvolvimento social e econômico para a região, determinando sua divisão territorial a partir de uma visão sociopolítica, alterando assim, os parâmetros anteriores. Em 27 de outubro de 1966, a ditadura transformou a SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para Araújo de Oliveira (2015) esse processo pretendia institucionalizar medidas de segurança para a soberania nacional e elaborando planos de valorização para a região por meio de incentivos fiscais que atraíssem novos investidores nacionais e internacionais.

Para fomentar o desenvolvimento da região foram criados, ainda durante o Governo Geisel (1974-1978), pólos de desenvolvimento, como é o caso do Polo Centro e Polamazônia, programas estes voltados para uma ideia de desenvolvimento polarizado e com uma política desenvolvida a favor do grande capital, estimulando estratégias realizadas pelas empresas agrícolas para a junção dos colonos com os pequenos produtores. A criação da AMZ-L se deu a partir da "Operação Amazônia" que tinha como propósito evidenciar as habilidades do sistema político em atingir altos níveis de desenvolvimento regional por meio de estratégias de exploração do potencial econômico da região (SANTOS, 2020).

Dessa maneira, ocupa-se o que se denominava de "espaço vazio" e para isso adota políticas de ocupação de caráter geopolítico que garantem a acumulação de renda, a propriedade privada e os investimentos do capital internacional para acelerar cada vez mais o desenvolvimento e, conseqüentemente, a degradação do meio ambiente. Nesse sentido, Machado (1992) apud Brito (2012) comenta que para ocupar esses espaços, principalmente na região da Amazônia, se utilizou desse discurso acabando por fomentar a expropriação das terras, a viabilizar concessões para o capital internacional e enraizar

cada vez mais um modelo de desenvolvimento destrutivo para o espaço que compreende a Amazônia.

Com isso, a Amazônia Legal se tornou centro de crescimento de atividades primárias. A partir da ampliação das fronteiras agrícolas e intensificação do desmatamento e da devastação ambiental foram também facilitadas a flexibilização das normas ambientais e o enfraquecimento das agências públicas responsáveis pela regulação e fiscalização territorial. A economia capitalista do setor agrário se instaura no território a partir de uma aliança política com o Estado, que atuam sobre o mercado de terras, agravando assim, as ocorrências de conflitos socioterritoriais na região da Amazônia Legal. Nesse momento a fronteira amazônica se torna uma fronteira de commodities voltada para o mercado internacional (LOUREIRO, 2012), fortalecendo cada vez mais a rearticulação territorial realizada pela lógica do capital para a ocupação da região.

De acordo com Martins (1996), as fronteiras são lugares de alteridade, no qual pode proporcionar muitas oportunidades mas também muitas violências. A lógica do agronegócio cria na região um centro de produção agroindustrial apoiado e financiado pelo Estado a partir da elaboração de programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional que fomentam o setor agrário e desempenham um grande papel no processo de acumulação agroindustrial dentro desse território. Esse processo de territorialização se torna responsável por transformar a região em um espaço de muitas adversidades e antagonismos e, conseqüentemente, um espelho da lógica capitalista.

Durante o período de 1930 a 1970 o espaço que compõe a Amazônia Legal passava por um processo de concessão de terras e doação de territórios de glebas. Com isso, o governo federal controlava a gestão dos territórios e os povos que ocupavam tradicionalmente a região foram se tornando cada vez mais subordinados por conta da facilitação do processo de territorialização das empresas



transnacionais na região. Araujo de Oliveira (2015) aponta que o capital domina as terras através de um processo de agrupamento de terras, controlando os processos de mercadorias dentro delas.

Esse controle é percebido a partir das chamadas tradings internacionais que desempenham um papel de auxiliar no processo de transações comerciais da economia global <sup>6</sup>. São ainda especialistas em realizar o processo de compra e venda de commodities agrícolas, que são adquiridas em grandes quantidades e que reforçam seu poder e domínio sobre o parque industrial agrícola e sobre o comércio exterior que é determinado pela competição internacional (ALBANO; DE SÁ, 2011), fazendo com que dessa forma amplie suas redes de dominação por meio de negociações.

Esse é o caso de empresas como a Bunge, Cargill, Multigrain e dentre tantas outras transnacionais que atuam por meio da espoliação de territórios campestinos e comunidades tradicionais, a partir de uma dinâmica de incorporação das terras para estabelecer e favorecer um processo de comoditização e standardização (padronização) da agricultura.

Neste sentido o padrão é essencialmente expansionista, monocultor, com uso intensivo de agrotóxicos, alta tecnologia e voltados a atender uma agenda exportadora fomentando um regime hegemônico de produção de alimentos (SCOLESO, 2022).

Essas empresas planejavam estabelecer uma ideia de desenvolvimento agrário modernizado, que melhoraria a vida da população local. Em vez disso, o que se aconteceu foi a constituição de um espaço social com inúmeros conflitos socioterritoriais e socioambientais, que utiliza da violência direta e indireta como principal instrumento de dominação para o avanço da modernização do campo, sob o comando das transnacionais que controlam todo o processo.

## MÉTODO E MATERIAIS

Para que pudesse se tornar possível a seleção de informações documentais satisfatórias para a realização desse relatório de iniciação científica, foram utilizados determinados aspectos metodológicos de análise qualitativa de natureza exploratória. A pesquisa bibliográfica é constituída essencialmente por livros e artigos científicos, esse tipo de metodologia é descrita por Gil (1994) como uma pesquisa desenvolvida em um material já elaborado. Ademais é feita uma pesquisa documental por meio da análise de sites, relatórios, leis, normas, tabelas etc. Os materiais utilizados para a construção desse trabalho foram encontrados bancos de dados e relatórios que podem ser encontrados na internet, como é o caso dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, Global Witness, Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território, CIMI, sites oficiais do INPE e IBGE.

A delimitação do período de 11 anos de análise do trabalho é determinada a partir da necessidade de se obter uma sustentação as argumentações expostas, de forma que o material teórico e revisão bibliográfica pudessem legitimar a hipótese inicial deste trabalho, de que o modelo de desenvolvimento aplicado pelo capital transnacional tem sido responsável por instaurar uma sequência de estratégias voltadas para a espoliação, expropriação, conflitos socioterritoriais, e consequentemente violência no campo, contra a natureza e aos povos que ali habitam.

## DADOS E DISCUSSÃO

Desde de 2012, a ONG Internacional Global Witness tem feito o trabalho de documentação e denúncia de ameaças, violência e assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em todo o mundo. Em um balanço geral sobre os casos, pelo menos 1.910 pessoas que trabalham nessa defesa perderam suas vidas desde que a ONG

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

iniciou seus registros. De acordo com o relatório “Sempre em pé”, dos assassinatos registrados globalmente em 2022, mais de 1/3 aconteceram na Amazônia. Os defensores da terra e do meio ambiente da região enfrentam diariamente um processo de exploração predatória que é construída pelas grandes empresas transnacionais, responsáveis por destruir um dos maiores e mais preciosos ecossistemas do mundo, que possui papel essencial na regulação das emergências climáticas.

Para que possa fortalecer essa política exploratória, o agronegócio cria uma falsa ideologia do setor agrário como um grande produtor de alimentos, fortalecendo a lógica de produção de monocultura como a soja. Segundo Porto Gonçalves (CPT, 2004), os estados brasileiros onde se têm os maiores índices de conflitividade e de violência do poder privado são justamente os estados e regiões onde se expande o agronegócio. Para que se possa mensurar a dimensão do projeto de exploração e expropriação posto na última década no território da Amazônia, a Tabela 1 auxilia exemplificando o exercício da violência cometida pelas transnacionais e pelo poder público na Amazônia Legal, que tem-se agravado dentro das relações sociais e de poder dentro do campo brasileiro como instrumento para a modernização do agronegócio.

Tabela 1 - Assassinatos por Conflitos Socioterritoriais na Amazônia (2012-2022)

ASSASSINATOS POR CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL (2012-2022)											
ESTADOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AC		1							1		
AP											2
AM	2	1		1	2	3		6	5		4
MA	3	3	5	6	13	5		4	5	9	7
MT	1	3	5	1	2	9	2	3		1	3
PA	6	6	9	19	6	22	16	12	1	2	5
RO	9	1	5	20	21	17	6	1	1	11	7
RR		5			1				2	3	5
TO					3					3	1
SUBTOTAL	21	20	24	47	48	56	24	26	15	29	34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados pela CPT.

A materialização da tabela acima foi dada a partir da revisão dos cadernos da CPT de 2012 a 2022, de forma que pudesse contribuir para análise proposta neste trabalho. Ao examinar os dados expostos pela Tabela 1, é possível perceber que os anos de 2016 e 2017, foram os anos com maiores índices de assassinatos por conflitos socioterritoriais na região da Amazônia Legal. Esse cenário vai de encontro com a situação em que se encontrava o governo do Brasil à época, em que o país vivia uma conjuntura de pós-golpe em razão do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

A entrada efetiva de Michel Temer (2016-2018) ao poder, viabilizou uma série de planos voltados para mudanças institucionais, legais e orçamentárias da política agrária e rural brasileira, de forma que pudesse facilitar a expansão dos projetos do agronegócio em todo o país.

De acordo com a Fundação Perseu Abramo <sup>7</sup>, houveram um conjunto de leis instituídas em favor da bancada ruralista, entre elas, a Lei 13.465/2017, nomeada como “MP da grilagem”, e que previa a formalização em grande escala de terras públicas invadidas por grileiros, e consequentemente anistia a ilegalidade e incita a violência no campo

O ano de 2020, apesar de ter sido apresentado na tabela com o menor número de casos relacionados à morte por conflitos socioterritoriais, se contrapõe com o fato de que, de acordo com a CPT, em 2020 foram registrados 2.054 conflitos no campo, com um aumento de 8% em relação ao ano de 2019. Tal fato, pode estar essencialmente atribuído a crise sanitária da pandemia do COVID-19, visto que as medidas de isolamento social e restrições de mobilidade, podem ter dificultado o acesso aos registros que tratam sobre as violências no

campo, e afetando diretamente elaboração dos relatórios que apresentam a questão dos conflitos agrários anualmente.

Ainda neste contexto pandêmico, o Governo Bolsonaro (2019-2022), desempenhou um papel agravante dos conflitos e violências relacionadas a terra em todo o país, dados coletados e estabelecidos pela CPT registram que os casos de violência no campo cresceram de maneira acentuada ao longo dos últimos anos no Brasil, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tendo sido os dois primeiros anos de governo os mais violentos já registrados pela comissão, em que, apenas em 2019, listou 1.903 conflitos no campo, e em 2020, 2.054 envolvendo cerca de 1 milhão de pessoas.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apresenta no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil - dados de 2020, que foram registrados 263 casos relacionados a invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio em 2020, essa conjuntura estão relacionada justamente a atuação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, caçadores, pescadores ilegais e garimpeiros em terras indígenas.

Com a expansão da produção de bens primários, se expande a demanda por terras, e assim áreas de domínio das comunidades e povos tradicionais se tornam áreas de interesse do capital transnacional, promovendo a apropriação de terras e a territorialização de seu modelo produtivo. Santos e Silveira (2001) consideram que o conceito de fronteira agrícola corresponde aos territórios incorporados pela agricultura no século XX, sendo ela heterogênea. Logo, o aumento dos conflitos pode ser associado ao aumento da territorialização do agronegócio, sendo os conflitos socioterritoriais resultado dos impactos desse processo.

Na Tabela 2, exposta abaixo, é possível visualizar numericamente os danos causados pelo desmatamento do processo de territorialização em cada um dos estados que compõem a Amazônia Legal.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Tabela 2 - Desmatamento Acumulado na Amazônia Legal em 2022.

ESTADOS	ÁREA (km <sup>2</sup> )
ACRE	1006 km <sup>2</sup>
AMAPÁ	14 km <sup>2</sup>
AMAZONAS	3048 km <sup>2</sup>
MARANHÃO	299 km <sup>2</sup>
MATO GROSSO	2022 km <sup>2</sup>
PARÁ	4531 km <sup>2</sup>
RONDÔNIA	1452 km <sup>2</sup>
RORAIMA	293 km <sup>2</sup>
TOCANTINS	31 km <sup>2</sup>
SUBTOTAL	12695 km <sup>2</sup>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados do TerraBrasilis.

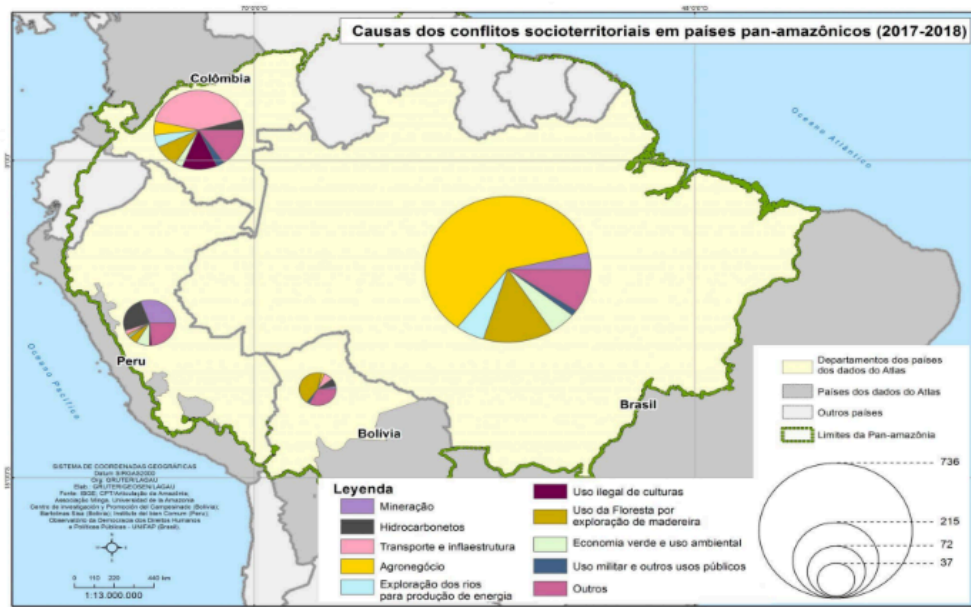
Para um melhor entendimento do novo modelo de produção da agricultura, Scoleso (2022) chama esse processo de Agricultura 4.0, uma representação dos avanços tecnológicos no mundo produtivos que provocou alta performance e maior produtividade. Novos atores políticos e econômicos passaram a se inserir e interferir ao seu favor e na forma como é determinada as produções globais. Essa expansão da fronteira agrícola é parte integrante do domínio do capital transnacional sobre o espaço global da Amazônia Legal com o objetivo de suprir suas necessidades de acumulação de riquezas. Junto com o ativismo do Estado brasileiro permite que esses novos espaços sejam conduzidos por políticas globais específicas para o crescimento de

investimentos em atividades produtivas, Essas áreas estratégicas são integradas de forma dependente com total controle do capitalismo transnacional.

Têm-se dentro da Amazônia Legal cada vez mais a abertura de fronts agrícolas para a produção. A mesma é subsidiada pela apropriação das terras por empresas nacionais e internacionais responsáveis pela comoditização, tendo ainda o apoio do Estado, que implanta uma estrutura jurídica e política essencial desde o período colonial para a circulação de mercadorias primárias. Para além das explorações dos recursos dados pela terra, o espaço que compreende a amazônia também passa por um processo de perda de seus bens fluviais. Possuindo uma parte significativa das águas subterrâneas do país, a Amazônia Legal tem sido afetada por diversas investidas do setor do agronegócio, do setor hidrelétrico, projetos de mineração, processo este facilitado pelo estado brasileiro 8, ao possibilitar que sejam realizados financiamentos de obras sem realizar as fiscalizações necessárias de garantia dos direitos dos povos que ali habitam. A figura abaixo exemplifica as principais investimentos em setores e que são responsáveis por conflitos socioterritoriais na região:

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Mapa 1 - Causas e conflitos socioterritoriais em países-amazônicos (2017-2018)



Fonte: Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico. Imagem: Vatican News.

Esse processo de apropriação de riquezas naturais se trata de uma sobreposição dos interesses das classes dominantes da sociedade brasileira e dos investimentos transnacionais sobre as terras e territórios dos povos tradicionais que vivem na floresta. É a partir dessa dinâmica exploratória que surgem os movimentos socioterritoriais: disputas e tensões que ocorrem em territórios específicos, geralmente envolvendo comunidades locais e grupos externos, como empresas ou governos. Esses conflitos frequentemente surgem devido à disputa por recursos naturais, terras, água e direitos de uso do solo. Sua constituição se dá principalmente pelo nível organizacional, a agenda do movimento e a identidade carregada pelos membros do movimento socioterritorial, visto que um movimento social evidencia os altos níveis de carências sociais e as lutas por recursos e acesso à terra.

O movimento socioterritorial se dá principalmente pela espacialização, pois é pela mesma que o movimento se intensifica, com o alcance relacionando-se com a territorialização (PEDON, 2013). Um



documento importante sobre esta questão é o Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico, que mapeia conflitos na região amazônica, abrangendo países como Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru. De acordo com ele, entre 2017 e 2018, foram registrados 1.308 conflitos ativos, envolvendo mais de 167.000 famílias 9.

O espaço que compõe a Amazônia Legal se trata de área possui especificidades históricas e geográficas essenciais para a caracterização do processo de intensa acumulação global, seu desenvolvimento foi dado por meio de um desenvolvimento geográfico desigual e combinado, em que, pode ser definido como espaço global por se tratar de um espaço fundamental para as diversas fases do capitalismo.

Ao dissertar sobre a teoria da dependência econômica a partir de uma corrente marxista, o cientista social Ruy Marini aponta em “Dialética da Dependência” que o capitalismo instaurado na América Latina pode ser denominado como *sui generis*, esse termo representa o fato de que a economia latino-americana encontra-se num papel de subordinação em relação a economia política internacional, no qual, os países hegemônicos do mercado mundial se desenvolvem devido aos subdesenvolvimento de outras nações. Nesse sentido o mesmo afirma que,

“(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (Marini, 2017. p. 327.)

A partir do que é colocado pelo autor, entende-se que a América Latina desempenha não só um papel de fornecedor de bens primários, mas também, realiza um papel de garantidor das relações do comércio mundial, visto que, acaba garantindo para que, a acumulação depende da capacidade produtiva do trabalho. É justamente por meio do aumento dessa produtividade que se eleva a taxa de mais-valia, processo que estabelece as diferenças do salário pago aos trabalhadores e o valor produzido pelos trabalhadores. Essa ampliação da taxa está ainda relacionada ao nível de exploração dos trabalhadores, pois é a diferença de trabalho necessário e excedente dos países latino-americanos que eleva a mais-valia dos países industriais, e conseqüentemente, as taxas de lucro.

Os Espaços Globais (EG) estão incorporados no capitalismo por meio de mecanismos, em que se utiliza da formação desse espaço global para a expansão do capital transnacional, no caso da Amazônia Legal, são instituídos historicamente pelo Estado projetos voltados para o “desenvolvimento regional” que procuraram ampliar infraestruturas da produção para a continuação da burguesia agrária a fim de atrair, também, novos e atualizados empreendimentos no espaço. Orozco determina que a formação dos Espaços Globais é concebida graças ao processo de globalização de um espaço geográfico, os mesmos se transformam a partir das necessidades dos interesses transnacionais, e se materializam como um espaço-territorial a partir de um processo de acumulação. Orozco coloca que a formação de EG, acontece em territórios em que o Estado possui características de dispersão de concentração das atividades econômicas, além disso, cada EG vai possuir diferentes características, pois, as mesmas irão depender do tipo de acumulação primitiva dominante na cidade global.

Segundo Orozco (2023)<sup>10</sup> a amazônia brasileira se trata de um Espaço Global do extremo oriente, logo, suas características de acumulação desse espaço estão voltadas principalmente para atividades do agronegócio e mineração, sendo essas as principais especificidades que se destacam como subtrator de valor do espaço e que estabelecem uma ligação com as redes acumulação ao redor do mundo, e que impõe um desenvolvimento capitalista que supõe um desenvolvimento desigual ou desigualdade espacial. O Espaço Global da Amazônia se materializa por distintas fronteiras que representam interesses opostos, e que assumem dimensões dos recursos sociais, do capital e da existência geográfica do espaço. Isso faz com que se conforme uma acentuada cooperação entre o Estado e o capital voltados para a elaboração de projetos políticos de agentes territoriais voltados para a ocupação dessas fronteiras.

A formação do espaço da AMZ-L se tratou de um projeto criado em critérios ideológico para a criação de condições para a acumulação capital, estruturando grandes complexos de infraestrutura para a exploração, isso faz com que esse espaço se torne o que Orozco define como Zona Específica de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS), essa determinação é utilizada como uma ferramenta metodológica para uma melhor compreensão dos níveis do processo global de expansão do capital transnacional em escalas regionais e locais, sendo responsável deslocar produções por meio da expulsão de comunidades tradicionais ao colocar os interesses do capital em nível local.

Essas zonas são denominadas dessa forma, pois se tratam de espaços geoestratégicos para a dominação e extração do capital, e representam uma imposição de necessidades e formas de acumulação determinadas pelo capital transnacional (LUNA; ZACAULA. 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou selecionar e agrupar informações, dados e aspectos que compõem a conjuntura de violência e conflitos socioterritoriais no espaço que compõe a Amazônia Legal, tratando-se de um panorama bibliográfico a respeito das vidas perdidas na luta pela terra. É tratado com mais atenção principalmente a respeito das violências aplicadas pelo transnacionalismo aos camponeses e camponesas. Faz-se ainda, uma relação entre a incidência dos conflitos socioterritoriais com o aumento do desmatamento acumulado e exploração dada pela territorialização do agronegócio, percebendo tais consequências como resultado de processo imposto na região amazônica.

Por meio do material teórico utilizado, aponta como a política do capital transnacional tem sido responsável por criar uma falsa ideologia do setor agrário como um grande produtor de alimentos, fortalecendo a lógica de produção primária, e consequentemente fazendo com que estados brasileiros onde se têm os maiores índices de conflitividade e de violência do poder privado são justamente os estados e regiões onde se expande as territorialidades responsáveis pela expansão da fronteira agrícola moderna.

Existe a necessidade de políticas que promovam a proteção dos direitos humanos dos defensores da terra e do meio ambiente refletem os desafios enfrentados, nesse sentido, órgãos em todo o mundo têm procurado adotar medidas de proteção aos defensores e ambientalistas que estejam em situação de risco, vulnerabilidade ou sofrendo ameaças em decorrência de sua atuação de defesa desses direitos. Dentre as medidas tomadas internacionalmente, o Acordo de Escazú foi um deles, adotado em Costa Rica, o acordo determina o compromisso de incluir as pessoas que são excluídas e marginalizadas nos espaços de tomada de decisões sobre questões ambientais, e apesar de ser o primeiro acordo ambiental da América Latina e Caribe, e o primeiro do mundo com obrigações específicas de proteção de defensores ambientais, o Brasil ainda não ratificou o acordo.

A Global Witness coloca que dentre os organismos, organizações e projetos preocupados em resolver a violência contra os ambientalistas, é possível citar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humano, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), criado em julho de 2019 pelo governo federal, com o objetivo de oferecer proteção aos defensores ambientalistas, a Plenária Nacional e Campanha contra violência no Campo, Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) e Advogados de Trabalhadores Rurais. Além disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), como um órgão principal e autônomo da OEA, têm conduzido um papel importante na observação e defesa dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

3 Amazônia Legal | IBGE

4 DE OLIVEIRA, Natália Araújo. "Conquistando o Oeste": Amazônia legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT. *Fronteiras: revista de história*, v. 17, n. 30, p. 248-272, 2015.

5 SANTOS, A. P. dos. (2018). A Fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). *Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade*, 1(18), 120-145.

6 COMEX, do Brasil. Trading Companies: o que são e como essas empresas ajudam os importadores. 2023. Disponível em: <<https://comexdobrasil.com/trading-companies-o-que-sao-e-como-essas-empresas-ajudam-aos-importadores/>> Acesso em: 14/02.

7 GUERRA, Alexandre. Temer favoreceu agronegócio e grandes proprietários. Fundação Perseu Abramo. 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2018/05/18/temer-abandonou-combate-ao-trabalho-escravo-e-reforma-agraria/>>. Acesso em: 3 set. 2024.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

9 Para mais consultar Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico ([ecodebate.com.br](http://ecodebate.com.br))

10 OROZCO, Marcela de Lourdes. Conflitos e movimentos ambientais em torno dos megaprojetos do "Corredor Interoceânico" na região Istmo de Tehuantepec e o "Trem Maia" na Península de Yucatán, México no âmbito do Espaço global para a expansão do capital transnacional que abrange o Projeto Mesoamérica. 2023.

ALBANO, Gleydson Pinheiro; DE SÁ, Alcindo José. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. Terra Livre, v. 1, n. 36, p. 126-151, 2011.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2012 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2012.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2013 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2014.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2014 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2015.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2015 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2016.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2016 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2017.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2017 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2018.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2018 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2019.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2020 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2021 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2022.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2022 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2023.

DE OLIVEIRA, Adão Francisco et al. A Amazônia legal e os contornos da fronteira capitalista no século XXI. *Acta Geográfica*, v. 15, n. 37, p. 218-245, 2021.

DE OLIVEIRA, Natália Araújo. "Conquistando o Oeste": Amazônia legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT. *Fronteiras: revista de história*, v. 17, n. 30, p. 248-272, 2015.

DE OLIVEIRA, Natália Araújo. Migração, identidade e políticas de desenvolvimento: configurações da formação social em uma cidade da Amazônia Legal Brasileira. *Ágora*, v. 20, n. 1, p. 80-93, 2018.

DE SOUZA, Rozivaldo Barros; SOUZA, Edevaldo Aparecido. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO TELES PIRES EM SINOP/MT. *REVISTA EQUADOR*, v. 9, n. 1, p. 288, 2020.

DOS SANTOS, Cleyson Silva; MOIA, Gabriel Costa Maciel; CARVALHO, André Cutrim. Uma fronteira de recursos ambientais: impactos do padrão de desenvolvimento brasileiro na dinâmica regional da Amazônia Legal.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

FERNANDES, Bernardo, FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. *Revista Nera*, n. 47, p. 173-201, 2019. FURLONG Y ZACAULA, Aurora. NETZAHUALCOYOTZI LUNA, Raúl. Puebla entre las Zonas Económicas Especiales (ZEE) y los espacios geoestratégicos. In: ÁVILA ROMERO, León Enrique et al. *Espacios globales para la expansión del capital transnacional en el continente americano*. BUAP, 2020.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, v. 8, p. 25-70, 1996.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

OROZCO, Marcela de Lourdes. Algunas consideraciones teórico-metodológicas sobre los espacios globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano. In: ÁVILA ROMERO, León Enrique et al. *Espacios globales para la expansión del capital transnacional en el continente americano*. BUAP, 2020.

OROZCO, Marcela de Lourdes. Conflitos e movimentos ambientais em torno dos megaprojetos do “Corredor Interoceânico” na região Istmo de Tehuantepec e o “Trem Maia” na Península de Yucatán, México no âmbito do Espaço global para a expansão do capital transnacional que abrange o Projeto Mesoamérica. 2023.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimento Socioterritorial: a materialização do conceito. In: PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. Editora Unesp, 2013.

REINALDO, Thayssa Lorrany Batista; DE BRITO, Eliseu Pereira. *FRONTEIRA DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL: UM ESTUDO A PARTIR DA CIDADE DE CARMOLÂNDIA-TO*.

*Revista Tocantinense de Geografia*, v. 1, n. 01, p. 66-79, 2012.

SABATINI, Clarice da Rocha. *Impactos socioambientais da economia do agronegócio na região da Amazônia Legal Brasileira*. 2021.

SANTOS, Roberto S. Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia legal: uma análise a partir dos conflitos sócio-territoriais. *Revista Ciência Geográfica*, v. 24, p. 1398-1417, 2020.

SCOLESO, Fabiana. Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0: nova acumulação sob novo modo de produção - a natureza, os



territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital.  
Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SOUZA, José Gilberto de. A questão indígena: acumulação por  
espoliação e monopolização do território (a economia política do  
agronegócio. Revista Prima Facie, João

Pessoa-CCJ-PPGCJ-UFPB, v. 12, n. 22, p. 1-42, 2014.

WITNESS, Sempre em pé. Defensores da terra e do meio ambiente à  
frente da crise climática.

Global Witness, 2023.

#### FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional  
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”

## Capítulo 3

### Um panorama da crise: Comparação entre Brasil e Argentina de acordo com os Relatórios Econômicos da CEPAL (2007-2011)

Télwila Vitória Caraíba da Paixão <sup>1</sup>  
Fernando Furquim de Camargo <sup>2</sup>

#### RESUMO

Com a crise econômica desencadeada no setor imobiliário dos Estados Unidos em 2008, o mundo se deparou com um complicado cenário de grandes instabilidades, principalmente, nos países periféricos do sistema internacional. Nesse sentido, na América Latina não foi diferente, países que estavam a pouco tempo em seus processos de redemocratização, se viam mais uma vez enfrentando problemas que eram agravados pelas questões já estruturais de cada localidade, e que para além da área econômica, atingiam outros setores da sociedade. Assim, esse estudo busca analisar, por meio dos dados levantados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre 2007 e 2011, como se deram os processos de superação dessa crise na América do Sul, mais especificamente nos países vizinhos Argentina e Brasil, identificando não só os prejuízos, mas também quais táticas foram elaboradas e aplicadas por cada um desses Estados na tentativa de minimizar os danos gerados nesse período

**Palavras-chave:** CEPAL; Desenvolvimento Econômico; Brasil; Argentina; Relatórios Econômicos; Financiamento Internacional; Crise.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, [telwila.vitoria@mail.uft.edu.br](mailto:telwila.vitoria@mail.uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em História Econômica (USP), Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, [fernandofcamargo@mail.uft.edu.br](mailto:fernandofcamargo@mail.uft.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 foi desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, causando uma crise a nível global. Instituições financeiras faliram, o desemprego aumentou e a economia mundial sofreu uma recessão severa. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou um papel importante na crise, fornecendo análises e políticas para países da região lidarem com os impactos da recessão global, promovendo políticas de desenvolvimento econômico mais inclusivas e sustentáveis. Suas recomendações ajudaram os Estados latino-americanos a navegarem pela crise e buscar estratégias de recuperação. Dessa forma, os relatórios disponibilizados pela CEPAL, foram cruciais para guiar as políticas públicas dos governos durante os períodos de crise.

Por sua vez, para que esse estudo fosse possível, os relatórios da comissão, também, foram imprescindíveis. Assim, ao analisar o período compreendido entre 2007 e 2011, nota-se que foi um momento marcado pela crítica situação na economia global, desencadeada pela crise financeira que teve origem no território estadunidense em 2008. Nesse contexto, os países da América Latina enfrentaram desafios significativos, e o Brasil e a Argentina emergiram como protagonistas desse cenário, cada um com suas estratégias distintas de enfrentamento da crise. Por meio dos Relatórios Econômicos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, esta pesquisa busca analisar e comparar as respostas adotadas por essas duas nações ao longo desse período, destacando suas abordagens tanto internas quanto externas.

## MÉTODO E MATERIAIS

Considerando a inviabilidade de realização de pesquisa de campo, conforme proposto pelo tema, o método e aspecto metodológico empregados na elaboração e redação deste projeto de pesquisa seguem uma abordagem baseada na pesquisa ativa e na revisão de literatura relacionada à CEPAL, cujos relatórios são imprescindíveis para analisar e interpretar os dados, com foco no crescimento do PIB como indicador-chave do desempenho econômico dos países de análise.

## DADOS E DISCUSSÃO

A Argentina, país que já enfrentava desafios econômicos internos pré-existentes, viu a crise global agravar sua situação. O país enfrentou uma retratação econômica mais drástica, e embargos econômicos, evidenciando suas vulnerabilidades estruturais, como altos níveis de endividamento e dependência de financiamento internacional. As políticas adotadas pelo governo argentino para lidar com a crise se caracterizaram por uma série de controles cambiais e restrições comerciais, buscando proteger a economia nacional e preservar a estabilidade financeira interna.

A diminuição dos fluxos de comércio externo e o enfraquecimento da atividade econômica interna afetaram a arrecadação de impostos, apesar do aumento dos recursos públicos derivados da unificação do sistema de pensões sob o regime estatal de repartição. Como consequência do exposto e dada a forte taxa de crescimento das despesas governamentais, o desempenho fiscal deteriorou-se e registou-se um déficit financeiro de 0,8% do PIB para o sector público nacional e de 0,4% para os governos provinciais, alguns dos quais tiveram dificuldades em cumprir as suas despesas. A taxa média de inflação para o ano foi mais baixa em 2009 do que em 2008. De acordo com as estatísticas nacionais, registaram-se aumentos consideráveis nos salários reais e uma redução significativa nas taxas de pobreza,

apesar do enfraquecimento da procura de trabalho, especialmente na indústria manufatureira. (CEPAL, 2010, p. 95, tradução nossa).

Outrossim, de acordo com o relatório cepalino 2008-2009, nos primeiros meses de 2009, devido à crise global, os setores da construção e da indústria experimentaram sinais de recessão, em especial as áreas relacionadas ao consumo de bens duráveis e à produção. A agricultura foi afetada por uma seca, desencadeando incertezas nos preços e lucros. No entanto, os indicadores oficiais de atividade econômica continuaram a mostrar variações positivas durante o primeiro trimestre. Avançando no tempo, durante 2010, a economia argentina passou por um aumento de 9,2%: “Este crescimento trouxe consigo uma diminuição da taxa de desemprego, que passou de 8,4% no último trimestre de 2009 para 7,3% no mesmo período de 2010.” (CEPAL, 2011, p. 107, tradução nossa) E já nos primeiros meses de 2011: “No primeiro trimestre de 2011, o crescimento interanual do PIB foi 9,9%, o que implica um piso de crescimento de 6,1% para o resto do ano.” (CEPAL, 2011, p. 107, tradução nossa).

Ademais, para compreender a análise de ambos países, faz-se necessário explicar que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma métrica fundamental na avaliação do desempenho econômico de um país, representando o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de suas fronteiras durante um determinado período de tempo. Contudo, é preciso ressaltar que um PIB elevado não garante o bem-estar geral da população ou uma distribuição justa de riqueza. Portanto, embora o alto PIB da Argentina seja admirável, uma análise mais aprofundada revela a necessidade de considerar outros fatores além do crescimento econômico bruto ao avaliar o desempenho econômico de uma nação.

Por sua vez, o Brasil, no período que antecedeu a crise de 2008, estava experimentando um cenário de otimismo econômico

impulsionado pelo chamado "boom das commodities", que marcava a elevação dos preços das commodities (TCU, 2006, p. 22). O país foi um dos principais beneficiários do aumento dos preços das matérias-primas no mercado internacional, especialmente do setor agropecuário e de produtos como minério de ferro (IBGE), devido à sua estrutura primária de exportação.

Contudo, com a chegada da crise o país adotou medidas políticas e econômicas que visavam mitigar os impactos e promover a estabilidade financeira, como políticas de estímulo fiscal e monetário (TCU, 2008, p. 47), buscando impulsionar o consumo e investimento interno, além de fortalecer sua posição no mercado internacional por meio de parcerias comerciais e diplomáticas. Já a partir do segundo semestre de 2009, a política fiscal adotou uma abordagem anticíclica (TCU, 2008, p. 31), como a redução dos impostos, investimento em estrutura e aumento na concessão de crédito. Paralelamente, a política monetária focou em assegurar liquidez, reduzindo a taxa básica de juros para mínimas históricas. O Brasil também se beneficiou da entrada de capitais provenientes de investimentos em carteira, sustentando elevados níveis de reservas internacionais.

O contexto econômico global propiciou melhorias nas principais variáveis econômicas brasileiras entre 2009 e os primeiros meses de 2010. Destacaram-se o crescimento do emprego formal (CEPAL, 2008), o aumento do salário médio real e a redução da taxa de desemprego aos níveis anteriores à crise. A inflação permaneceu dentro das metas, enquanto a taxa de câmbio se recuperou após uma fase inicial de desvalorização. Segundo os relatórios da CEPAL de 2008:

Ao longo de 2009, as autoridades concentraram-se na recuperação do nível de atividade econômica após o impacto causado pela crise financeira internacional no quarto trimestre de 2008. Neste trimestre, o PIB contraiu 2,9% em relação ao trimestre anterior, enquanto a produção industrial aumentou em 8,1%. Entre as medidas de política econômica

adotadas para mitigar o impacto da crise financeira internacional nos setores mais dependentes do crédito (indústria transformadora, exportações, construção e comércio), destacam-se a implementação de linhas especiais de crédito e a redução de impostos. (CEPAL, 2008. p. 105, tradução nossa).

Além disso, apesar do crescimento moderado, que vinha se desacelerando, a maioria dos países manteve crescimento. Porém, o Brasil, devido sua política de combate à inflação nos anos anteriores, possuiu uma taxa de crescimento menor se comparado aos outros países da América Latina (CEPAL, 2012, p. 7), apenas na segunda metade de 2012 que foram sentidos sinais de recuperação,

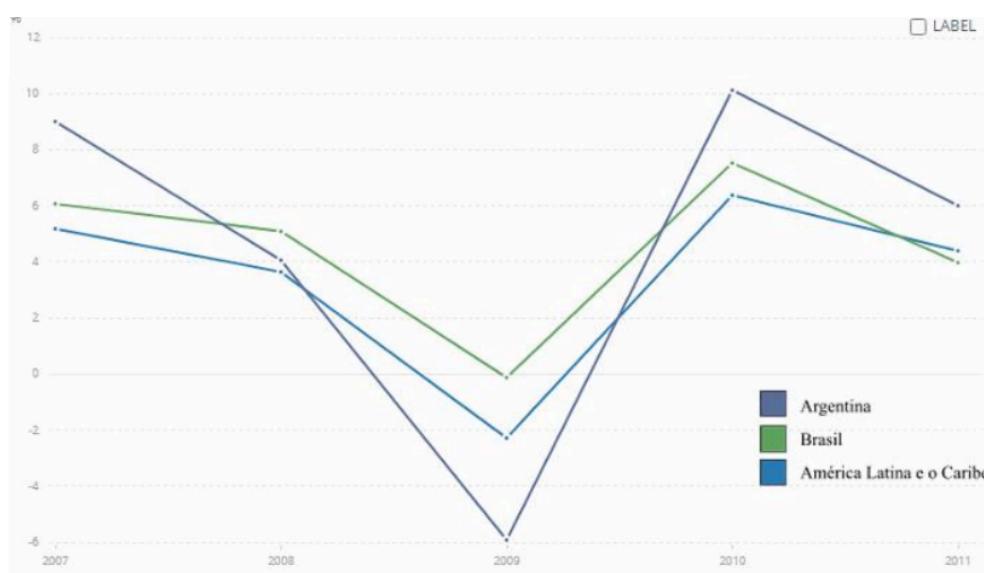
Como resultado disso, numerosos países sul-americanos e centro-americanos, além do México, teriam em 2012 taxas de crescimento do PIB similares ou levemente inferiores às de 2011[...]. No entanto, a Argentina e o Brasil, que têm um peso considerável no PIB ponderado da região, tiveram taxa de crescimento muito menor que a dos demais países, o que explicaria, em grande medida a redução da taxa de crescimento da região em 2012, de 3,2%, em contraste com a de 4,3% registrada em 2011. (CEPAL, 2012, p. 7).

Todavia, a retomada do crescimento econômico trouxe desafios, como a maior volatilidade internacional e a capacidade produtiva insuficiente para suprir a crescente demanda interna. O déficit da balança corrente ampliou-se devido à expansão das importações, gerando preocupações quanto à inflação. Como resposta, o Banco Central iniciou uma trajetória de aumento da taxa básica de juros a partir de abril de 2010, alcançando 10,25% ao ano em junho do mesmo ano (CEPAL, 2010, p. 103). O déficit na balança corrente foi contrabalançado por maiores influxos de capital estrangeiro, especialmente em investimentos em ações e títulos de dívida pública.

É importante ressaltar que o crescimento do PIB serve como uma base sólida para as informações apresentadas. Dessa forma, o gráfico,

a seguir, representa o comparativo do crescimento do PIB entre Argentina, Brasil, América Latina e Caribe desempenhando um papel central na análise da crise econômica, de suas consequências e do funcionamento das políticas de resposta à crise. Além disso, ele fornece uma visualização clara do desempenho econômico relativo entre Brasil e Argentina durante o período de 2007-2011. Além disso, é possível compreender, visualmente, os dados anteriormente apresentados.

Figura 3 – Crescimento do PIB (% anual) – Argentina, Brasil, América Latina e Caribe



Fonte: Banco Mundial e arquivos de dados de contas nacionais da OCDE.

Por fim, diante das análises apresentadas sobre a Argentina e o Brasil no contexto da crise global e seus desdobramentos nos anos seguintes, é possível observar contrastes significativos em suas trajetórias econômicas e nas políticas adotadas para enfrentar os desafios. As políticas adotadas pelo governo argentino buscaram proteger a economia nacional, mas resultaram em desafios fiscais e financeiros, com déficits e dificuldades para cumprir as despesas. Por



outro lado, o Brasil, apesar de um crescimento moderado e desaceleração, manteve políticas focadas na recuperação do nível de atividade econômica e na estabilização financeira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim é possível notar que, os impactos da crise de 2008 foi sim sentida tanto na Argentina quanto no Brasil, em vista dos dados anteriormente apresentados, além dos desdobramentos sociais em cada um desses países, visto que são estruturas que estão lado a lado. Todavia, cada país conseguiu desenvolver políticas econômicas que foram capazes de diminuir os impactos deixados em 2008. Dessa forma, entende-se o motivo de os dois países em análise terem obtido um bom desempenho em seus PIBs no período posterior a crise. Contudo, assim como antes afirmado, é importante sempre lembrar que apesar de ser sim um dado relevante, o PIB não é capaz de expor a realidade fiel do cenário interno e externo de cada Estado.

## REFERÊNCIAS

BALAKRISHNAN, Ravi. TOSCANI, Frederik. International Monetary Fund. Como o boom das commodities ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina. Disponível em:  
<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/06/21/blog-how-the-commodity-boom-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-america>

FIORI, José Luís. ESTADO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA. Número temático em homenagem aos 70 anos do Manifesto da CEPAL, Revista de Economia Contemporânea, 1-23, abril de 2018.

NARDES, Augusto. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo República exercício de 2008. Disponível em:  
[https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas\\_governo/contas\\_2008/CG2008\\_A.htm](https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2008/CG2008_A.htm)

Nações Unidas, CEPAL. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2007-2008: política macroeconómica y volatilidad. Santiago, Chile: CEPAL, 2008c, p. 362. Disponível em:  
<https://www.cepal.org/pt-br/node/25961>

\_\_\_\_\_. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2008-2009: políticas para la generación de empleo de calidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2009c, p. 322. Disponível em:  
<https://www.cepal.org/pt-br/node/25955>

\_\_\_\_\_. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2009-2010: impacto distributivo de las políticas públicas. Santiago de Chile: CEPAL, 2010c, p. 344. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/18821>

\_\_\_\_\_. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2010-2011: modalidades de inserción externa y desafíos de política macroeconómica en una economía mundial turbulenta. Santiago de Chile: CEPAL, 2011c. Disponível em:  
<https://www.cepal.org/pt-br/node/18822>

\_\_\_\_\_. Estudo econômico da América Latina e do Caribe 2012: às políticas ante as adversidades da economia internacional. [S.l.]. p. 19.

PRADO, Antonio. O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA DEPOIS DA CRISE FINANCEIRA DE 2008. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 1-19. Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6228/1/RTM\\_v3\\_n3\\_Desenvolvimento.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6228/1/RTM_v3_n3_Desenvolvimento.pdf)

The World Bank Data, GDP growth (annual %)- Latin America & Caribbean, Brazil, Argentina. Disponível em:

[https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2012&locations=ZJ-BR-AR&name\\_desc=false&start=2007&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?contextual=default&end=2012&locations=ZJ-BR-AR&name_desc=false&start=2007&view=chart)

UBIRATAN, Aguiar. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2006. Disponível em:

[https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas\\_governos/contas\\_2006/CG2006\\_B1.htm](https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governos/contas_2006/CG2006_B1.htm)

ZYMLER, Benjamin. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório e Pareceres Prévios Sobre as Contas do Governo República - exercício de 2007. Disponível em:

[https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas\\_governo/contas\\_2007/CG2007\\_B.htm](https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2007/CG2007_B.htm)

## FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

## Capítulo 4

### As políticas de inclusão dos governos Lula para a educação da população negra no Brasil (2003-2010)

Ana Clara dos Santos Macedo  
Fabiana Scoleso

#### RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar as influências da Organização das Nações Unidas (ONU) na entrada das questões étnico-raciais na agenda política brasileira, o que contribuiu para a criação de ações afirmativas voltadas para a área da educação após a Conferência Durban (2001). Ademais, busca-se investigar as mediações do Movimento Negro Unificado (MNU) para as reivindicações por políticas públicas voltadas para a inclusão da população negra na área da educação. Justifica-se a investigação pela falta de suporte à tal população, deixada à própria sorte após a abolição da escravatura, sem acesso a direitos considerados fundamentais. A partir de uma análise qualitativa de dados, é possível identificar as principais políticas públicas criadas para a inclusão da população negra na área da educação durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), período delimitado para investigar as políticas implementadas após a Conferência Durban. Desse modo, conclui-se que a partir da implementação de tais políticas, houve um desenvolvimento significativo do processo de inclusão racial nas esferas educacionais.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. População negra. Discriminação racial.

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas concebidas no âmbito da educação pelo sistema político brasileiro são medidas direcionadas para realizar uma tarefa histórica de diminuir as desigualdades e permitir a ascensão econômica e social da população negra. Embora a questão racial tenha sido inserida na pauta das políticas públicas após as influências das agendas e conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente a partir de 2001 e com o ressurgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) na intensificação de suas atividades na década de 1970.

O conjunto deste debate possibilitou avançar sobre o tema da discriminação racial e a implementação de medidas compensatórias para a população negra voltadas para a área da educação, especialmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010. Em virtude da atuação do notável crescimento dos movimentos sociais em torno das questões étnico raciais, além das críticas ao estado por não avançar em uma agenda que contemplasse suas históricas reivindicações é que demandas por ações efetivas ficaram cada vez mais fortes e evidentes, com solicitações por ações concretas de enfrentamento das desigualdades raciais no país.

As reivindicações visavam assegurar o reconhecimento do valor cultural e histórico da população negra que, por tanto tempo, foram alvos de discriminação desde a abolição. Além do mais, é crucial destacar as influências do Movimento Negro no processo político e na elaboração da Constituição de 1988, a qual representou um marco relevante para as mudanças sociais. Através da Constituição, foi viabilizada a implementação da Lei 7716/1989, que instaurou a criminalização do racismo no país.

Por fim, é por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU), que as discussões sobre pautas raciais ganharam maior destaque entre o final da década de 1990 e os anos 2000. Após o encerramento da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata das Nações Unidas, resultou-se avanços significativos e conquistas importantes para a implementação de políticas de inclusão para a educação, especialmente a partir de 2003.

## MÉTODO E MATERIAIS

A respeito da metodologia empregada neste trabalho para testar a hipótese, foi utilizado um ponto de vista de natureza básica, com uma abordagem qualitativa, adotando um caráter exploratório, com o intuito de investigar os detalhes da pesquisa permitindo uma compreensão mais ampla. Isso significa que os pesquisadores buscavam familiarizar-se com o tema e compreender aspectos ainda pouco explorados.

Dessa forma, foi feito uso de pesquisas bibliográficas para atingir os objetivos propostos. Consultando variadas fontes literárias e acadêmicas, incluindo artigos, revistas, monografias, jornais, livros e dissertações. Utilizando os seguintes mecanismos: Google acadêmica, Scielo, sites do governo federal, do Ministério pública da União (MPU) e da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com Carlos Gil (2021) é especialmente importante explorar profundamente os fenômenos, compreender contextos e capturar nuances.

Para orientar esta pesquisa, foram utilizadas palavras-chave específicas, como: “Discriminação racial”, “Racismo estrutural”, “Ações afirmativas”, “Políticas públicas educacionais”, “Movimento Negro”,

“Organização das Nações Unidas” e “Direitos Humanos” para a coleta de informações relevantes para a análise do trabalho.

## DADOS E DISCUSSÃO

Ao tratar da importância do Movimento Negro para a entrada das questões raciais na agenda política brasileira, é importante, primeiramente, apontar a importância do movimento que tem como objetivo rediscutir a “democracia racial”, onde o país acredita viver imune aos problemas de racismo, preconceito e de discriminação racial. Podemos definir o Movimento Negro como a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Idem, 2007). Diante dessa consolidação, a sociedade passa a identificar a precisão da inclusão da negritude na identidade nacional.

Contudo, o movimento tinha como finalidade denunciar atos de discriminação racial, incentivar amplas discussões sobre o racismo no Brasil e debater sobre o mito da democracia racial. Criando uma identidade afirmativa e positiva do negro, diferente do que se mostrada nos livros. As reflexões do movimento partiam da crítica a governança político-econômica do país. Isso, a não se conceber mais o próprio negro como culpado por sua situação desprivilegiada (HOFBAUER, 1999, p. 312).

A temática racial passa a ser compreendida em sua centralidade para o desenvolvimento e aprofundamento da democracia deixando de se configurar em um problema dos e para os negros, tornando-se, cada vez mais, um problema de toda a sociedade brasileira (RODRIGUES, 2005, p. 44).

As influências do Movimento na Construção da Constituição de 1988 gerou encontros entre os líderes do movimento, a fim de tratar sobre a sua participação no processo de elaboração da Constituição. Dessa maneira, a partir de 1985, o movimento organizava encontros municipais e estaduais para discutir sua participação no processo constituinte:

O movimento negro, a partir de 1985, organizou encontros municipais e estaduais com o objetivo de refletir a participação do negro no processo constituinte. Entre esses, destaca-se o Primeiro Encontro Estadual "O negro 27 e a constituinte<sup>19</sup>", realizado em julho de 1985 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Essas reflexões prolongaram-se por todo o ano de 1986, culminando com a realização, em Brasília, da Convenção Nacional "O Negro e a Constituinte", a qual originou-se um documento sintetizando os Encontros Regionais ocorridos em várias unidades da Federação (IDEM, 2005, p.50)

O movimento contou com propostas para o anteprojeto marcadas pela denúncia e indignação a respeito do mito da democracia racial e o efeito que este tinha sobre a sociedade Brasileira. Os militantes lutavam pela intervenção estatal na configuração das relações raciais, com medidas concretas que deveriam atuar na ausência de políticas de inclusão voltadas para a população negra como uma significação compensatória.



Para a educação, as propostas do movimento eram voltadas para medidas que garantissem as condições de acesso à permanência de crianças e adolescentes no sistema escolar com a implementação de políticas compensatórias de inclusão. Em seguida, o principal debate a respeito da educação foi a discussão sobre implementação no currículo escolar o negro como sujeito na história do Brasil e a história do negro na África.

Em virtude disso, o movimento negro exerceu extrema influência no processo de elaboração da Carta magna, sendo o documento mais importante de todas as normas jurídicas no território nacional. Ainda, o movimento alcançou conquistas importantes através de toda a luta contra a discriminação racial e a igualdade de direitos da população negra. Considerando a Conferência Durban (2001), um marco histórico em sua trajetória pela amplitude da união política observada no processo preparatório e pelos avanços em termos de políticas públicas. Com a implementação das ações afirmativas nas Universidades públicas e com a aprovação da Lei 10.639, de Ensino e Cultura Africana e Afro-brasileira (2003), durante o Governo Lula (2003-2010), entre outras conquistas importantes advindas do Movimento (LIMA, 2010).

Visto que a implementação de políticas públicas oferece vantagens claras a favor da população negra, devido a criação de condições para combater as inferioridades que historicamente afetam essa população, por meio de processos educativos ou de comunicação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. Desse modo, destaca-se a importância da Conferência Durban, em 2001, e como essa juntamente com o Estado, as Organizações não Governamentais e o Movimento Negro, contribuíram no início dos anos 2000 para o reconhecimento de uma

população tão afetada após o processo de colonização e escravidão com a implementação de políticas compensatórias.

A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, é considerada, ponto de inflexão da temática racial na agenda governamental. O Brasil teve uma participação de grande destaque tanto nas reuniões preparatórias, organizadas pelo comitê nacional, como na própria Conferência. Embora muitos projetos já estivessem delineados e alguns deles sendo implantados, a posição oficial do Brasil na Conferência, principalmente em relação às ações afirmativas, trouxe mudanças significativas. (LIMA, 2010). Tendo como temas prioritários nas recomendações do governo Brasileiro as áreas da saúde, trabalho e educação.

Contudo, a conferência Durban teve como objetivo reunir os países do globo para desenvolver estratégias para combater o racismo e a discriminação racial, em níveis nacionais e internacionais. Promovendo o respeito pela diversidade e pela igualdade racial, além de contribuir para a realização das ideias previstas nos instrumentos internacionais de Direitos Humanos, promovendo a justiça e dignidade humana. As propostas discutidas na conferência passaram a ganhar centralidade na política antirracista brasileiro e nas estratégias de ação do MNU. Todo o imenso debate observado no Brasil da década de 2000 sobre racismo, antirracismo, desigualdades raciais, discriminação, ações afirmativas (mais conhecidas sob a alcunha reducionista de “cotas”), multiculturalismo, tolerância, identidade étnica, racialização, entre outros temas, tem relação e/ou passa de alguma forma, por Durban (TRAPP, 2014, p. 96).

O documento final de Durban se tornou um norteador para as políticas públicas contra o racismo no Brasil, que reconheceram o documento e se comprometeram a adotar medidas compensatórias

para a população escravizada. Ainda, para a declaração de Durban, a escravidão, e especialmente o tráfico transatlântico de escravos, são definidos como crime de lesa humanidade, constituindo-se em uma das principais fontes de manifestações de racismo e de intolerância, cujos efeitos ainda são sentidos por várias gerações de africanos e afrodescendentes nas Américas. (SILVA, 2010, p. 69). Com isso, a partir do documento final é reconhecido entre as partes que:

13. [...] reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, especialmente o tráfico transatlântico de escravos constituem e sempre deveriam ter constituído, um crime de lesa humanidade e são uma das principais fontes e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância, e que os africanos e os afrodescendentes, os asiáticos e as pessoas de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas desses atos e continuam sendo de suas consequências;

14. [...] reconhecemos os sofrimentos causados pelo colonialismo e afirmamos que onde e quando quer ocorreram, devem ser condenados e há que impedir-se que ocorram de novo. Lamentamos também que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas sejam considerados entre os fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas partes do mundo de hoje; 18. Realçamos que a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social e as desigualdades econômicas estão estritamente vinculadas com o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as práticas conexas de intolerância e contribuem para a persistência de atitudes e práticas racistas, que por sua vez geram mais pobreza (ONU, 2001, p.7-8, tradução e grifo. Apud SILVA, 2010, p.70).

Nesse sentido, a conferência resultou o comprometimento do Estado brasileiro para implementar programas de ação afirmativa que visava reparar os danos decorrentes causados pela escravidão. Assim, incluindo a adoção de um sistema de cotas nas Universidades e na obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígenas nos currículos escolares, além da implementação de Leis federais como a lei 10639/03. Ainda, a conferência atraiu uma atenção internacional para as questões relacionadas a discriminação e racismo, aumentando a conscientização sobre as questões raciais, além de pressionar os Estados a adotarem medidas para enfrentar o racismo em seus países.

A Conferência fortaleceu a mobilização da sociedade civil no Brasil, além de aumentar a pressão por políticas para a promoção da igualdade racial. Dessa forma, através das influências de Durban, impulsionando os Estados a adotarem medidas compensatórias, a partir de 2003 no Governo de Luiz Inácio da Silva Lula, passa a representar um progresso para essas demandas, implementando políticas públicas para a educação, desenvolvendo a inclusão e aumentando o número de homens e mulheres negros nas Universidades, além de crianças e adolescentes no ensino fundamental e médio.

Após a Conferência de Durban, o governo Brasileiro deu início a algumas ações para a implementação de políticas de inclusão, por meio de programas próprios nos ministérios ou pelo Presidente da República. Isso devido o país ter reconhecido no documento final da Conferência a adoção de medidas compensatórias para a inclusão desse grupo marginalizado em todas as estruturas sociais do país, garantindo que estes usufruam dos Direitos Fundamentais previstos nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dessa forma, as políticas voltadas para a área educação se concentravam em ampliar o acesso do ensino superior, bem como a permanência da população negra. No entanto, algumas medidas passaram a ser adotadas no início do governo do Presidente Lula Inácio Lula da Silva, em 2003, que logo no início do seu mandato sancionou a Lei 10.639, tornando obrigatório a inclusão no currículo oficial de ensino a temática “A História e Cultura Afro-Brasileira”.

Embora a implementação da Lei 10.639 só foi possível devido as lutas do Movimento Negro, na década de 90, que exigia do Estado a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino educacional. Para a sociedade civil o governo Lula passa a ser visto como um sinal de esperança para a luta contra o racismo e a inclusão da população negra nas estruturas sociais, por meio da criação de medidas compensatórias:

Em 2003, após 115 anos da Abolição da Escravatura, o Brasil começava a dar os primeiros passos para uma reparação histórica e efetiva dos quase 350 anos de escravidão da população negra. A eleição do metalúrgico Lula, em 2002, simbolizava a esperança de milhões de Brasileiros e Brasileiras de terem a sensação de pertencimento em relação à sociedade –um passo à frente da luta contra a discriminação racial nos mais diversos aspectos como mercado de trabalho, por exemplo. (CUT, 2021)

A vista disso, em sua PP4 de 2004-2007 o governo Lula enfatiza ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país. Além de ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários. (BRASIL, 2004). Ainda, o

presidente ressalta a importância da educação e do Ensino Superior para o desenvolvimento social do país, visto que o investimento tardio na educação e o acesso desigual à estrutura de oportunidades resultaram num cenário de extrema desigualdade no país.

Todavia, as políticas afirmativas eram vistas como formas compensatórias criadas para minimizar esse cenário desigual, com o objetivo de aumentar o índice da população negra no sistema de ensino e a sua permanência. Diminuindo o número de exclusão, analfabetismo e evasão escolar, gerando mais oportunidades para uma parcela da população que por anos tiveram seus direitos negados após a abolição em 1888.

Dessa forma, o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva representou uma transformação vultosa na maneira como as políticas relacionadas às questões raciais são implementadas, influenciadas pelas discussões ocorridas na Conferência Durban e na interação entre o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Estado.

As lutas do Movimento Negro combinada com o contexto global de renovação do combate ao racismo, manifestada na III Conferência Mundial contra o racismo em 2001, impulsionou os debates sobre a importância da adoção de políticas afirmativas para a população negra no sistema de ensino brasileiro. Consequentemente, a partir do início do século XXI, a questão racial decididamente passa a ser incluída na agenda nacional do país. De acordo com Santos (2010):

Esse quadro emergente realocou a questão racial na agenda política em outro patamar, passando a integrar os programas dos candidatos a presidente da República, em 2002. Vários postulantes ao cargo a chefe de Estado, inclusive o presidente eleito na época, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentaram propostas de combate ao racismo e de

inclusão da população negra nas áreas de prestígio, poder e mando, por meio de ações afirmativas (SANTOS, 2010).

Diante disso, após assumir a presidência Lula estabeleceu em março de 2003 a Secretaria Especial de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), em repostas às reivindicações do Movimento Negro. Durante o discurso de inauguração da Secretaria, Lula oficialmente reconheceu a existência da discriminação racial contra negros no Brasil, algo que já tinha sido reconhecido no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Assim, Lula manteve uma linha de discurso instaurada no governo anterior, desmentindo a noção de uma democracia racial no Brasil:

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação [de discriminação]: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria pobre. Mais de 64 por cento dos pobres e pelo menos 70 por cento dos indigentes são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país também são negros. (...) Essa situação injusta e cruel é produto da nossa história – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la. O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida. (...) Ao nascer, a nova Secretária [Seppir] dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto de Governo (SILVA apud BRASIL/SEPPIR, 2003, p. 6).

Com essa declaração, Lula cumpria algumas de suas promessas, se alinhado com as demandas do Movimento Negro. Segundo a lei

que regulamenta a SEPPIR, a respeito do seu dever, este estava ligado à formulação, coordenação e a articulação de políticas e procedimentos para a promoção da igualdade racial, com vistas à consolidação da temática de igualdade racial. Além disso, um ponto importante em relação a sua atuação institucional, é a coordenação com outros ministérios e seus referentes secretarias e órgãos do poder Executivo, além das colaborações com governos estaduais e municipais, buscando assegurar que a questão racial seja abordada de forma inclusiva e integrada.

Com as influências das Nações Unidas para a adoção de medidas efetivas nos Estados após a conferência Durban para garantir a inclusão da população negra, a temática educação sempre foi central nas discussões do Movimento Negro e nos estudos sobre as desigualdades raciais devido à sua incontestável importância na percepção e luta das disparidades sociais e raciais no Brasil. Factualmente, a educação é vista como um atributo individual sendo considerada um recurso fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos. Porém, a compreensão das desigualdades educacionais requer que a educação seja entendida não apenas como um traço individual, mas um processo influenciado por políticas educacionais e características institucionais.

Mas, nos últimos quinze anos os indicadores educacionais têm melhorado em todas as faixas de ensinos e em todos os grupos sociais, embora ainda existam desigualdades raciais, as políticas educacionais criadas nos grupos Lula foram fundamentais para a redução das faixas de evasão e repetência. No entanto, através da tabela abaixo podemos observar as políticas implementadas em seu governo, além das suas funções e como elas foram eficientes para pagar a dívida histórica que o Estado tem com a população negra.



## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Tabela - Políticas implementadas na área da educação

Lei 10.639 de 2003	Altera a Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)	Criada em Julho de 2004 Principais programas: 1- Programa Diversidade na Universidade PIC (Projeto Inovadores de Curso): Apoio a instituições que tenham ao menos um ano de experiência na gestão de projetos educativos inovadores voltados para grupos socialmente desfavorecidos. Para concorrer ao financiamento basta as instituições terem 51% de afrodescendentes ou indígenas matriculados e repassar entre 40% a 50% do valor para os

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

	<p>estudantes, a título de bolsa de manutenção.</p> <p>2- Tutoria de Ensino Médio: Distribuição de 720 bolsas de permanência para alunos afro-brasileiros que estão cursando o Ensino Médio.</p>
SISU (Sistema de Seleção Unificada)	Criado em Setembro de 2012 por meio do Decreto nº 7.824, para o ingresso de estudantes em Instituições públicas de Ensino Superior.
PROUNI (Programa Universidade para Todos)	Medida Provisória 213/Set.2004/Projeto de Lei 3.582/2004/Lei 11.096/Jan.2005. Programa de bolsas integral e parcial para a população baixa renda. Sendo parte das bolsas destinadas para estudantes negros e indígenas, seguindo a proporção desses grupos étnicos na população de cada estado
Instituição da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados com a	Monitoramento e avaliação das políticas educacionais voltadas para o leal cumprimento do dispositivo na Lei 10.639.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Educação dos Afro-Brasileiros- CADARA/MEC	
FNDE (Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)	Resolução 14 de 28 de Abril de 2008 Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Superior (Uniafro): Apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades nos núcleos de estudos Afro- Brasileiros (Neabs) e grupos correlatos das instituições públicas de educação superior.

Fonte: Elaboração própria

É por meio dessas políticas educacionais implementadas durante os governos Lula (2003- 2010) que incrementaram a luta contra o racismo e a discriminação racial no país, promovendo a inclusão da população negra nos sistemas de ensino. Dada a pressão do Movimento Negro na década de 90 e as conferências internacionais impulsionadas pelas Nações Unidas que a inclusão da temática racial passou a fazer parte da agenda política brasileira, sendo um marco fundamental para a implementação de cotas no ensino público e privado, em termos de política de diversidade.

As práticas discriminatórias no sistema educacional impedem a permanência de crianças e adolescentes, aumentando o índice de evasão escolar. Dessa forma, essa base foi essencial para a

justificativa da implementação da lei 10.639, que busca combater os estereótipos e preconceitos existentes nas salas de aula e nos livros didáticos, abordando tanto aspectos relativos do cotidiano escolar quanto conteúdos de ensino. De acordo com o parecer que determina a Lei:

Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas (BRASIL, 2004, p.18).

De modo geral, o silenciamento das escolas sobre as questões étnicas raciais de fato acabou contribuindo para a segregação da população negra, ao evitar discussões raciais nas salas de aula e ignorar as práticas racistas. De maneira não explícita, a escola acaba perpetuando um ambiente preconceituoso e atitudes racistas, mesmo em livros didáticos ao não abordar adequadamente as questões étnico-culturais contribuindo para esse silenciamento.

Devido à pressão do Movimento Negro e o reconhecimento da problemática étnico-racial no país, em 9 de janeiro de 2003 é promulgada a Lei nº 10.639, que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira, (BRASIL, 1996, 2003 apud MARTINS, 2010, p. 120).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as políticas afirmativas ganharam destaque devido às influências dos debates e Conferências Internacionais realizados pela Organização das Nações Unidas, sendo através do surgimento da terceira Conferência mundial para tratar sobre racismo e as discriminações raciais entre as Nações que os debates sobre as questões raciais passaram a entrar na agenda política brasileira.

No cenário nacional, houve destaque para luta do Movimento Negro Unificado (MNU) por reivindicações de direitos para a população negra. O movimento negro ressurgiu após a redemocratização do país, com o fim da Ditadura Militar em 1964, representando um símbolo para as conquistas da população negra. Considera-se que o Movimento foi um ator fundamental para a representação da delegação brasileira juntamente com as demais Organizações não Governamentais em Durban.

A respeito das suas conquistas, podemos afirmar que o movimento influenciou significativamente a promulgação da Lei nº7.716, de 5 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito, raça e cor. Também, foi por meio das suas reivindicações que o Estado alterou a Lei nº9.394 para a Lei nº10.639 tornando obrigatória o ensino sobre a História e Cultura e Afro-Brasileira nos ensinos fundamental e médio. Dessa forma, o MNU foi um ator crucial nas lutas sociais para reivindicar direitos para a população negra, que são considerados fundamentais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Principalmente aqueles voltados para a área da educação, onde o movimento lutou pela inclusão da população negra em centros de ensino educacionais e nas Universidades.

A respeito da Conferência Durban, a participação da delegação brasileira ocasionou a assinatura do país no documento final da conferência, onde o Brasil se comprometeu a adotar medidas

compensatórias para a população negra, contribuindo para a sua inserção na sociedade com direitos fundamentais, como saúde, educação, entre outras políticas que colaborassem para a diminuição das desigualdades sociais e raciais no país.

Desse modo, a partir da assinatura do Brasil no documento, nos anos de 2002 o Estado começou a adotar políticas que garantisse a inclusão dessa população nas estruturas sociais. Quanto às políticas voltadas para a área da educação, é através dos governos Lula (2003-2010) que as políticas afirmativas começam a ser implementadas para essa área.

No início do seu governo, Lula implementou a Lei 10.639, fruto das reivindicações do Movimento Negro na década de 90. Outras políticas implementadas voltadas para a educação a partir dos anos de 2003, tivemos a criação dos programas; SISU, PROUNI, a Instituição da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados com a Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA), além da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que buscaram promover a inclusão da população negra nas Instituições Educacionais além de fomentar os debates sobre raça, racismo e discriminação racial na sociedade.

A importância das políticas afirmativas adotadas pelo Estado nos governos Lula contribuiu para o aumento do número da população negra no ensino fundamental, médio, técnico e no aumento do ingresso de jovens e adultos nas Universidades Públicas e Privadas do país. Assim, gerando oportunidades futuras para a população negra no mercado de trabalho, impactando positivamente as vidas dessa população, contribuindo para a sua inclusão justa e igualitária na sociedade além da importância e do reconhecimento cultural da cultura Afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

APRILE, M. Políticas Públicas para Acesso ao Ensino Superior e Inclusão no Mundo do Trabalho – o Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão.

BATISTA, J. O legado da Conferência de Durban para o Brasil.

Disponível em:

<<https://www.conectas.org/noticias/o-legado-da-conferencia-de-durban-para-o-brasil/>>. Acesso em: 19 Mar. 202

Conferência mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Declaração de Durban e Plano de Ação. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2001

FONTES, E. Da abolição ao mito da “democracia racial”, clássico de Clóvis Moura retrata a relação da luta antirracista com a luta de classes. Disponível em: <<https://ponte.org/da-abolicao-ao-mito-da-democracia-racial-classico-de-clovis-moura-retrata-a-relacao-da-luta-antirracista-com-a-luta-de-classes/>>. Acesso em: 15 mar. 2024

Governos Lula e Dilma priorizaram combate ao racismo. Disponível em:

<<https://www.cut.org.br/noticias/governos-lula-e-dilma-priorizaram-combate-ao-racismo-1d74>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

HOFBAUER, A. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. 1999. Dissertação. São Paulo, São Paulo, 1999.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.

Novos Estudos - CEBRAP, n. 87, p. 77-95, jul. 2010

RODRIGUES, T. Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacioal nas décadas de 1980-1990. Dissertação. São Carlos, 114, 2005.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. AÇÕES AFIRMATIVAS: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. *Revista de Políticas Públicas*, v. 14, n. 1, 1 Ago 2015 Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/354>>. Acesso em: 20 mar 2024.

LIMA, 'JOSÉ AUGUSTO; MORAES\*, A. L.; ESTRELA\*, G. Casos de racismo e injúria crescem, respectivamente, 43% e 6% no DF. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/05/5096582-casos-de-racismo-e-injuria-crescem-respectivamente-43-e-6-no-df.html>>. Acesso em: 14 maio. 2024.

Sobre o FNDE. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral/visao-geral-e-ambiente-externo>>. Acesso em: 02 maio. 2024.

## FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Tocantins - UFT



## Capítulo 5

# LAND GRABBING E FINANCEIRIZAÇÃO: POSSE DE TERRAS BRASILEIRAS PELO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL (2016-2022)

Luna Emanuela Monteles Silva <sup>1</sup>  
Fabiana Scoleso <sup>2</sup>

### RESUMO

Com as transformações sistemáticas na economia internacional das últimas décadas, a financeirização tornou-se central para entender a organização e territorialização do capital, seus novos modos de produção e formas de acumulação. O presente relatório objetiva analisar a dinâmica atual do capitalismo, focando no fenômeno do *land grabbing*, o qual categoriza a terra em um ativo especulativo dentro dos sistemas financeiros. Através de uma revisão bibliográfica, foram identificadas as mudanças no padrão de produção capitalista e suas implicações para as políticas econômicas. A pesquisa levantou dados sobre os investimentos estrangeiros em terras brasileiras. Utilizando metodologias de coleta e processamento, foram observadas disparidades e quantificações variadas entre as bases de dados acessadas. O estudo revela como os fluxos financeiros se enraízam em diferentes setores econômicos e sociais, superando fronteiras e criando novas espacialidades para a acumulação ampliada, evidenciando a crescente posse de terras brasileiras por investidores estrangeiros.

**Palavras-chave:** Mercado de Terras; Financeirização; Investimentos; Capital Internacional.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais, Bolsista  
Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins,  
luna.monteles@mail.uft.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em História Social, Professora Adjunta II do curso de Relações  
Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, fscoleso@mail.uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XXI, o capitalismo global tem experimentado transformações significativas e profundas, em vista disso, um aspecto crucial para entender essas mudanças é o papel crescente da terra e dos recursos naturais na agenda de investimentos dos Estados, das grandes corporações transnacionais e do setor financeiro em geral. Conforme Santos *et al* (2022), o *boom de commodities* e o aumento do preço das terras no início do século XXI desencadeou o interesse nos investimentos do setor primário, consequentemente colocou as áreas favoráveis para essas atividades em evidência no plano internacional. Após a crise de 2008 a busca pela aquisição de propriedades agrárias entrou em um crescimento constante, os investidores procuravam diversificar seus ativos financeiros para que fosse possível uma vasta e lucrativa aplicação das capacidades do capital. Este cenário desenha um outro mercado de terras que encontra acelerada expansão nas porções e dimensões geográficas de territórios negociados por diversos atores transnacionais (SASSEN, 2016).

Sob tal perspectiva, a atual configuração mundial utiliza as finanças como elemento central na sociabilidade do capitalismo do século XXI. A agricultura é o setor da economia integrado e submetido por este processo e a aquisição de terras é um elemento decisivo deste processo, pois o imóvel rural é visto como ativo e como mercadoria (DELGADO, 2016) territorializando, desta forma, os capitais internacionais e a Classe Capitalista Transnacional (CCT). Os diferentes elos das cadeias produtivas (desde a produção até a distribuição) estão integrados e colaboram para maximizar os lucros e alcançar a superacumulação, que é um excesso de capital em busca de novas formas de valorização. O agrupamento dos vários estágios produtivos resulta na formação de grandes corporações e conglomerados, que beneficiam dos lucros tanto das transações

financeiras quanto da produção e comercialização de *commodities* no mercado internacional.

Diante desse panorama, observa-se um crescimento exponencial nos negócios dos setores extrativos, como agropecuário, mineral e energético. Em particular, destaca-se o movimento global voltado para a compra e arrendamento de terras, que visa a diversos objetivos produtivos, especulativos e "ambientais" (GOMES, 2020). Esse fenômeno é amplamente caracterizado pelo *land grabbing*, que envolve a apropriação de grandes áreas de terra por atores transnacionais e financeiros. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até dezembro de 2020, por volta de 3,94 milhões de hectares de terras brasileiras eram dominados de maneira formal por pessoas físicas, corporações e fundos estrangeiros.

A integração das dimensões materiais da estrangeirização fundiária brasileira e da financeirização da agricultura — processos que exigem cada vez mais espaço e articulações para se expandirem — é fundamental para entender a lógica atual do capitalismo. Além disso, é crucial analisar o papel do Brasil nessa dinâmica global, que demanda cada vez mais tanto *commodities* tradicionais quanto tecnológicas.

Diante desse conjunto de aspectos, o tema surge como uma questão crucial no campo das Relações Internacionais: o estudo propõe examinar a aquisição de terras brasileiras por capitais estrangeiros e como essa prática é facilitada pelo processo de financeirização, um componente central da mundialização do capital. A pesquisa visa destacar e analisar dados quantitativos sobre o volume e a escala das apropriações fundiárias transnacionais, além de explorar os fluxos de investimentos associados. O objetivo é avaliar a influência crescente das finanças sobre a agricultura, examinando

como a estrangeirização da estrutura agrária reflete a crescente importância do setor agrícola como alvo de investimentos financeiros globais.

## MÉTODO E MATERIAIS

Esta pesquisa tem caráter exploratória-descritiva, empregando métodos qualitativos e quantitativos, cada um oferecendo contribuições distintas para a compreensão dos fenômenos. Conforme KKV (1994), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela utilização de medições numéricas e métodos estatísticos, visando à generalização dos resultados e à testagem de hipóteses causais, além de garantir replicabilidade; ainda, os métodos qualitativos, com foco em um número reduzido de casos, utilizam entrevistas intensivas e análise aprofundada de materiais históricos.

A partir dessa proposta é objetivada a verificação de registros bibliográficos, tabelas, gráficos, imagens, mapas e demais elementos, usando fontes de sistemas do Governo Federal, de entidades públicas agenciadoras de políticas agrárias, de corporações privadas, de organizações de pesquisa, entre outros. O intuito é evidenciar a dimensão da estrangeirização de terras no Brasil, relacionando a conjuntura material com as premissas teóricas sobre as modificações e formações estruturais da economia mundial.

Ressalta-se que o trabalho parte do enfoque da Teoria Crítica, e faz a tentativa de apropriar-se de determinadas categorias e discussões desenvolvidas a partir da obra de Marx. Assim, estabelece-se um sólido arcabouço teórico-metodológico. As observações dos fenômenos econômicos e políticos sob a ótica do materialismo histórico-dialético visam explorar as diversas nuances e particularidades presentes no estudo da financeirização global, na integração do Brasil aos circuitos de investimentos internacionais e

na dimensão das terras agrícolas dentro dessas conjunturas. Este enfoque permite construir uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder que fundamentam a atual lógica de acumulação.

Para iniciar a discussão processual e conceitual, o foco central é a internacionalização das finanças, que constitui a base do regime de acumulação atual. Utiliza-se a perspectiva da mundialização financeira desenvolvida principalmente por François Chesnais. Além disso, a abordagem da escola regulacionista é relevante para o entendimento desse cenário.

Uma vez estabelecidas as categorias de análise e abstrações relevantes para o sistema em questão, iniciou-se a coleta dos dados que compõem o objeto de estudo principal, bem como os dados adicionais que contextualizam os acontecimentos detalhados. As fontes consultadas incluem: o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e outras ferramentas do INCRA; informações e elementos do IBGE, como o Censo Agropecuário e séries históricas do PIB; estudos de órgãos públicos; relatórios de empresas privadas, especialmente aquelas envolvidas em aconselhamento de investimentos financeiros; artigos, teses e livros acadêmicos; dados de organizações financeiras internacionais, como o Banco Mundial, a ONU e o FMI; veiculações jornalísticas e midiáticas; e informações produzidas por instituições dedicadas às dinâmicas territoriais a nível nacional e global, como DATALUTA, Grain e Land Matrix.

## DADOS E DISCUSSÃO

Desta metamorfose dos meios de extração de riqueza na contemporaneidade, formou-se o mercado global de terras que acompanha as dinâmicas do regime econômico em exercício (SASSEN,

2016). A terra é vista como um ativo e produto financeiro, assim “vinha sendo demandada não somente por sua utilidade na produção agrícola, assim, terra é vista não apenas como um recurso para produção agrícola, mas também como um ativo financeiro valioso, por isso as negociações em torno desse elemento vão além do ato de compra, na verdade constituem uma rede com aparatos sofisticados que entrelaçam diversos setores sob os ganhos conquistados na bolsa de valores.

O valor das terras não está diretamente atrelado ao valor das *commodities* que elas produzem, refletindo uma dinâmica econômica onde o lucro derivado da posse de terras transcende a mera produção. As bases diretas dessa ordenação sob o funcionamento financeiro são dispostas compreendendo as dinâmicas que favoreceram e desenvolveram os circuitos econômicos do setor primário-extrativista, iniciadas no começo anos 2000, assim tomando forma o “*boom de commodities*” global. Além disso, o cenário da crise de 2008 produziu a necessidade de transbordamento para além das atividades econômicas afetadas, assim, essa sobreacumulação é uma característica intrínseca do capitalismo, onde o excesso de capital busca novos canais de investimento, frequentemente resultando na especulação com terras e outros ativos (HARVEY, 2020).

Com a globalização financeira e a busca por novos investimentos, as terras ao redor do mundo são vistas como uma oportunidade ideal para alocar capitais excedentes e continuar com a acumulação maximizada. Ao interior dessa dinâmica configura-se o *Land Grabbing*, os esforços para sua conceitualização também são múltiplos, o presente estudo relaciona tal prática indo além dos aspectos materiais da terra e a aquisição por agentes transnacionais no interior dos territórios nacionais, ou seja, é compreendida a totalidade, atentando-se sobre as “formas de controle (poder), uso

(decisão) e remuneração (pagamento da renda) que envolvem a apropriação das terras” (GOMES, 2020, p. 73).

Detalhando o papel que as terras desempenham nos circuitos de investimentos internacionais, têm-se:

os agentes financeiros passaram a direcionar investimentos para empresas essencialmente agrícolas ou que atuam, em parte, no agronegócio – tornando-as financeirizadas – que atuam diretamente na propriedade rural, seja na produção de commodities agrícolas e nas ações de compra e venda (mercado real) de terras, seja na tentativa de constituição da terra como um ativo financeiro (COGUETO, 2019, p. 21).

Partindo do que foi esquematizado, a apropriação dos territórios de aproveitamento agrícola em larga escala envolvem diversos agentes financeiros: grandes empresas de relevância nas cadeias agropecuárias, outras corporações exteriores ao setor mas que estão entrando em confluência pelas ações, Estados (tanto por uma perspectiva de atuação estrangeira, quanto por viabilização de empreendimentos nacionais), e os diversos investidores institucionais privados (GOMES, 2020). A centralidade da busca ampla e acelerada por terras globais representa o fenômeno do *Land Rush*, ordenado e congruente, sob a responsabilidade do atual regime de acumulação que objetiva expandir a reprodução e rentabilidade do sistema, concretizando a mobilidade de capitais e investimentos (COGUETO, 2019).

A partir da consolidação e abertura setorial agrícola brasileiro ao setor financeiro, angariadas pelas consequências e necessidades da crise de 2008, os investimentos e negociações envolvendo as terras brasileiras são vistos de maneira expressiva.<sup>3</sup> De acordo com o relatório do Banco Mundial sobre o processo de estrangeirização de terras, o Brasil é visto como um Estado onde “land is fairly abundant and technology is advanced, often a result of past investment in technology, human capital, and infrastructure. Here, savvy investors have recently exploited opportunities for area expansion” (BANCO MUNDIAL, 2010, p.38), e é categorizado no segundo tipo disponibilidade territorial.

Ainda, em 2017 a EMBRAPA estimou que somente 7,8% das terras totais tinham uso agrícola (o uso agropecuário total estava em 30,2%), demonstrando o potencial brasileiro de expansão produtiva e alocação de investimentos sobre os solos.

A mensuração e documentação precisa da estrangeirização de terras é um desafio significativo, mesmo utilizando registros primários dos órgãos de fiscalização do país. Desde o final dos anos 2000, diversos estudos, relatórios e compilações foram realizados com o objetivo de fornecer dados mais detalhados e precisos sobre esse fenômeno. De acordo com o SNCR, até 2022, existiam 8,4 milhões de propriedades rurais, em um total de 914,5 milhões de hectares. Deste montante, 30 mil imóveis, em 3,6 milhões hectares, eram identificados como pertencentes a estrangeiros (pessoas físicas e jurídicas)<sup>4</sup>, tais números representam 0,33% e 0,39%, respectivamente (LAND MATRIX, 2023).

O Jornal Brasil de Fato solicitou ao INCRA, por meio da Lei de Acesso à Informação em 2020, os dados referentes à essa realidade: foram repassados o total de 3,94 milhões de hectares sob o controle



de fluxos externos, e entre isso 2,2 milhões de hectares são registrados por pessoas físicas e 1,72 milhões por pessoas jurídicas.<sup>5</sup>

O gráfico 01, elaborado por Gomes (2020) é notável para a compreensão e análise dos dados existentes sobre a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, visto que elaborou-se um mapeamento dos investimentos externos em terras brasileiras, registrando 240 casos de aquisição por pessoas jurídicas até 2020. Ademais, a rede DATALUTA forneceu dados sobre a territorialização dos investimentos estrangeiros no Brasil entre 2013 e 2019, contabilizando 140 casos.

Para ampliar a análise da documentação sobre a aquisição de terras por estrangeiros, foram consultados os bancos de dados da organização Land Matrix. Entre 2016 e 2022, foram registrados globalmente 3.848 negócios envolvendo agentes estrangeiros. No Brasil, foram identificados 168 negócios, abrangendo 170 investidores, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. A Figura 01 detalha as categorias adicionais das negociações encontradas.

É fundamental observar que a expansão do capital financeiro no mercado de terras no Brasil foi facilitada por transformações institucionais e jurídicas nas instâncias regulatórias. A Lei nº 13.986/2020, alcunhada como Lei do Agro, promoveu uma maior flexibilização para a entrada de capitais privados, predominantemente transnacionais, nas cadeias produtivas do agronegócio. Observa-se um aumento na securitização dos títulos de crédito, uma maior adoção dos mecanismos de financiamento tradicionais e a introdução de novos instrumentos para ampliar os investimentos, como os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros), criados pela Lei 14.130 de 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise dos excedentes de capital leva à busca por novos territórios e oportunidades lucrativas, moldando os fluxos de investimentos através dos processos financeiros que definem o capitalismo contemporâneo. Essa configuração é observada em diversos setores econômicos e aspectos da vida social, com a superação de fronteiras e a criação de novas espacialidades voltadas para a acumulação ampliada. A necessidade de acumulação do capital impulsiona transformações no espaço e no tempo, resultando em novos arranjos territoriais e institucionais, exacerbando desigualdades sociais, geográficas e econômicas.

A mensuração da estrangeirização de terras globalmente é um desafio, pois muitos Estados não possuem dados precisos sobre esse fenômeno, evidenciando a falta de regulamentação e institucionalização nas negociações territoriais. No Brasil, embora existam registros de imóveis em posse de estrangeiros, a base de dados é falha, sem categorias específicas para a contabilização. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a principal instituição responsável por esses dados, através do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). No entanto, o sistema apresenta instabilidades e limitações, como a dependência da documentação fornecida pelos proprietários — assim estima-se que mais imóveis são de posse externa — e a presença de duplicidade de dados, além da falta de indicação da nacionalidade dos proprietários.

A pesquisa revela que, devido a essas limitações, os dados sobre compra e venda de terras por estrangeiros não refletem com precisão a realidade. Diferentes metodologias de coleta e processamento são empregadas, resultando em disparidades e variações nas quantificações entre as bases acessadas, o que não necessariamente indicam erros, mas refletem as particularidades de cada análise.

A busca global por terras está ligada à expansão do capital financeiro, à mobilidade dos investimentos e à construção de infraestruturas destinadas à reprodução sistêmica do capitalismo. Esse processo de acumulação responde à noção de desenvolvimento gerada pelas mudanças na economia global contemporânea, incorporando espaços desiguais nas esferas financeiras. Assim, os investimentos estrangeiros e brasileiros em *commodities* contribuem para a expansão das estruturas de acumulação e para a divisão produtiva desigual.

## REFERÊNCIAS

<sup>3</sup> Segundo Sassen (2016), um dos fatores estruturais que permite com que esses negócios aconteçam nesses países do “Sul Global” e da Europa Oriental está relacionado ao papel que as reestruturações do FMI e do Banco Mundial, ampliadas pelas regras da OMC, tiveram no enfraquecimento econômico e de governos em diversos países, desde a década de 1980, permitindo a penetração do sistema financeiro e das grandes corporações nas economias nacionais. O complexo de tendências e condições, associado a essa reestruturação, facilitou de fato a aquisição maciça de terras por estrangeiros, que foi intensificada depois da crise de 2008. (GOMES, 2020, p. 77).

<sup>4</sup> 4,7 milhões de imóveis (aproximadamente 505,8 milhões de hectares) não têm a nacionalidade indicada no sistema (LAND MATRIX, 2023).

<sup>5</sup> Tal distribuição é representada no gráfico 02.

BANCO MUNDIAL. Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?. Washington

Capital: 2010. Disponível em:

<[siteresources.worldbank.org/INKARD/Resources/ESW\\_Sept7\\_final\\_final.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INKARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf)>.

CHENAIS, F. coord. A Mundialização Financeira: gênese, custo e riscos. São Paulo: Xamã, 1996.

CHENAIS, F. A Finança Mundializada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

COGUETO, J. V. Território, Finanças e Land Grabbing : tecnoesfera e psicoesfera na tentativa de transformação da terra agrícola em ativo financeiro e a expansão da fronteira agrícola brasileira. Rio Claro: 2019.

DELGADO, G. C. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. O movimento do mercado de terras. Le Monde Diplomatique Brasil. Abr. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-movimento-do-mercado-de-terras/>.

GOMES, C. M. P. A formação de um novo mercado global de terras no Brasil: land grabbing e “última fronteira agrícola”-MATOPIBA. Rio de Janeiro: 2020.

HARVEY, D. Os sentidos do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press, 1994. KKV.

LAPYDA, I. A financeirização no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VENENCIA, C. D. et al. LAND MATRIX: El acaparamiento se renueva de energías verdes y otros extractivismos. Buenos Aires: Fundapaz, dossiê nº 5, 2023

SASSEN, S. Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* v. 50, n. 3, set 2012.

SNCR. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

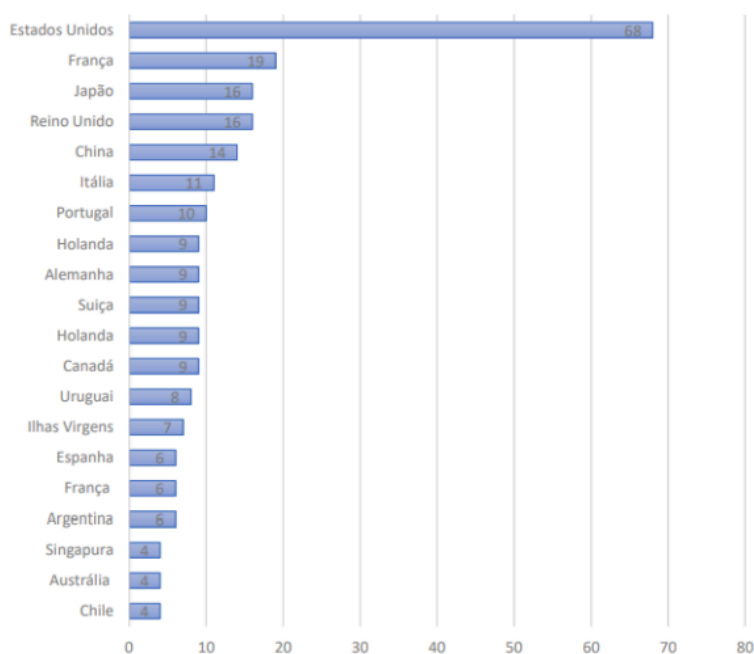
Disponível em:

<http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/sncr-sistema-nacional-de-cadastro-rural>.

## FINANCIAMENTO

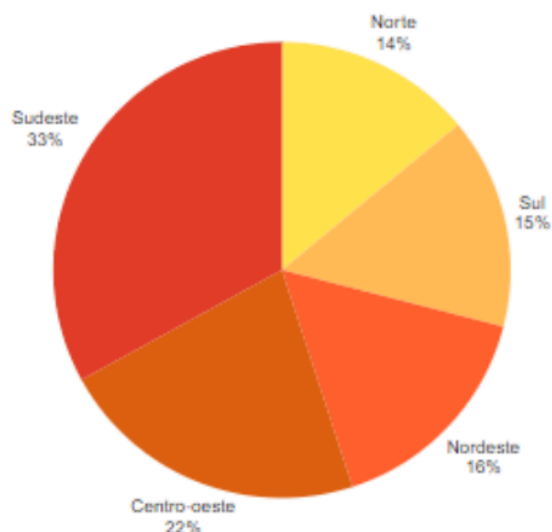
O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Gráfico 01: Principais países investidores de terras no Brasil



Fonte: Gomes (2022)

**Gráfico 02:** Percentual de terras controladas por estrangeiros por região



Fonte: INCRA, 2021 elaboração por MENEZES, 2023.

**Figura 01** -Detalhamento das negociações de terras brasileiras entre agentes externos identificadas pelo Land Matrix, entre 2016 e 2022

	Number of deals	Size under contract	Intended size
Expression of interest	0	0 ha	0 ha
Under negotiation	4	7 600 ha	13 550 ha
Memorandum of understanding	2	8 590 ha	3 590 ha
Intended	6	16 190 ha	17 140 ha
Oral agreement	4	82 816 ha	330 ha
Contract signed	154	4 767 045 ha	1 800 479 ha
Change of ownership	0	0 ha	0 ha
Concluded	158	4 849 861 ha	1 800 809 ha
Negotiations failed	1	0 ha	200 000 ha
Contract canceled	2	87 527 ha	0 ha
Failed	3	87 527 ha	200 000 ha
Contract expired	0	0 ha	0 ha

Fonte: LAND MATRIX, 2023

## Capítulo 6

# A INFLUÊNCIA DOS EUA NA POLÍTICA DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA, ATRAVÉS DO PLANO COLÔMBIA

Ramon Pereira Lima <sup>1</sup>  
Dr Italo Beltrão Sposito <sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo examina a influência dos Estados Unidos no desenvolvimento e implementação do Plano Colômbia, destacando os principais elementos que definem a cooperação bilateral. Utilizando a Análise de Política Externa, a pesquisa explora dois conceitos-chave: a "intervenção por convite" de Arlene Tickner e a "abordagem internacionalista" de Tom Long, mostrando como as estratégias dos EUA e as políticas colombianas evoluíram conjuntamente. Adotando uma metodologia de estudo de caso, a pesquisa analisa documentos oficiais, tratados bilaterais, relatórios governamentais e dados de agências como a *USAID* e a *DEA*. Esta abordagem permite uma análise detalhada das dinâmicas entre os atores envolvidos e das mudanças nas estratégias e prioridades dos governos dos EUA e da Colômbia ao longo do plano. Durante as presidências de Andrés Pastrana, Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos, o foco da cooperação mudou de apoio ao desenvolvimento para militarização e, finalmente, para a paz e reconciliação. A "intervenção por convite" foi uma estratégia central, com a Colômbia alinhando suas políticas de segurança com os esforços antiterrorismo dos EUA. A influência dos EUA na Colômbia não foi estática, mas adaptável às mudanças políticas. A "abordagem internacionalista" sugere que a Colômbia conseguiu moldar seu relacionamento com os EUA para atender aos seus interesses nacionais. Embora inicialmente militarista, o envolvimento dos EUA gradualmente incorporou uma agenda de desenvolvimento, refletindo uma relação bilateral dinâmica.

**Palavras-chave:** Assistência externa; Política Externa; Plano Colômbia.

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais, Bolsista Pibic/FAPT, Universidade Federal do Tocantins, [ramon.lima@mail.uft.edu.br](mailto:ramon.lima@mail.uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Relações Internacionais, Professor Adjunto no Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, [italo@uft.edu.br](mailto:italo@uft.edu.br)



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final do Programa de Iniciação de Bolsas em Ciência Institucional (PIBIC) analisa o impacto da política dos EUA no combate ao tráfico de drogas da Colômbia, com foco no Plano Colômbia (2000-2016). O tráfico de drogas transcende as fronteiras nacionais e requer cooperação internacional para reduzir o seu impacto. Este estudo utiliza a análise da política externa como lente teórica para compreender as dinâmicas que moldam a relação entre os Estados Unidos e a Colômbia neste contexto de formulação de políticas antitráfico de drogas da Colômbia.

Neste estudo, exploramos como a influência dos EUA permeou o desenvolvimento e a execução do programa, mas, diferente de algumas análises que dão preponderância ao papel hegemônico dos Estados Unidos na definição da agenda do Plano Colômbia, buscamos analisar também a agência dos governos colombianos e sua capacidade mobilizar recursos e ações dos EUA, delineando os elementos-chave que definiram o formato da cooperação bilateral, a partir da avaliação nas diferentes estratégias utilizadas pelos presidentes colombianos que exerceram mandato durante o período.

## MÉTODO E MATERIAIS

Neste relatório, é apresentada a revisão da literatura especializada sobre relações internacionais, política externa e tráfico de drogas aplicada que ajuda a contextualizar teoricamente o estudo. Uma análise de documentos oficiais, tais como tratados bilaterais, e bases de dados e relatórios governamentais constituem as fontes primárias do estudo. Estes documentos fornecem informações sobre as posições, estratégias e políticas oficiais adotadas ao longo do período, sendo eles: *Knoema Colômbia*, *Departamiento Nacional de Estadística*,

*Ministerio de Justicia de Colombia, Observatorio de drogas de Colombia, U.S. Agency for International Development (USAID), Drugs Enforcement Agency data.*

Para análise do caso, foi usado um desenho de pesquisa de estudo de caso, que é uma metodologia que permite investigar um fenômeno dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Montenegro, 2016). Esta metodologia é particularmente relevante para analisar a influência dos Estados Unidos na política de combate ao narcotráfico na Colômbia, pois oferece uma compreensão profunda de situações complexas, abordando múltiplas variáveis e perspectivas (Silva; Campos, 2015).

No caso da pesquisa sobre o Plano Colômbia, o estudo de caso é de tipo crucial, porque facilita a exploração de interações e dinâmicas específicas entre atores e políticas (Odell, 2001). Por meio dessa metodologia, é possível averiguar as motivações políticas, econômicas e sociais por trás da agência dos chefes de estado colombianos na luta contra o narcotráfico na Colômbia (Mesquita, 2016). Além disso, permite a análise detalhada de como as estratégias implementadas impactaram a soberania e as estruturas internas da Colômbia. Portanto, ao aplicar um estudo de caso nesta pesquisa, pode-se aprofundar na natureza da influência norte-americana e suas consequências a longo prazo (Almeida, 2016).

Outro aspecto metodológico refere-se às diferenciações de estudo de casos, em que a análise interpretativa disciplinada de estudos de caso busca interpretar ou elucidar um evento ao aplicar uma teoria estabelecida a um novo contexto (Odell, 2001). Quanto mais explícito e sistemático for o uso de conceitos teóricos, maior será a eficácia da aplicação, os principais aspectos a serem considerados na concepção prática de um desenho de pesquisa, sendo eles: a

explicitação e justificativa da questão de pesquisa, descrição dos métodos e técnicas, simplificação da hipótese de trabalho, produção de inferências causais falsificáveis, apresentação dos limites do desenho de pesquisa, compartilhamento da base de dados, minimização da complexidade da linguagem e avaliação de críticas pré publicação (Figueiredo, 2012). Todos esses aspectos também são perceptíveis no livro de Sposito (2024) que também destaca que investigador precisa examinar se ocorreu algum tipo de distorção na coleta de dados, como uma seleção tendenciosa de observações na população ou se há uma negligência em relação às variáveis que podem impactar a relação causal entre uma variável de interesse e a variável dependente.

Estudos de casos descritivos, como este, buscam organizar a estrutura de um caso, delineando um perfil dos agentes, eventos e circunstâncias envolvidos. Seu principal objetivo é fazer um diagnóstico de uma situação social específica levando em consideração suas diversas variáveis. No entanto, segundo Almeida (2016), é válido ressaltar que a análise descritiva não pretende investigar relações de causa e consequência, mas sim reconstruir de maneira mais ampla os principais elementos da situação em análise. Isso evidencia a limitação natural da análise descritiva em explorar aspectos mais profundos das relações e causas subjacentes.

## DADOS E DISCUSSÃO

A relação entre a Colômbia e os Estados Unidos no combate ao narcotráfico foi profundamente influenciada pelas diferentes abordagens adotadas pelos presidentes colombianos ao longo dos anos, particularmente no contexto do Plano Colômbia. Esse plano, implementado a partir do final dos anos 1990, pode ser dividido em três fases distintas, cada uma marcada por mudanças significativas na

política externa e interna do país, conforme variavam as estratégias de cooperação com os Estados Unidos.

A política externa colombiana ao longo das últimas décadas pode ser compreendida através de três conceitos-chave. Esses termos, que refletem diferentes abordagens estratégicas, foram adotados para descrever as prioridades da Colômbia em suas relações internacionais cunhados pelo então presidente Marco Fidel Suárez em 1922. *Respice Polum*, traduzido como "olhar para o pólo," refere-se a uma política externa que prioriza as relações com grandes potências, notadamente os Estados Unidos. Já *Respice Similia*, ou "olhar para os semelhantes," caracteriza-se por uma política de aproximação e reconciliação com países vizinhos que compartilham condições assimétricas em relação aos EUA. E por fim, *Respice Orbis*, que significa "olhar para o mundo," representa a diversificação das relações internacionais da Colômbia para além do eixo tradicional com os Estados Unidos.

A primeira fase do Plano Colômbia teve início sob o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), cujo foco principal era a obtenção de apoio internacional, especialmente dos Estados Unidos, para enfrentar a crescente violência associada ao narcotráfico. Pastrana adotou uma postura diplomática ativa, negociando diretamente com Washington para assegurar o sucesso do Plano Colômbia (Mendez, 2012). O governo de Bill Clinton, nos EUA, apoiou essa iniciativa, enfatizando não apenas a assistência militar, mas também o desenvolvimento econômico e social (Cardona, 2001).

A segunda fase do Plano Colômbia iniciou-se em 2003, durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010). Essa fase foi marcada por uma mudança significativa na abordagem do governo colombiano, que passou a focar mais na militarização do combate ao narcotráfico e às guerrilhas, particularmente as FARC (Rojas, 2006). A "Segurança Democrática" foi a pedra angular da política de Uribe, visando retomar

o controle do território colombiano e reduzir a influência das guerrilhas, reafirmando a doutrina "Respice Polum" na política externa do país (Pecaut, 2008).

A terceira fase do Plano Colômbia teve início com a transição de governo para Juan Manuel Santos (2010-2018). Diferente de seu antecessor, Santos começou a se distanciar da abordagem militarista de Uribe, focando em uma política de paz e reconciliação. Ele iniciou diálogos de paz com as FARC, que culminaram no Acordo de Paz de 2016 (Tickner, 2017). A política externa de Santos buscou diversificar as alianças internacionais da Colômbia, seguindo os princípios de "Respice Similia" e "Respice Orbis," que enfatizavam tanto a reconciliação com os vizinhos quanto a expansão das relações globais (Herrera; Beleño, 2018).

A ajuda externa sempre foi uma ferramenta de política exterior para promover os objetivos estratégicos dos EUA no mundo. Sua relevância aumentou consideravelmente no contexto da bipolaridade, quando a ajuda externa foi direcionada para a recuperação econômica da Europa Ocidental e para países dispostos a colaborar com a contenção soviética. "Sem o imperativo da Guerra Fria, a política externa dos EUA provavelmente teria sido drasticamente cortada ou encerrada ao fim do Plano Marshall." (Lancaster, 2007, p. 58).

No entanto, a alocação destes recursos é um processo complexo. Além desta fragmentada divisão de trabalho entre diversas instâncias do governo, o sistema de ajuda dos EUA é complexo devido à forte incidência do Congresso que, além de aprovar os recursos, impõe restrições à agenda. "O processo de arbitragem política é complicado pelo sistema estadunidense de checks and balances entre os poderes legislativo e executivo, e pela presença dos grupos de interesse vindos de setores corporativos, governamentais e da sociedade civil." (Hudson, 2015, p. 338)

Este processo ilustra o que Tickner (2017) conceitua como intervenção por convite, uma intervenção militar por tropas estrangeiras em um conflito armado interno, a convite do governo do Estado em questão. Essas intervenções podem envolver combates reais pelas tropas estrangeiras, mas suas operações também podem se limitar à projeção de poder ou a outras formas de apoio militar ativo. Na Colômbia, a intervenção convidada envolveu apoio militar ativo, não tropas de combate dos EUA. Segundo Arlene Tickner (2007), o conceito de "intervenção por convite" descreve como governos latino-americanos, incluindo a Colômbia, frequentemente solicitam apoio externo, principalmente dos Estados Unidos, para lidar com crises internas, como o narcotráfico e a insurgência. Tickner argumenta que essa abordagem justifica a presença militar e a assistência técnica dos EUA como uma resposta a pedidos legítimos de governos soberanos, destacando a complexidade da soberania e da autonomia na política externa colombiana.

Nos anos 2000 predominou, portanto, a preocupação com o desenvolvimento voltado à contenção da fragilidade estatal, o que se observa através da criação de diversos escritórios para lidar com a prevenção de crises civis e resposta humanitária. Estados frágeis são aqueles incapazes ou indispostos a prover adequadamente segurança e serviços básicos para porções significativas da população, ou aqueles cuja legitimidade governamental está em questão. Incluem-se nesta categoria tanto os Estados falidos como aqueles que se recuperam de crises civis (Andreas; Martínez, 2014).

É possível observar, na última década, um especial esforço do governo estadunidense em fortalecer o papel da ajuda na política externa, através de reformas organizacionais e no aumento de apoio e recursos no Departamento de Estado, USAID e outras agências federais engajadas com a agenda de ajuda externa. O esforço pode ser

creditado à instrumentalização do desenvolvimento como parte da estratégia norte-americana para lidar com desafios globais, sobretudo com o terrorismo. Os documentos oficiais claramente associam estas ameaças difusas ao surgimento de lacunas de governança e capacidade de Estados frágeis (Colombia, 2018)

Borda e Rojas (2019) argumentam que a intervenção americana na Colômbia, embora muitas vezes justificada por razões de segurança, também reflete uma relação assimétrica onde os interesses americanos predominam. Eles sugerem que a Colômbia, apesar de receber assistência substancial, muitas vezes precisa alinhar suas políticas externas e internas aos interesses dos EUA para manter o apoio. Tom Long (2015), com sua abordagem "internacionalista", considera que, apesar das assimetrias de poder, há oportunidades para os países latino-americanos moldarem suas relações com os EUA de maneira a maximizar seus próprios interesses. Long argumenta que alianças regionais e acordos multilaterais podem ser ferramentas eficazes para equilibrar a influência americana e promover os interesses nacionais.

Os principais objetivos do Plano Colômbia eram reduzir a produção de coca, combater as forças de guerrilha como as FARC e promover iniciativas de desenvolvimento alternativo. A USAID combinou a ajuda econômica com o combate ao tráfico de drogas, uma estratégia multifacetada para abordar tanto as causas quanto às consequências subjacentes da instabilidade da Colômbia. A política externa de Pastrana foi caracterizada por um estreito alinhamento com os Estados Unidos, visando obter apoio financeiro e militar. Ele adotou uma postura diplomática ativa, negociando diretamente com Washington para assegurar o sucesso do Plano Colômbia (Mendez, 2012). A mudança de presidente nos Estados Unidos também teve um papel crucial, pois o governo de Bill Clinton inicialmente apoiou a

iniciativa com uma forte ênfase no desenvolvimento econômico e social, além da assistência militar.

A estratégia internacional durante o governo de Andrés Pastrana foi orientada, primeiramente, a recuperar a credibilidade e a posição da Colômbia na comunidade internacional, mostrando as verdadeiras dimensões dos problemas e retomando a liderança que o país havia perdido em muitos campos. Além disso, buscava-se a vinculação da comunidade internacional aos processos de paz, pois era mais viável obter apoio para a paz do que para a guerra (Buelvas, 2015). O Plano Nacional de Desenvolvimento (1998-2002) destaca que a recuperação da credibilidade e da posição da Colômbia na comunidade internacional era essencial, com um foco na vinculação aos processos de paz.

Para a implementação de algumas políticas do governo de Andrés Pastrana, era fundamental o interesse dos Estados Unidos, considerando seu caráter de potência mundial e hemisférica. Isso se traduz na primeira incidência que os EUA tiveram na agenda colombiana, que, embora não direta, conta com diversas implicações a nível nacional. Esforços constantes foram feitos para reativar as comunicações diretas com o governo norte-americano, buscando obter a credibilidade e aceitação necessárias para cumprir as metas estabelecidas no início da administração. Visitas de Estado do presidente Pastrana à Casa Branca e diálogos políticos com o legislativo dos EUA foram realizados com o objetivo de obter apoio e criar mecanismos de cooperação para a busca da paz (García, 2002).

Álvaro Uribe assumiu a presidência com uma abordagem significativamente diferente. Enquanto Pastrana focava na negociação e no desenvolvimento, Uribe adotou uma postura de linha dura contra as guerrilhas. Sua política de "Segurança Democrática" visava retomar o controle do território colombiano, reduzir a influência das FARC e desmantelar os grupos paramilitares. Sob a administração Uribe, a



agenda bilateral com os EUA passou de um enfoque nas questões relacionadas com a droga para um enfoque no combate ao terrorismo. Esta mudança de abordagem foi acompanhada pela retomada da doutrina *Respice Polum*, que orientou as relações internacionais da Colômbia durante a presidência de Uribe, conforme aponta Gonçalves (2022).

Dois principais acontecimentos influenciaram na definição da política externa da Colômbia desde o primeiro mandato de Álvaro Uribe, quais sejam: os atentados de 11 de Setembro de 2001 e a ruptura do processo de negociação de paz com grupos armados internos. Outros fatores foram decisivos para a inserção do conflito interno colombiano na luta contra o terrorismo, dentre eles: o aumento dos ataques da guerrilha e a afinidade ideológica do governo Uribe com o governo de Bush.

A *Política de Seguridad Democrática* (PSD) de Uribe combinava a política antidrogas de fumigação de cultivos e a modernização e fortalecimento das Forças Armadas com a assistência norte-americana. O 11/9 legitimou a mudança de interpretação do conflito colombiano de confrontação política para ameaça terroristal, legitimando, também, a PSD de Uribe e diminuindo as críticas até então recebidas por causa de sua estratégia de guerra. Esta estratégia, além de gerar uma aproximação e alinhamento maior entre EUA e Colômbia, formou uma coalizão antiterrorista (Rojas, 2006).

Ao definir a guerrilha como um movimento terrorista, o governo retirou o conteúdo social e político da agenda com relação aos grupos armados, além de contribuir para a justificativa do uso da força militar contra esses grupos (Borda, 2014). A PSD ganhou grande popularidade com a considerável diminuição de sequestros e de homicídios que logrou. Assim, os altos níveis de popularidade de Uribe, entre os maiores índices presidenciais da história, devem-se, em grande parte,

aos logros obtidos com a PSD, mesmo que os métodos utilizados, em geral, não observavam os princípios dos direitos humanos (Pecaut, 2008, Panchon, 2009 apud Parias; Bedoya, 2018).

Em seu segundo mandato (2006-2010), Uribe implementou a *Política de Consolidación de la Seguridad Democrática* (PCSD), que pretendia dar seguimento às atividades praticadas anteriormente no âmbito da PSD. Portanto, a PCSD atuaria em cinco áreas principais: 1) enfrentamento às ameaças à cidadania; 2) garantia da sustentabilidade política; 3) modernização da força pública; 4) transparência e eficiência do uso dos recursos públicos; 5) fortalecimento da relação com a comunidade (Cruz; Rivera, 2009).

Já a *Estrategia de Fortalecimiento de la Democracia y del Desarrollo Social* de Uribe, lançada em 2007, surgiu como uma continuação do Plano Colômbia e da política externa já conhecida pelo tripé consolidação, continuidade e “colombianização”. A velha nova estratégia se estenderia até 2013, pois pretendia assegurar a assistência do próximo mandato presidencial norte-americano, o qual abarcaria o período de 2009 até 2013; portanto, não coincidindo inteiramente com os mandatos presidenciais colombianos (2006-2010 e 2010-2014), mas sim norte-americanos (2005-2009 e 2009-

2013) (Rojas, 2006).

Em 9 de Maio de 2008, as FARC publicaram em seu website oficial um comunicado sugerindo que o então presidente Álvaro Uribe deveria renunciar, explicitando 13 pontos que seriam os motivos para esta renúncia. Além disso, afirmaram que o Estado Colombiano fazia papel de peão dos Estados Unidos. Este comunicado já apontava para a difícil possibilidade de negociação entre a organização e o Estado colombiano. Em seu discurso de posse do primeiro mandato, Santos

afirmou que “*avanzaremos desde la seguridad democrática hacia la prosperidad democrática*” (EL ESPECTADOR, 2010). A PSD deu lugar, então, à *Política de Prosperidad Democrática* (PPD), a qual abarcava uma grande gama de temas, como o processo de paz com a guerrilha, a reintegração da população e suas terras e a consolidação securitária (Rojas, 2013 apud Tickner, 2017).

Juan Manuel Santos, sucessor de Uribe, trouxe uma nova perspectiva à política externa colombiana. Inicialmente, Santos continuou as políticas de segurança de seu antecessor, mas gradualmente começou a se distanciar da linha dura de Uribe. Ele buscou uma solução negociada para o conflito armado e iniciou diálogos de paz com as FARC, o que culminou no Acordo de Paz de 2016.

Santos formou uma coalizão de governo entre alguns tradicionais dos partidos Liberal e Conservador, bem como o *Partido de la U*, *Cambio Radical* e *Partido Verde*, reduzindo a polarização política de antigamente. O *Partido de la U*, nos mandatos de Santos, tinha posições divergentes do posicionamento nos mandatos de Uribe e passou a se pautar pela negociação com os grupos armados para dar fim ao conflito e pelas políticas progressivas referentes aos temas do aborto, direitos humanos, direitos das 32 minorias, legalização de drogas, dentre outros. Dessa forma, em 2012, Uribe lançou um partido de oposição, o *Puro Centro Democrático*. (Alzate-Vargas, 2020). Tendo em vista a influência da política interna para o estabelecimento da política externa, é importante verificar as diretrizes principais de Uribe e Santos no que concerne à questão das drogas.

A política externa de Santos foi caracterizada por um esforço para diversificar as relações internacionais da Colômbia, buscando não apenas o apoio dos Estados Unidos, mas também fortalecendo os laços com outros países e organizações internacionais. A

administração de Barack Obama nos Estados Unidos apoiou os esforços de paz de Santos, embora com um foco menos intenso em assistência militar e mais em apoio diplomático e econômico (Suárez; Santos, 2018).

“o governo de Santos [...] definiu o Plano Estratégico do Ministério das Relações Exteriores, por meio do qual [estabeleceu] os principais objetivos e metas para os próximos quatro anos de sua política externa” (Vargas-Alzate, 2018, p. 390).

Juan Manuel Santos implementou alterações substanciais na política interna e externa, levando a uma fratura na sua aliança com Uribe, que então se tornou o seu principal adversário. A abordagem de Santos nas relações exteriores foi marcada pela intercalação entre o princípio *Respice Orbis* (olhar para o mundo), que enfatizava a necessidade de diversificar as relações internacionais, com o *Respice Similia* (Tokatlián, 1988 apud Tickner, 2017). Durante o mandato de Santos, tornou-se uma prioridade normalizar as relações econômicas e diplomáticas com a Venezuela e o Equador. Seguindo essa direção, foi proposta uma política externa com o objetivo de expandir a presença diplomática no exterior e aprofundar as relações bilaterais, posicionando o país como uma “ponte”, “articulador” ou “mediador” na região.

O exame da política externa de Santos por diversos estudos incorpora conceitos e teorias da APE. Em sua pesquisa, Sánchez e Campos (2019) empregam análise cognitiva de Jervis para avaliar o impacto, as crenças e percepções da elite política, bem como a interpretação de Santos sobre eventos históricos e decisões passadas. Eles observam a transformação da abordagem de Santos, passando de uma política de isolamento internacional, que refletia as estratégias de Uribe, para uma política focada na integração e no fortalecimento das

relações com as nações vizinhas. Esta mudança na percepção internacional é claramente demonstrada através do reconhecimento do conflito armado na Colômbia e do início de uma nova era de reconciliação através do processo de paz com as FARC.

A criação de uma nova identidade global foi buscada através do envolvimento em negociações com as FARC, o que abre o potencial para a paz. Esta abordagem implica a adoção de um tom diplomático e multilateral, afastando-se de uma postura estritamente presidencial. A relação com o aliado de longa data é caracterizada por uma abordagem mais criteriosa, em vez de apoio incondicional (Pastrana, Vera, 2012).

Além disso, abriu espaço para a expansão das relações para Ásia e África. Assim, Santos adotou uma política exterior mais pragmática e não centrou sua política externa exclusivamente na relação com os EUA, nem na questão securitária; todavia, não deixou de lado a antiga e boa relação com os Estados Unidos e sua assistência no âmbito militar, econômico e político (Munoz, 2015; Montilla, 2014; Santos, 2011; Rojas, 2013 apud Parias; Sanchez, 2019). Portanto, é possível incluir a política externa de Santos ora no princípio *Respice Similia*, ora no princípio *Respice Orbis*, pois ambos pretendem a não subordinação aos EUA, estabelecendo novas parcerias com países diversos, vizinhos ou distantes, tanto no âmbito bilateral como multilateral.

O quadro comparativo organizado neste trabalho que compreende os governos de Andrés Pastrana, Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos, analisa as dimensões de organização institucional, política centralização e distribuição de poder, e serve como uma síntese dos resultados da análise das políticas implementadas no âmbito do Plano Colômbia. Esse quadro destaca como cada administração moldou a relação entre a Colômbia e os Estados Unidos,

influenciando diretamente a eficácia e a direção das políticas de combate ao narcotráfico e à insurgência.

A organização institucional foi um fator determinante na forma como os governos colombianos gerenciaram a cooperação com os Estados Unidos. No governo Pastrana, a criação de novas agências foi essencial para operacionalizar o Plano Colômbia, garantindo a gestão eficiente da assistência internacional e a implementação das políticas antinarcóticos. Essa estrutura institucional permitiu uma colaboração estreita com os EUA, mas também estabeleceu uma base para a dependência de recursos externos (Cardona, 2001). Em contraste, Uribe centralizou o poder nas instituições de segurança, reestruturando o Ministério da Defesa e criando órgãos especializados para coordenar a segurança interna, o que fortaleceu o controle do Estado sobre o território colombiano e solidificou a parceria com os EUA em termos de assistência militar e tecnológica (Rojas, 2013).

A centralização da política foi outro elemento crítico que influenciou a relação com os Estados Unidos. Durante o governo Pastrana, a diplomacia e a tentativa de conciliar interesses diversos, tanto internos quanto externos, foram centrais para obter o apoio necessário ao Plano Colômbia. Pastrana utilizou essa abordagem para legitimar as intervenções e o suporte financeiro dos EUA, alinhando a política interna com os objetivos internacionais (Mendez, 2012). Por outro lado, Uribe adotou uma postura fortemente centralizadora, que redefiniu a agenda de segurança global e aumentou a cooperação antiterrorista (Pecaut, 2008). Santos, ao contrário, buscou descentralizar o poder, promovendo a inclusão de diversos setores políticos no processo de paz, expandindo suas relações para além dos Estados Unidos (Suárez; Santos, 2018).

A distribuição de poder entre as diferentes instituições também teve um impacto significativo na relação com os Estados Unidos e na

execução do Plano Colômbia. No governo Pastrana, o poder estava concentrado na presidência e no Ministério das Relações Exteriores, o que facilitou a gestão centralizada da cooperação internacional (Cardona, 2001). Durante o governo Uribe, houve uma maior concentração de poder no Executivo, particularmente no Ministério da Defesa, o que resultou em uma execução mais rígida e militarizada das políticas antinarcóticos, com apoio direto dos Estados Unidos (Rojas, 2006). Em contraste, Santos trabalhou para redistribuir o poder, fortalecendo os governos locais e regionais, o que foi crucial para garantir a implementação dos acordos de paz e promover o desenvolvimento sustentável em áreas anteriormente dominadas por conflitos (Tickner, 2017).

Ao considerar essas dimensões em conjunto, torna-se evidente que as mudanças estruturais e políticas implementadas ao longo dos diferentes governos tiveram um impacto profundo na execução do Plano Colômbia e, por extensão, na estabilidade e desenvolvimento da Colômbia durante esse período.

Comparação da Organização Institucional, Política e Distribuição  
de Poder nos Governos Colombianos

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

Aspecto	Governo Andres Pastrana (1998-2002)	Governo Alvaro Uribe (2002-2010)	Governo Juan Manuel Santos (2010-2018)
<b>Organização Institucional</b>	<b>Criação de novas agências:</b> Foco na implementação do Plano Colômbia com criação de instituições para gerenciar a assistência internacional.	<b>Centralização do poder:</b> Reestruturação das forças de segurança, fortalecimento do Ministério da Defesa e criação de órgãos para coordenação de segurança interna.	<b>Reformas institucionais:</b> Fortalecimento de instituições de direitos humanos, desenvolvimento rural e agências de paz. Criação de mecanismos para a implementação dos acordos
<b>Organização Política</b>	<b>Diplomacia Internacional:</b> Política externa voltada para obter apoio internacional. Internamente, tentativa de conciliar interesses diversos para apoiar o Plano Colômbia.	<b>Forte controle executivo:</b> Política interna focada na segurança democrática. Consolidação de apoio político através de alianças com partidos conservadores e liberais.	<b>Política de paz e reconciliação:</b> Enfoque nas negociações de paz e inclusão de diversos setores políticos no processo de paz. Alianças com partidos e movimentos sociais para garantir apoio aos acordos de paz.
<b>Distribuição de Poder</b>	<b>Poder Executivo e Ministério das Relações Exteriores:</b> Poder concentrado na presidência e no Ministério das Relações Exteriores para gerir a cooperação internacional.	<b>Concentração de poder na presidência:</b> Aumento do poder executivo com foco na implementação da segurança democrática e centralização de decisões no Ministério da Defesa.	<b>Descentralização e inclusão:</b> Distribuição de poder entre várias instituições para garantir a implementação dos acordos de paz. Fortalecimento de governos locais e regionais para promover o desenvolvimento sustentável.

Fonte: compilado pelo autor com base em Government Accountability Office, 2024; Cardona. 2001; e Rojas, 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acordo de paz de 2016 foi viabilizado por mais de 7.000 combatentes das FARC que foram desmobilizados como resultado da estratégia externa de Santos. Para alcançar a paz e o desenvolvimento sustentável nas áreas afetadas pela violência, o apoio dos EUA era necessário, e este acordo foi essencial para atrair esse suporte. Para promover uma estratégia regional de combate ao narcotráfico e aumentar a cooperação entre os EUA, a Colômbia e outros países da região, a Iniciativa Regional Andina (ARI) expandiu o Plano Colômbia para incluir outros países andinos (Tickner, 2018).



A partir da pesquisa sobre a influência dos Estados Unidos na Colômbia, particularmente no contexto do Plano Colômbia, busca interligar conceitos das Relações Internacionais e da Análise de Política Externa. Sob a perspectiva da intervenção por convite, é evidente que a soberania colombiana foi negociada em troca de ajuda militar e econômica, refletindo uma busca ativa por apoio externo. Esse conceito destaca as dinâmicas complexas de poder entre uma periferia penetrada (como a Colômbia, neste caso) e uma potência hegemônica, como os Estados Unidos. Ao convidar a intervenção dos EUA, o governo colombiano não apenas assumiu uma posição de dependência, mas também moldou suas políticas de segurança e combate às drogas de acordo com as prioridades globais dos EUA, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Esse ponto conecta-se diretamente com a abordagem internacionalista de Tom Long, que argumenta que nações menores, apesar de sua posição assimétrica, podem influenciar as agendas das potências hegemônicas para melhor atender a seus próprios interesses. A análise empreendida enfatiza como a agência colombiana foi essencial para manter uma soberania relativa enquanto utilizava a assistência externa para reforçar suas capacidades institucionais. Compreendeu-se nesse trabalho que a interação desses conceitos permite uma visão crítica da centralização da política externa durante a presidência de Álvaro Uribe, quando a luta contra o narcotráfico e as guerrilhas se tornou altamente militarizada. Uribe consolidou o poder executivo em torno da política de *Seguridad Democrática*, alinhando-se estreitamente aos interesses antiterrorismo dos EUA.

Tendo isso em vista, os caminhos para possíveis futuras pesquisas podem envolver diferentes dimensões que ampliem o conhecimento sobre os impactos institucionais, o processo de paz, as

questões de direitos humanos e a inserção de novos atores no contexto pós-Plano Colômbia. A centralização do poder e da política externa sob Uribe ressalta como a intervenção por convite e as relações assimétricas com os EUA levaram a uma dependência acentuada da ajuda militar. Ao reinterpretar a soberania de maneira a incluir a cooperação estrangeira, os líderes colombianos conseguiram garantir o apoio necessário para enfrentar os desafios internos, ao mesmo tempo em que mantiveram uma relação estreita e cooperativa com os Estados Unidos, moldando assim a política externa do país de forma a maximizar os benefícios de tal intervenção.

#### REFERÊNCIAS:

ANDREAS, Peter; MARTÍNEZ, Angélica Durán. The international politics of drugs and illicit trade in the Americas. In: **Routledge Handbook of Latin America in the World**. Routledge, 2014. p. 376-390.

BORDA, Sandra. Política exterior de la administración Santos: un liderazgo de vía media para Colombia. In: **Liderazgos regionales emergentes en América Latina: Consecuencias para las relaciones con la Unión Europea**. Fundación CIDOB, 2014. p. 29-39.

BUELVAS, Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Felipe Vera. La política exterior colombiana y el proceso de paz. **Foreign affairs: Latinoamérica**, v. 15, n. 3, p. 104-111, 2015.

CARDONA, Diego. La política exterior de la administración Pastrana (1998-2002) hacia una evaluación preliminar. **Colombia Internacional**, n. 53, p. 53-74, 2001.

COLÔMBIA. **Ministerio de Relaciones Exteriores** (s.d). Principios y Lineamientos de la Política Exterior Colombiana. Disponível em: . Recuperado em: 01/10/2018.

CRUZ, Adolfo León Atehortúa; RIVERA, Diana Marcela Rojas. La política de consolidación de la seguridad democrática: balance 2006-2008. **Análisis político**, v. 22, n. 66, p. 59-80, 2009.

DA SILVA, Cinthia Regina; CAMPOS, Ricardo. O labirinto metodológico das Relações Internacionais: dilemas e potenciais saídas. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 47-74, 2015.

DE ALMEIDA, Ronaldo. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. **BLOCO**, p. 60, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 3, n. 1-2, p. 86-117, 2012.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. Estudos sobre Análise de Política Externa na Colômbia: um campo em construção| Studies on Foreign Policy Analysis in Colombia: a field under construction. **Mural Internacional**, v. 13, p. e67406-e67406, 2022.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **PLAN COLOMBIA: Drug Reduction Goals**  
Were Not Fully Met, but Security Has Improved; U.S. Agencies Need More Detailed Plans for Reducing Assistance. Out. 2018. Disponível em: <https://www.gao.gov/products/gao-09-71>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HERRERA, Lisbeth Katherine Duarte; BELEÑO, José Adolfo Pedraza. La relación política exterior y cooperación internacional para el desarrollo: el caso de Colombia, 2002-2015.

Revista iberoamericana de estudios de desarrollo=  
Iberoamerican journal of development studies, v. 7,  
n. 2, p. 4-30, 2018.

JANUZZI, Paulo; GUIMARÃES, José. IDH, indicadores sintéticos e  
suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. José  
Ribeiro Soares Guimarães, *Revista Brasileira de Estudos  
Urbanos e Regionais (RBEUR)* 7 (1), 73-90, 2005

LANCASTER, Carol. Foreign Aid in the Twenty-First Century: What  
Purposes?. In: *Foreign Aid and Foreign Policy*. Routledge, 2015. p.  
39-60.

LONG, Tom. The United States and Latin America: The  
overstated decline of a superpower. *The Latin Americanist*, v. 60,  
n. 4, p. 497-524, 2016.

LONG, Tom; BITAR, Sebastián; JIMÉNEZ-PEÑA, Gabriel. *Límites al  
presidencialismo en la política exterior colombiana*. 2022.

MENDEZ, Alvaro. *Colombian agency and the making of US  
foreign policy: Intervention by invitation*. Taylor & Francis, 2017.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Desenho de pesquisa, inferência e  
causalidade em Ciência Política/Research design, inference and  
causality in Political Science. *Agenda Política*, v. 4, n. 2, p. 276-301, 2016.

MORALES, Mateo; TICKNER, Arlene. Narrando la historia del  
éxito: experticia en seguridad y política exterior en Colombia.  
*Nuevos enfoques para el estudio de las relaciones  
internacionales de Colombia*, p. 239-262, 2017.

ODELL, John S. Case study methods in international political  
economy. *International studies perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161-176,  
2001.

PARIAS, Carlos Hernán González; BEDOYA, Juan Camilo Mesa. Incidencia del narcotráfico en la formulación y ejecución de la política exterior colombiana. *Escenarios: empresa y territorio*, v. 7, n. 10, 2018.

PARIAS, c; BEDOYA, Juan Camilo Mesa; LONDOÑO, Gustavo Adolfo Ossa. Política exterior colombiana 2010-2014:¿ giro a la autonomía?. *Revista de relaciones internacionales, estrategia y seguridad*, v. 12, n. 1, p. 267-291, 2017.

PARIAS, Carlos Hernán González; SÁNCHEZ Muñoz Olmer Alveiro. Fundamentación jurídica e instituciones estatales de la política exterior colombiana. *Revista Derecho del Estado*, n. 46, p. 107- 135, 2020.

PASTRANA, Eduardo; VERA, Diego. De Uribe a Santos:¿ continuidad o nueva orientación de la política exterior colombiana. *Colombia:¿ una potencia en desarrollo*, p. 57-79, 2012.

PÉCAUT, Daniel. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión. *Análisis político*, v. 21, n. 63, p. 22-50, 2008.

PEDRAZA, Luis Dallanegra. Claves de la política exterior de Colombia. *Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos*, n. 54, p. 37-73, 2012.

ROJAS, Diana Marcela. Balance de la política internacional del gobierno Uribe. *Análisis político*, v. 19, n. 57, p. 85-105, 2006.

SPOSITO, Italo Beltrão. *Introdução aos Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais*. UFT, p. 72-80, 2023

TICKNER, Arlene B. Intervención por invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. *Colombia internacional*, n. 65, p. 90-111, 2007.

VARGAS-ALZATE, Luis Fernando. Análise do fator decisivo na política externa colombiana: a entrada da Colômbia na Aliança do Pacífico. *Desafíos*. 2022, vol. 34, n. spe, e05. Epub Nov 03, 2023.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins e da Universidade Federal do Tocantins

Capítulo 7

POLÍTICA INTERNACIONAL E AJUDA EXTERNA  
NA AMÉRICA LATINA

Cilze Klauren Souza Nascimento <sup>1</sup>  
Italo Beltrão Sposito <sup>2</sup>

RESUMO

O documento aborda a influência dos Estados Unidos na América Latina, com foco em três países: Brasil, Colômbia e Venezuela. A pesquisa analisa como a política externa norte-americana impactou a democracia e a estabilidade da região, destacando o papel das intervenções econômicas e militares. No Brasil, o apoio dos EUA durante a ditadura militar e o Plano Colômbia na luta contra o narcotráfico são exemplos da influência estadunidense. Na Venezuela, as relações foram marcadas por tensões e sanções econômicas, especialmente durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. A pesquisa também explora o avanço de potências como China e Rússia na América Latina, gerando preocupação nos Estados Unidos. A análise utiliza métodos qualitativos e comparativos, examinando os efeitos da ajuda externa e das políticas norte-americanas nos regimes políticos desses países. Em síntese, o estudo reflete sobre as dinâmicas de poder assimétrico, dependência e soberania na região, enfatizando as consequências das pressões externas na governança e no desenvolvimento democrático.

**Palavras-chave:** América Latina; Democracia; Dependência Econômica; Geopolítica.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Grupo de Estudos Globais e América Latina (GEGAL). Bolsista Pibic/CNPq, [klauren.cilze@mail.uft.edu.br](mailto:klauren.cilze@mail.uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Relações Internacionais, Professor Adjunto no Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins, [italo@uft.edu.br](mailto:italo@uft.edu.br)

## INTRODUÇÃO

A influência dos Estados Unidos na América Latina tem sido uma constante ao longo da história, manifestando-se de diversas formas, desde intervenções diretas até a aplicação de políticas econômicas que visam consolidar os interesses norte-americanos na região. Seu poder é exercido por meio de apoio econômico, e pressão militar e diplomática, e tem moldado significativamente as trajetórias políticas dos países latino-americanos, afetando tanto sua política interna quanto suas relações internacionais. A relação entre os EUA e os países latino-americanos, especialmente Brasil, Colômbia e Venezuela, oferece um campo fértil para o estudo das dinâmicas de poder, dependência e soberania.

No Brasil, por exemplo, o apoio norte-americano durante a ditadura militar e a subsequente transição para a democracia refletem a complexa interação entre o poder externo e as dinâmicas internas de um país que busca afirmar sua autonomia política e econômica. A Colômbia, por sua vez, é um caso emblemático da influência estadunidense na América Latina, principalmente através do Plano Colômbia, que buscou combater o narcotráfico e as guerrilhas, mas ao mesmo tempo fortaleceu a dependência econômica e militar em relação aos Estados Unidos. A Venezuela, sob os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, tornou-se o principal opositor às políticas norte-americanas na região, resultando em uma relação marcada por sanções econômicas e tensões diplomáticas que aprofundaram a crise interna do país.

O marco temporal deste estudo concentra-se no período de avanço das potências externas na América Latina, notadamente entre 2010 e 2021, quando a crescente influência da China e da Rússia na região começou a gerar preocupações significativas para os Estados Unidos. Durante esse período, destacam-se as interações militares e



econômicas dessas potências com governos latino-americanos, bem como os esforços norte-americanos em monitorar e responder a esses movimentos, como evidenciado pelo aumento do comércio sino-latino-americano e das visitas diplomáticas de alto nível. O objetivo geral deste estudo é analisar a dinâmica da política externa dos Estados Unidos em relação ao Brasil, Colômbia e Venezuela, e suas consequências para a democracia e estabilidade na região. A investigação se concentrará em como a intervenção dos EUA, por meio de ajuda externa e outras formas de influência, moldou as políticas internas e externas desses países, contribuindo para ciclos de dependência e instabilidade.

A hipótese que guia esta pesquisa é que a influência dos Estados Unidos, manifestada através de coerção políticas e econômicas, moldou de maneira determinante as políticas internas e externas dos países latino-americanos estudados, resultando em padrões de dependência que comprometem a estabilidade democrática e a soberania desses Estados. Esse fenômeno é evidenciado pela maneira como os regimes políticos na região têm respondido às pressões externas, muitas vezes em detrimento de suas próprias agendas nacionais.

A relevância deste estudo está na necessidade de compreender as complexas relações de poder na América Latina e o papel dos Estados Unidos na formação dessas dinâmicas. Em um momento de intensificação das tensões geopolíticas e econômicas, compreender como a política externa norte-americana afeta a soberania e a democracia na região é crucial para o desenvolvimento de estratégias que promovam a autonomia e a estabilidade dos países latino-americanos. A pesquisa oferece uma contribuição significativa ao debate sobre a soberania na era contemporânea, destacando as

implicações das intervenções externas para a governança e o desenvolvimento democrático na América Latina.

Este estudo, ao focar nas interações entre os Estados Unidos e três países chave da região – Brasil, Colômbia e Venezuela –, busca não apenas descrever essas relações, mas também fornecer uma análise crítica das consequências dessas dinâmicas para a estabilidade regional e a promoção da democracia. Dessa forma, pretende-se oferecer uma compreensão mais profunda dos mecanismos de poder que operam na América Latina e suas implicações para o futuro político e econômico da região.

## MÉTODO E MATERIAIS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, apropriada para explorar em profundidade a complexidade das relações internacionais, com foco na influência dos Estados Unidos na América Latina. A escolha por métodos qualitativos é justificada pela capacidade dessa abordagem em lidar com a diversidade de contextos políticos, sociais e econômicos que caracterizam as interações entre países.

Ao utilizar a análise documental e bibliográfica, a pesquisa se fundamenta em fontes primárias e secundárias que oferecem uma visão abrangente sobre as dinâmicas históricas e atuais das políticas externas dos países em estudo. Este método permite uma compreensão crítica das narrativas que moldam a política internacional, explorando tanto as perspectivas tradicionais quanto as críticas em relação ao poder hegemônico dos EUA na região.

Como etapa inicial, a pesquisa revisou materiais metodológicos fundamentais para a preparação da análise temática. Dentre as obras

consultadas, destaca-se o trabalho de Gil (1989), que apresenta práticas essenciais para a pesquisa social, com uma discussão aprofundada sobre os métodos e técnicas relevantes para as ciências sociais. Este material é crucial para entender a aplicação dos métodos científicos na obtenção de novas compreensões sobre fenômenos contemporâneos, especialmente na análise de relações internacionais.

A relevância da ciência como forma objetiva e racional do saber é abordada, assim como a classificação das ciências em formal e empírica, e a importância da pesquisa como parte do processo de aperfeiçoamento do método científico. Gil também explora a observação como ferramenta chave na obtenção de conhecimento, destacando os diferentes níveis de análise — exploratórios, descritivos e explicativos — que são essenciais para a estruturação da pesquisa qualitativa.

Outro ponto relevante na preparação metodológica foi a avaliação da pertinência do título, do resumo e das palavras-chave na comunicação de artigos científicos, conforme discutido por Garcia (2019). Este autor enfatiza a importância de um título claro e bem elaborado, capaz de atrair o leitor e delimitar o foco do estudo. O resumo, por sua vez, deve sintetizar os principais pontos do artigo de forma geral e envolvente, enquanto as palavras-chave são essenciais para a indexação e acessibilidade da pesquisa em bases de dados acadêmicas.

Ao adotar o método comparativo nas ciências sociais, enfrentam-se desafios significativos, como a diversidade de fenômenos sociais e a necessidade de identificar semelhanças e diferenças de modo coeso. Ragin (2014) discute a complexidade dos fenômenos sociais e a origem de dados não experimentais como obstáculos que exigem uma identificação precisa, interpretação cuidadosa e delineamento meticuloso dos métodos que levam a efeitos específicos.

Esse método é particularmente relevante para a comparação entre os contextos de Brasil, Colômbia e Venezuela, onde as variações políticas, econômicas e sociais exigem um tratamento analítico rigoroso.

O método comparativo também permite a triangulação de dados, uma prática enfatizada por Sátyro (2020), que discute a validade interna e externa dos estudos de caso, algo a ser levado em consideração quando estudados poucos casos qualitativamente. A triangulação é uma estratégia crucial para corroborar os resultados obtidos por meio de diferentes fontes e metodologias, garantindo assim a robustez das conclusões da pesquisa.

O debate sobre os estudos de caso, conforme abordado por Almeida (2017), destaca sua importância na compreensão de fenômenos complexos em diversas áreas, como as ciências sociais, saúde e educação. Os estudos de caso permitem uma análise detalhada de eventos específicos, oferecendo insights profundos que podem ser generalizados para situações similares. No contexto da presente pesquisa, os estudos de caso do Brasil, Colômbia e Venezuela são utilizados para ilustrar como a influência dos EUA se manifesta de maneiras diversas em diferentes países, refletindo a heterogeneidade das condições políticas e sociais na América Latina.

Figueiredo Filho (2012) reforça a importância de um desenho de pesquisa bem elaborado, que seja capaz de articular soluções eficazes para as questões levantadas, garantindo transparência, replicabilidade e falseabilidade dos resultados. Este enfoque é fundamental para a validade das inferências alcançadas, especialmente em um campo tão dinâmico quanto às Relações Internacionais. A análise qualitativa de dados não numéricos, como documentos, entrevistas e anotações, foi fundamental para a compreensão dos discursos e narrativas que permeiam as políticas externas dos países estudados. Pereira (1999) enfatiza a relevância de mecanismos específicos para a análise de

conteúdo, discurso e narrativas, destacando a aplicação da teoria dos conjuntos nebulosos para lidar com a imprecisão inerente às informações qualitativas. Esse enfoque enriquece a análise, permitindo uma mensuração qualitativa mais precisa e útil para a pesquisa científica.

No segundo capítulo de sua obra, Pereira (1999) também aborda os mecanismos metodológicos específicos para as ciências da saúde, que foram adaptados para o contexto das ciências sociais na presente pesquisa. A distinção entre variáveis discretas e contínuas, bem como a categorização das variáveis em classificações nominais, ordinais, de intervalo e de proporção, foi essencial para a organização e análise dos dados qualitativos coletados.

Por fim, o uso de indicadores sintéticos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi empregado para medir e analisar a realidade social dos países estudados. Guimarães (2005) discute as limitações metodológicas e conceituais desses indicadores, mas também destaca sua utilidade na identificação de regiões vulneráveis e no acompanhamento da evolução das condições sociais. Na presente pesquisa, os indicadores foram utilizados para contextualizar as condições socioeconômicas dos países estudados, fornecendo uma base quantitativa que complementa a análise qualitativa.

A robustez metodológica da presente pesquisa é assegurada pela integração cuidadosa de abordagens qualitativas e quantitativas, onde a análise documental e bibliográfica é complementada por uma avaliação crítica dos estudos de caso e pela análise de indicadores. O método comparativo, aliado à análise de dados qualitativos e ao uso de indicadores sintéticos, proporciona uma compreensão aprofundada das complexas relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos estudados.

## DADOS E DISCUSSÃO

A política externa refere-se ao conjunto de estratégias e ações que um Estado adota para interagir com outros países, visando proteger seus interesses nacionais, seja em termos de segurança, economia, ou promoção de ideais políticos. No contexto da América Latina, a política externa tem sido profundamente influenciada pelas dinâmicas de poder, em especial a relação com os Estados Unidos. Este capítulo examina como a política externa dos EUA tem moldado a região ao longo das décadas e como países latino-americanos, cada um a seu modo, respondem a essas influências, buscando caminhos de autonomia ou dependência dentro de um sistema internacional altamente assimétrico.

A política externa dos Estados Unidos sempre foi marcada por uma combinação de interesses econômicos, geopolíticos e ideológicos. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA consolidaram-se como uma superpotência global, adotando uma política externa com base no realismo, que enfatiza a busca pelo poder e pela segurança, como descrito por Hans Morgenthau (1973) e mais tarde por Kenneth Waltz (1979), no contexto do sistema internacional anárquico. Durante a Guerra Fria, o combate ao comunismo foi central, e a América Latina tornou-se um importante campo de batalha para a contenção da influência soviética.

A ajuda externa, exemplificada pelo Plano Marshall na Europa e posteriormente pelos diversos programas de assistência econômica e política, sempre foi um instrumento de soft power utilizado pelos EUA para conquistar aliados e garantir a estabilidade dos regimes pró-ocidente, como discutido por Joseph Nye (2004).

A relação entre os Estados Unidos e a América Latina sempre foi marcada por uma assimetria de poder. Segundo teorias da

dependência, como as desenvolvidas por autores latino-americanos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1971), os países latino-americanos, ao se integrarem ao sistema econômico internacional, muitas vezes se tornam economicamente dependentes das potências centrais, como os EUA. A política externa dos países latino-americanos, portanto, frequentemente se molda em torno da tentativa de reduzir essa dependência ou de explorar as oportunidades oferecidas pelas relações com os Estados Unidos.

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina são complexas e multifacetadas, marcadas por uma dinâmica de poder assimétrica. Enquanto alguns países, como Colômbia, optam por uma aliança estratégica com os EUA, outros, como Venezuela, tentam resistir à sua hegemonia, frequentemente com consequências negativas. O Brasil, por sua vez, procurou um caminho de maior autonomia, mas encontrou limites impostos pela economia global e pela dependência de mercados externos. As lições desses casos mostram que a política externa dos EUA continuará a desempenhar um papel central nas dinâmicas regionais da América Latina, influenciando desde questões de segurança até estratégias de desenvolvimento.

A influência dos Estados Unidos na América Latina é uma constante na dinâmica geopolítica da região, marcada por uma relação assimétrica e complexa. A partir do período da Guerra Fria, a política externa norte-americana desempenhou um papel crucial em moldar os rumos políticos e econômicos de países latino-americanos.

A política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria esteve profundamente conectada ao combate ao comunismo, o que influenciou diretamente suas relações com a América Latina. O apoio a ditaduras militares, como no Brasil, e a intervenções diretas ou indiretas em países como Colômbia e Venezuela, exemplificam o esforço estadunidense em garantir que esses países permanecessem alinhados

com seus interesses geopolíticos e econômicos (DeConde, 2002). A ajuda externa oferecida pelos EUA, embora promovesse o desenvolvimento em algumas áreas, frequentemente era condicionada à adoção de políticas neoliberais que resultaram em instabilidade política e aumento das desigualdades sociais (Domínguez, 2016).

No período, a política externa dos EUA na América Latina se concentrou em garantir a estabilidade de regimes que pudessem conter a influência comunista. O apoio a ditaduras militares, como no Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), e Argentina (1976-1983), reflete a visão realista dos EUA, que priorizava a segurança geopolítica e o alinhamento estratégico sobre a promoção da democracia. Como afirma DeConde (2002), os EUA usavam a ajuda militar e financeira como ferramentas para garantir que esses governos mantivessem políticas pró-capitalistas e, assim, alinhadas aos interesses norte-americanos.

Após o final da Guerra Fria, a contenção do comunismo foi substituída por novos temas, como o combate ao narcotráfico. Neste contexto, programas como o Plano Colômbia, destinado a combater o narcotráfico e as guerrilhas, exemplificam a extensão da influência dos EUA sobre as políticas internas de países latino-americanos. O efeito dele na política colombiana foi uma crescente militarização e dependência, principalmente na área de segurança.

A promoção da democracia e do livre comércio, apesar de já figurar nos discursos estadunidenses desde a Guerra Fria, passou a ser parte de um esforço para consolidar a ordem mundial liberal de fato nas últimas décadas. No entanto, a América Latina, neste contexto, começou a se tornar um foco secundário para os EUA, que passaram a priorizar regiões como o Oriente Médio e a Ásia Central. Ainda assim, países como México e Colômbia continuaram a receber substancial



assistência externa dos EUA, enquanto outras nações, como o Chile e o Uruguai, seguiram por caminhos mais autônomos.

A política externa dos EUA é fortemente influenciada pela sua própria concepção de democracia, cujas variações ao longo das décadas impactam suas decisões externas. No gráfico abaixo, podemos observar as flutuações no panorama da democracia norte-americana entre 2010 e 2022, que refletem mudanças internas e influências nas suas relações com a América Latina. O gráfico 1 apresenta os valores absolutos da ajuda repassada aos países da América Latina no período. Contudo, a ajuda externa estava muitas vezes condicionada à adoção de políticas econômicas de mercado propagadas pela potência, que, embora tenham promovido crescimento em alguns países, também acentuaram desigualdades, como afirma Domínguez (2016) no contexto das intervenções na região.

Gráfico 1 - Valores Absolutos da Ajuda Externa



Fonte: USAID

De acordo com a abordagem da interdependência complexa, proposta por Keohane e Nye (1977), o sistema internacional não se baseia exclusivamente em considerações de poder militar, mas também

em relações econômicas e transnacionais. Neste cenário, a América Latina procurou diversificar suas relações externas, com países como Brasil e Argentina buscando maior cooperação com potências emergentes como China e Rússia, conforme Milani (2021).

A seguir, exploram-se os três estudos de caso, onde foi observado como a política externa dos EUA impactou diferentes países da América Latina: Brasil, Colômbia e Venezuela.

No caso do Brasil, a influência dos EUA foi notável durante o golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura apoiada pelos norte-americanos sob o pretexto de combater o comunismo. Na Colômbia, a presença dos EUA foi intensificada no final do século XX e início do XXI com o Plano Colômbia, que buscava combater o narcotráfico e as guerrilhas. Já na Venezuela, a relação com os EUA seguiu uma trajetória de oposição acirrada, especialmente sob os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, que adotaram uma postura anti-imperialista e resistiram à influência norte-americana, levando a sanções econômicas severas.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil tentou seguir uma política externa mais autônoma, buscando fortalecer a integração regional por meio de iniciativas como o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O país também promoveu uma aproximação com as potências emergentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), numa tentativa de reduzir sua dependência dos EUA. No entanto, como apontado por Milani (2021), a autonomia brasileira foi limitada pela sua vulnerabilidade a crises econômicas e pela sua dependência de mercados externos, sobretudo do capital financeiro norte-americano.

A recessão econômica que se iniciou em 2014, junto com os escândalos de corrupção, levou a uma reorientação da política externa brasileira para uma postura mais alinhada aos EUA, especialmente

após a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder em 2019. O Brasil passou a adotar uma política externa mais conservadora, incluindo apoio à pressão dos EUA sobre a Venezuela.

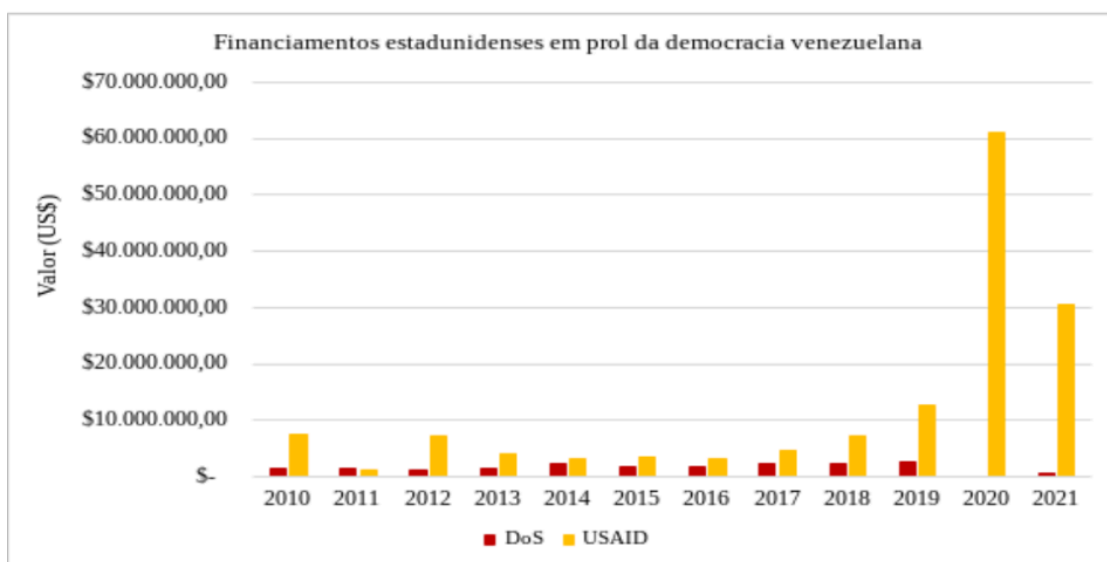
Já a Colômbia manteve uma relação estável com os Estados Unidos ao longo dos últimos 50 anos, especialmente por meio do Plano Colômbia. A ajuda militar e financeira fornecida pelos EUA foi central para o governo colombiano no combate às guerrilhas das FARC e ao narcotráfico, mas também gerou dependência militar e críticas relacionadas a violações de direitos humanos (SILVA, 2015).

Nos anos recentes, a Colômbia alinhou-se às políticas dos EUA no contexto da crise venezuelana, tornando-se um dos principais críticos do regime de Nicolás Maduro e apoiando as sanções norte-americanas contra o país vizinho. Este alinhamento estreito com os EUA garantiu benefícios estratégicos à Colômbia, mas também limitou sua capacidade de desenvolver uma política externa independente.

Sob a liderança de Hugo Chávez (1999-2013) e depois Nicolás Maduro (2013 -), a Venezuela adotou uma postura de confronto direto com os Estados Unidos. Chávez promoveu uma política de nacionalização de indústrias e redirecionou a renda do petróleo para programas sociais, ao mesmo tempo em que buscava novas alianças com potências extra-hemisféricas como Rússia e China (SANCHEZ, 2021). Entretanto, a dependência do petróleo e as sanções econômicas impostas pelos EUA, especialmente a partir de 2014, mergulharam o país em uma crise econômica e humanitária profunda.

A Venezuela, sob os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, sofreu severas sanções econômicas, como forma de pressão norte-americana. Entretanto, mesmo com as tensões, os EUA continuaram a direcionar investimentos com o objetivo de influenciar o sistema democrático, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Financiamento estadunidenses em prol da democracia venezuelana



Fonte: <http://www.foreignassistance.gov/>

A política externa da Venezuela exemplifica o desafio de resistir à influência de uma potência global como os EUA, e o custo dessa resistência, tanto em termos de isolamento diplomático quanto de colapso econômico. No gráfico 3 acima, é necessária cautela na interpretação. Apesar de um aumento significativo de repasses nos anos recentes, os recursos foram direcionados à oposição, considerada como governo legítimo pelo governo estadunidense. O financiamento da oposição, sob a justificativa de apoio à democracia, servia para pressionar um governo adversário à Washington. Ainda assim, os valores são baixos se comparado aos outros casos.

A relação entre Brasil e Estados Unidos, apesar de marcada por momentos de distanciamento, sempre esteve permeada pela influência norte-americana, especialmente no campo econômico. Durante o período da ditadura militar (1964-1985), o Brasil seguiu uma política de

alinhamento com os interesses dos EUA, o que garantiu estabilidade econômica em troca de apoio político e militar. No entanto, com o fim da Guerra Fria, o Brasil buscou uma maior autonomia, especialmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, quando o país investiu em integração regional e cooperação com potências emergentes, como China e Rússia (Lancaster, 2000).

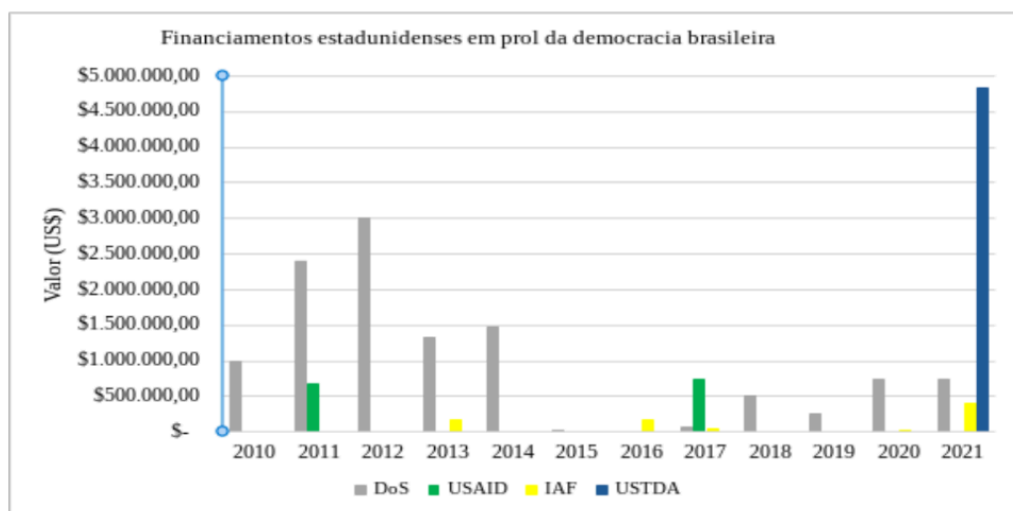
Apesar desse esforço, o Brasil continuou dependente das instituições financeiras internacionais controladas pelos Estados Unidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que influenciaram diretamente as políticas econômicas adotadas no país. A crise econômica de 2014 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 marcaram o retorno de uma agenda neoliberal, mais alinhada com os interesses dos EUA, evidenciando a dificuldade do Brasil em manter uma política externa totalmente autônoma (DIPLOMATIQUE, 2022). No gráfico 4, podemos observar um aumento da ajuda repassada no período imediatamente posterior ao impeachment, demonstrando o apoio no processo. Adicionalmente, um pico em 2021, potencialmente resultado do alinhamento implementado por Bolsonaro.

No Brasil, a influência da ajuda norte-americana se intensificou nos períodos de instabilidade política, principalmente nas últimas duas décadas. O gráfico abaixo ilustra os investimentos direcionados para o fortalecimento da democracia no Brasil, destacando períodos de maior aporte financeiro.

Gráfico 3 - Financiamento estadunidenses em prol da democracia brasileira

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

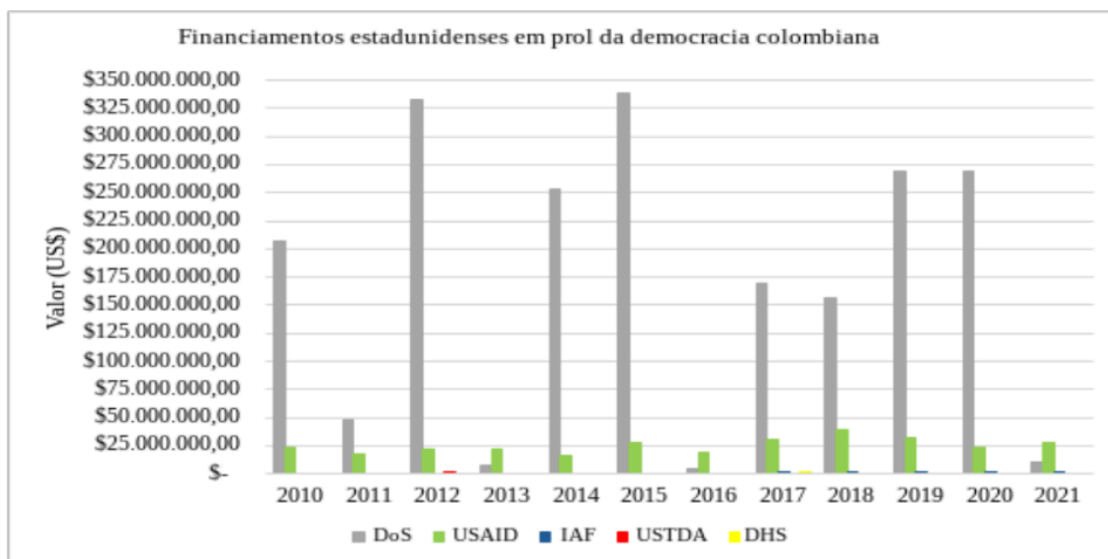


Fonte: <https://www.foreignassistance.gov/>

A Colômbia é, talvez, o exemplo mais claro de aliança estratégica entre um país latino- americano e os Estados Unidos. O Plano Colômbia, lançado no início dos anos 2000, reforçou a dependência econômica e militar da Colômbia em relação aos EUA, com o objetivo de combater o narcotráfico e as guerrilhas, particularmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Essa parceria resultou na militarização do país e em críticas relacionadas a violações de direitos humanos, além de perpetuar a dependência da Colômbia em relação à ajuda externa norte- americana (Domínguez, 2016). O gráfico 5 mostra o significativo volume dos repasses. Também é possível notar uma queda ocorrida ao final do Plano Colômbia, em 2016; o maior volume é originado do Departamento de Estado, destacando a questão militar.

A Colômbia, talvez o exemplo mais claro de aliança estratégica entre um país latino- americano e os EUA, recebeu apoio financeiro significativo, principalmente para o combate ao narcotráfico e guerrilhas. O gráfico 4 abaixo mostra como esses investimentos evoluíram ao longo dos anos.

Gráfico 4 - Financiamentos estadunidenses em prol da democracia colombiana



Fonte: <https://www.foreignassistance.gov/>

Durante o Governo Obama (2009-2017), os EUA desempenharam um papel fundamental no processo de paz entre o governo colombiano e as FARC, o que resultou em um acordo histórico assinado em 2016. No entanto, a crise venezuelana, agravada após a reeleição de Nicolás Maduro, tornou-se um ponto sensível para a Colômbia, que alinhou sua política externa à dos EUA ao apoiar as sanções impostas ao governo venezuelano e ao receber uma onda massiva de refugiados (Lancaster, 2000).

Diferentemente de Brasil e Colômbia, a Venezuela optou por uma trajetória de confronto com os Estados Unidos, especialmente sob os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro. A ideologia bolivariana, adotada por Chávez, rejeitava o modelo neoliberal defendido pelos EUA e buscava fortalecer a autonomia da Venezuela, através da nacionalização de indústrias e da diversificação das parcerias internacionais, com destaque para a aproximação com China e Rússia (Milani, 2021).

Essa postura, no entanto, gerou uma série de sanções econômicas por parte dos EUA, que culminaram em uma crise humanitária e política sem precedentes no país. A dependência da Venezuela em relação ao petróleo, aliada à queda dos preços internacionais e ao isolamento econômico imposto pelas sanções, resultou em uma crise devastadora que continua impactando toda a região, especialmente a Colômbia e o Brasil, que receberam milhões de refugiados venezuelanos (DeConde, 2002).

A análise comparativa entre Brasil, Colômbia e Venezuela revela diferentes formas de interação com os Estados Unidos, mas com um denominador comum: a influência norte-americana se manifesta de maneiras distintas, mas sempre condiciona as políticas internas e externas desses países. No Brasil, apesar dos esforços por maior autonomia durante os governos de esquerda, a influência foi retomada, especialmente após a crise de 2014. Na Colômbia, a aliança com os EUA garantiu estabilidade, mas também perpetuou uma dependência militar e econômica significativa. Já na Venezuela, a resistência ao imperialismo norte-americano resultou em um isolamento econômico e político que fragilizou o país internamente e intensificou a crise humanitária.

O estudo comparativo entre Brasil, Colômbia e Venezuela destaca as diversas formas de influência que os Estados Unidos exercem sobre a América Latina. Enquanto Brasil e Colômbia, em diferentes níveis, buscaram se alinhar ou manter relações pragmáticas com os EUA, a Venezuela optou por uma trajetória de resistência, com consequências profundas para sua economia e estabilidade política. A dinâmica de poder assimétrica entre os países latino-americanos e os EUA continua a ser um elemento central nas discussões sobre a soberania e o desenvolvimento da região. Para o futuro, é essencial que esses países



busquem estratégias que equilibrem a cooperação internacional com a preservação de sua autonomia política e econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório evidencia a complexidade das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina, em especial Brasil, Colômbia e Venezuela. A análise das dinâmicas políticas e sociais desses países revela como a influência norte-americana, por meio de apoio econômico, militar e político, moldou as respostas a crises democráticas na região. A partir da revisão da literatura, fica claro que a compreensão dessas interações exige uma abordagem metodológica rigorosa, que considere as especificidades históricas e sociais de cada contexto.

Os métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais, conforme discutido por Almeida e Abdal (2017), são fundamentais para a obtenção de novas compreensões sobre as relações internacionais. A escolha de um desenho de pesquisa adequado, como enfatizado por Figueiredo Filho

(2012), é crucial para garantir a validade e a transparência dos resultados. Além disso, a análise de dados qualitativos, conforme abordado por Pereira (1999), permite uma interpretação mais rica das nuances das interações políticas.

As dificuldades encontradas na pesquisa, como a complexidade textual de alguns materiais metodológicos, ressaltam a necessidade de um vocabulário acessível e de uma comunicação clara, conforme destacado por Garcia (2019). A relevância do título, resumo e palavras-chave é um aspecto que não deve ser subestimado, pois influencia diretamente a absorção do conhecimento produzido.

Por fim, a pesquisa sobre a assistência externa dos Estados Unidos e sua promoção da democracia liberal na América Latina, como discutido por Barbosa (2019), revela a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas externas e suas implicações. A análise das relações entre os Estados Unidos e a América Latina deve continuar a ser um campo fértil para investigações futuras, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder e das lutas pela democracia na região.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo; ABDAL, Alexandre. Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo. 2017. p. 60-72

BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro. A assistência externa de promoção da democracia liberal dos Estados Unidos na América Latina:: uma observação desde a Análise das Redes Sociais (ARS). Carta Internacional, v. 14, n. 3, 2019.

DECONDE, Alexander. Encyclopedia of American foreign policy. 2002

DOMÍNGUEZ, Jorge I.; DE CASTRO, Rafael Fernández (Ed.). Contemporary US-Latin American relations: cooperation or conflict in the 21st century?. Routledge, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica . Milão, 1971.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 3, n. 1-2, p. 86-117, 2012.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Chaves. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. Revista de Administração Contemporânea, v. 23, p. 1-9, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas, 1989.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. D. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 7, n. 1, p. 73, 31 maio 2005.

LANCASTER, Carol. Redesigning foreign aid. Foreign Affairs. p. 74-88, 2000.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Poder e Interdependência: política mundial em transição. Boston: Little, Brown, 1977.

MILANI, Lívia Peres. Política externa dos EUA para a América do Sul desde o 11 de setembro: negligência ou militarização?. Contexto Internacional , v. 43, pág. 121-146, 2021.

MORGENTHAU, Hans J. Politics among nations. 1973.

NYE, Joseph S. Soft power: Os meios para o sucesso na política mundial. Public Affairs , v. 10, 2004.

Os desafios da “nova Onda Rosa” na América do Sul. Disponível em:

[<https://diplomatie.org.br/os-desafios-da-nova-onda-rosa-na-america-do-sul/>](https://diplomatie.org.br/os-desafios-da-nova-onda-rosa-na-america-do-sul/).

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. Definição de Medidas: Concepção de Variáveis. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde humanas e sociais. Edusp, 1999. p. 43-53.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. O Dado Qualitativo. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde humanas e sociais. Edusp, 1999. p. 21-41.

RAGIN, Charles C. The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies. Univ of California Press, 2014.

SANCHEZ, Arantxa Tirado. Entre a continuidade e a novidade: a política externa dos Estados Unidos em relação à Venezuela na era Trump. O LEGADO DE , p. 469, 2021.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana; Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. Conjuntura Global, v. 4, n. 2, p. 124-132, 2015.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

## Capítulo 8

### Mapeamento da Doença de Chagas e Leishmaniose Áreas Urbanas de Porto Nacional.

Jhonata da Silva Pereira <sup>1</sup>  
Atamis Antonio Foschiera <sup>2</sup>

#### RESUMO

A Geografia da Saúde vem ganhando destaque nos últimos tempos em substituição à Geografia Médica. Enquanto a Geografia Médica se preocupava com a doença, a Geografia da Saúde tem como referencia o bem-estar das pessoas. Na Geografia da saúde o uso de geoprocessamento tem ganhado destaque. O objetivo desse trabalho é mapear os casos de Doença de Chagas, Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) e Leishmaniose Visceral (LV) na cidade sede do município de Porto Nacional. Os dados foram obtidos junto a Vigilância de Saúde de Porto Nacional. Foram analisados dados de 2007 a 2023. A partir dos dados foram construídos mapas anuais dos casos por setores e quadras da cidade. Para tanto, foi utilizado o *software* livre Qgis 3.34.4. Foram apenas quatro casos da doença de chagas de 2007 a 2023 e em setores e quadras diferentes. Em relação a Leishmaniose Tegumentar Americana, apenas no ano de 2007 não teve caso, nos demais sempre tiveram, com variação de 1 a 7 caso por ano. A ocorrência se deu de forma diversificada por setores e, em cinco quadras, ocorreram dois casos cada, no período em análise. Sobre a Leishmaniose Visceral não ocorreram casos em quatro anos no período em análise, sendo que os casos variaram de 1 a 19, sendo que em duas quadras ocorreram dois casos e uma quadra teve três casos.

**Palavras-chave:** Geografia da Saúde; Doença de Chagas e Leishmaniose.

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia Bacharelado, PIBIC/CNPQ, Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, jhonata.pereira@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup> Dr. em Geografia, curso de Licenciatura e Bacharel em Geografia, Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, foschieraa@uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

A saúde é um tema que tem atraído cada vez mais a atenção dos geógrafos. Dentre os motivos para esse interesse podemos destacar o papel essencial dos serviços de saúde no desenvolvimento urbano. A Geografia e a Epidemiologia sempre estiveram intimamente conectadas, formando uma parte essencial do conhecimento em saúde coletiva (Bousquat; Cohn, 2004).

A Geografia Médica tinha seus fundamentos baseada na doença, buscando combatê-la. Essa linha de pensamento tem sido substituída pela ideia de Geografia da Saúde que tem seu foco no bem-estar das pessoas, trabalhando com a prevenção da doença. O uso do geoprocessamento tem ganhado bastante destaque na Geografia da Saúde.

A Vigilância em Saúde, que é uma das áreas de atuação das Secretarias Municipais de Saúde, é responsável por acompanhar uma série de doenças, entre as quais a Doença de Chagas e a Leishmaniose, tanto Tegumentar Americana como a Visceral. A Vigilância em Saúde de Porto Nacional, desde 2007, tem registrado ocorrências ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINANWEB), ligado Sistema Único de Saúde (SUS).

## MÉTODO E MATERIAIS

Como primeira atividade foi realizado o embasamento teórico sobre o tema em análise por leituras em livros, revistas científicas, e sites governamentais vinculados a saúde.

Para elaboração deste trabalho utilizou-se dados das Doenças de Chagas, Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) e Leishmaniose Visceral (LV) do período de 2007 à 2023. Os dados foram obtidos junto a Vigilância de Saúde de Porto Nacional. Com uso do software livre Qgis 3.34.4, foram construídos mapas anuais com os dados, sendo

distribuídos por setores (Mapa 1) e quadras da cidade sede de Porto Nacional.

Essa pesquisa é quantitativa, por se tratar de uma primeira análise sobre o tema. Em pesquisas posteriores serão observados, também, dados qualitativos

Devido ao limite de páginas neste artigo, optamos por não apresentar os mapas anuais, mas sim mapas sínteses que agregam todos os casos das doenças em foco de 2007 a 2023. As descrições dos casos anuais deverão ser buscadas no mapa síntese de cada doença analisada. Dessa maneira será indicado apenas na primeira discussão o número do mapa, sendo que as demais estarão vinculadas, automaticamente, ao mapa síntese do assunto em questão. Os mapas estão inseridos no fim do texto e agrupados para se adequar às normas a serem seguidas.

#### **Espacialização da Doença de Chagas na cidade sede do município de Porto Nacional**

Em relação à doença de Chagas, na cidade sede do município de Porto Nacional, no período de 2007 a 2023, não foram registrados casos de 2007 a 2010, de 2012 a 2017 e de 2020 a 2023 (Tabela 1).

Tabela 1 – Casos de Chagas na cidade de Porto Nacional (2007 – 2023)

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	<u>4</u>

Fonte: Vigilância em Saúde – Porto Nacional

No ano de 2011, na cidade sede do município de Porto Nacional, foi registrado um caso da doença de Chagas. O referido caso foi identificado no setor Vila Operária, na Quadra 14 (Mapa 2). A referida quadra está localizada na porção sudeste da cidade.

No ano de 2018, foi registrado um caso de Chagas. O referido caso foi identificado na Quadra 18 do setor Jardim Umuarama. A referida quadra está localizada na porção noroeste da cidade.

No ano de 2019 foram registrados dois casos da doença de Chagas em dois setores diferentes do município de Porto Nacional. Um na Quadra 02 do setor Novo Planalto e outro na Quadra 40 do setor Nova Capital. As referidas quadras estão, respectivamente, nas porções noroeste e sudeste da cidade.

### **Espacialização da Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) na cidade sede do município de Porto Nacional**

Em relação à Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), na cidade sede do município de Porto Nacional, no período de 2007 a 2023, não foram registrados casos apenas no ano de 2007, sendo que nos demais variaram entre 1 e 7 casos, somando um total de 58 casos no período analisado. (Tabela 2).

Tabela 2 – Casos de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) na cidade de Porto Nacional (2007 – 2023)

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
0	1	1	7	1	5	1	6	3	3	3	5	5	5	4	4	4	58

Fonte: Vigilância em Saúde – Porto Nacional

No ano de 2007 não foi registrado nenhum caso de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA).

No ano de 2008 foi registrado um caso de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA). O referido caso foi identificado na Quadra



23 do setor Imperial (Mapa 3). A referida quadra está localizada na porção sudeste da cidade.

No ano de 2009, foi registrado um caso de Leishmaniose Tegumentar Americana. O referido caso foi identificado na Quadra 06 do setor Brigadeiro Gomes. A referida quadra está na porção sudeste da cidade.

No ano de 2010, foram registrados sete casos de LTA, sendo um na Quadra 102 e outro na Quadra 30 do setor Porto Imperial. Um na Quadra 01 do Setor Padre Luso, um na Quadra 04 do Conjunto Fama, um na Quadra 10 do setor Vila Operária, um na Quadra 03 do setor Novo Planalto e um na quadra 59 do setor Vila Nova. As referidas quadras estão nas porções noroeste (1) e sudeste (6).

No ano de 2011, apenas um caso foi registrado, sendo ele no setor Porto Imperial, Quadra 241. A referida quadra está na porção sudoeste da cidade.

No ano de 2012, foram registrados cinco casos de Leishmaniose Tegumentar Americana na cidade de Porto Nacional. Os referidos casos foram: um na Quadra 125 do setor Porto Imperial, um na Quadra 14 do setor Brigadeiro Gomes, um na Quadra 13 do setor Jardim Querido, um na Quadra 30 do setor São Vicente; e um na Viela LG 20 QD B, do setor Nova Capital. As referidas quadras estão na porção noroeste (3) e sudeste (2).

No ano de 2013, apenas um caso foi registrado, sendo ele no setor Porto Imperial, Quadra 69. A referida quadra está na porção sudeste da cidade.

No ano de 2014, seis casos foram registrados, sendo eles: um no setor Porto Imperial, Quadra 30; um na Vila Operária, Quadra 07; um no setor São Francisco, Quadra 01; um no setor Vila Nova, Quadra 01; um no setor Jardim América, Quadra 27; e um no setor Porto Real,

Quadra 05. Os mesmos se localizam nas porções sudeste (3) e noroeste (3).

No ano de 2015, três casos de LTA foram registrados, sendo um no setor Alto da Colina, Quadra 08; outro na Quadra 15 do setor Brigadeiro Gomes; e um na Quadra 12 do setor São Vicente. Os mesmos se localizam nas porções noroeste, sudeste e sudoeste.

No ano de 2016, três casos foram registrados, um na Quadra 06 do Conjunto Fama; um na Quadra 02 do setor São Francisco e um na Quadra 02 do setor Novo Planalto. As referidas quadras estão na porção sudeste da cidade.

No ano de 2017, novamente três casos foram registrados, sendo um na Quadra 07 do setor Novo Planalto; um na Quadra 235 do setor Imperial Bairro; e um na Quadra 11 do setor Nova Capital. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (2).

No ano de 2018, cinco casos foram registrados, sendo um na Quadra 10 do setor Nacional; um na Quadra 19 e outro na Quadra 02 do setor Novo Planalto; um na Quadra 02 do setor Jardim Querido; e um caso na Quadra 08 do setor Jardim América. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (4).

No ano de 2019, cinco casos foram registrados, sendo um na Quadra 01 do setor Parque Eldorado; um na Quadra 08 do setor Nacional; um na Quadra 01 do setor Granville; um na Quadra 01 do setor São Francisco; e um na Quadra 06 do setor Jardim Umuarama. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (4).

No ano de 2020, cinco casos foram registrados, sendo um na Quadra 22A do setor Vila Operária; um na Quadra 43 do setor Jardim América; um caso na Quadra 14 do setor Jardim Guaxupé; um na Quadra 16 do Setor São Vicente; e um na Quadra 12 do setor Parque

do Trevo. As referidas quadras estão nas porções noroeste (3), nordeste (1) e sudeste (1).

No ano de 2021, quatro casos de LTA foram registrados, sendo eles: um caso na Quadra 187 e um na Quadra 17 do setor Porto Imperial; um na Quadra 42 do setor Nova Capital; e um na Quadra 02 do setor Tropical Palmas.

No ano de 2022, quatro casos foram registrados, um na Quadra 223 do setor Porto Imperial; um na Quadra 22A do setor Vila Operária; e dois no setor Nova Capital, sendo um na Quadra 05 e outro na Quadra 49. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (2) e sudeste (2).

Por fim, no ano de 2023, novamente quatro casos foram registrados, sendo um na Quadra 06 do setor Alto da Colina; um na Quadra 219 e outro na 216 do setor Porto Imperial; e um na Quadra 05 do setor Padre Luso. Os mesmos se localizam nas porções sudoeste (1) e sudeste (3).

### **Espacialização da Leishmaniose Visceral (LV) na cidade sede do município de Porto Nacional**

Em relação à Leishmaniose Visceral (LV), na cidade sede do município de Porto Nacional, no período de 2007 a 2023, nos anos 2008, 2015, 2021 e 2022 não foram registrados casos, sendo que nos demais variaram entre 1 e 19 casos, somando um total de 60 casos no período analisado (Tabela 3).

Tabela 3 – Casos de Leishmaniose Visceral na cidade de Porto Nacional (2007-2023).

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
1	0	4	19	6	4	3	1	0	1	6	7	2	1	0	0	5	60

Fonte: Vigilância em Saúde Porto Nacional.

No ano de 2007, foi registrado apenas um caso de Leishmaniose Visceral (LV) no município de Porto Nacional. O referido caso foi registrado na Quadra 11 do setor Brigadeiro Gomes. O mesmo se localiza na porção sudeste da cidade (Mapa 4).

No ano de 2009, quatro casos foram registrados, sendo um na Quadra 208 do setor Porto Imperial; um na Quadra 18 do setor Parque Eldorado; um caso na Quadra 12 do setor São Francisco; e um na Quadra 25 do setor Nacional. Os mesmos se localizam na porção sudeste da cidade.

No ano de 2010, dezenove casos foram registrados de Leishmaniose Visceral, sendo eles: um na Quadra 10 do setor Alto da Colina; nas quadras 52, 87 e 219 do setor Porto Imperial um caso cada; nas quadras 13, 05 e 06 do setor Brigadeiro Gomes um caso cada; um caso na Quadra 16 do setor Padre Luso; nas quadras 12, 50 e 03 do setor Novo Planalto um caso cada; nas quadras 06, 07 e 11 do setor São Francisco um caso cada; nas quadras 06 e 21 do setor São Vicente um caso cada; um caso na Quadra 03 do setor Parque Eldorado; um caso na Quadra 03 do setor Vila Operária; e um caso na Quadra 03 do setor Nacional. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (2), sudoeste (1) e sudeste (16).

No ano de 2011, seis casos foram registrados, sendo nas quadras 131, 109 e 19 do setor Porto Imperial um caso cada; nas quadras 05 e 09 do setor Brigadeiro Gomes um caso cada; e um caso na Quadra 02 do setor Alto da Colina. Os mesmos se localizam nas porções sudeste (5) e sudoeste (1).

No ano de 2012, quatro casos foram registrados, sendo eles: um na Quadra 170 do setor Porto Imperial; um na Quadra 03 do setor Conjunto Fama; um caso na Quadra 05 do setor Brigadeiro Gomes; e um caso na Quadra 20 do setor Vila Nova. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (3).

No ano de 2013, três casos foram registrados, sendo eles: um na Quadra 14 do setor Brigadeiro Gomes; e dois casos na Quadra 02 do setor Novo Planalto. Os mesmos se localizam na porção sudeste.

No ano de 2014, apenas um caso foi registrado, sendo ele na Quadra 18 do setor Parque Eldorado. O mesmo se localiza na porção sudeste da cidade.

No ano de 2016, novamente apenas um caso foi registrado, sendo na Quadra 02 do setor Novo Planalto. O mesmo se localiza na porção sudeste.

No ano de 2017, seis casos foram registrados, sendo eles: um na Quadra 17 do setor Alto da Colina; um na Quadra 36 e outro na Quadra 02 do setor Novo Planalto; um na Quadra 06 do setor Conjunto Fama; um na Quadra 44 do setor Vila Nova; e um na Quadra 22 do setor Nacional. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1), sudoeste (1) e sudeste (4).

No ano de 2018, sete casos foram registrados, sendo eles: um na Quadra 02 do setor Jardim Guaxupé; um na Quadra 18 do setor Jardim Umuarama; um na Quadra 20 do setor Jardim Brasília; um na Quadra 26 do setor Alto da Colina; um na Quadra 234 do setor Porto Imperial; e dois casos na Quadra 02 do Setor Novo Planalto. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (2), sudeste (2) e sudoeste (3).

No ano de 2019, dois casos foram registrados, sendo um na Quadra 20 do setor Vila Nova e um caso na Quadra 80 do setor Porto Imperial. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (1).

No ano de 2020, apenas um caso foi registrado, sendo ele na Quadra 02 do setor Novo Planalto. O mesmo se localiza na porção sudeste.

No ano de 2023, cinco casos foram registrados, sendo eles: um na Quadra 41 o setor Nova Capital; um caso na Quadra 51 do setor Novo Planalto; nas quadras 116, 194 e 126 do setor Porto Imperial um caso cada. Os mesmos se localizam nas porções noroeste (1) e sudeste (4).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram poucos os casos da Doença de Chagas em Porto Nacional de 2007 a 2023, com registros em apenas três anos, sendo que em dois ocorreu um caso cada e outro com dois casos cada. Esses casos ocorreram em setores e quadras diferentes.

Em relação à Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), no período analisado foram identificados 58 casos na cidade sede de Porto Nacional, variando de um a sete casos por ano. A distribuição dos casos foi diversa, tendo a concentração máxima de dois casos por quadro ao ano. Nesta situação se destacam os setores Porto Imperial, Nova Capital e Novo Planalto. Porto Imperial teve dois casos por quadra nos anos de 2010, 2021 e 2023. Nova Capital em 2022 e Novo Planalto em 2022.

As áreas Noroeste e Sudeste foram onde ocorreram as maiores concentrações, porém a Sudeste teve um número significativamente maior.

Foram notificados 60 casos de Leishmaniose Visceral (LV) ente 2007 e 2023, variando entre 1 e 19 casos por ano. Os 19 casos ocorreram

no ano de 2010, saindo totalmente do padrão de ocorrência dos demais anos.

No ano de 2010 foram cinco setores que tiveram mais que um caso, sendo eles Porto Imperial, Brigadeiro Gomes, Novo Planalto e São Francisco, todos com três Casos, São Vicente apresentou dois casos.

Em 2013 três setores apresentaram mais que um caso: Porto Imperial, com três casos, Brigadeiro Gomes e Novo Planalto com dois casos. Cabe destacar que os casos de Novo Planalto foram na mesma quadra. Novo Planalto apresentou dois casos também no ano de 2017 e 2018, sendo no primeiro em quadras diferentes e no segundo na mesma quadra.

Em 2023 Porto Imperial apresentou três casos, todos em quadras diferentes.

Em relação à Leishmaniose Visceral, pode-se destacar a forte presença da mesma na área sudeste da cidade, com mais de um caso anual por setores e, até, por quadra.

## REFERÊNCIAS

BOUSQUAT, A; COHN, A. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica.

*História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 549-568, 2004.

GUIMARÃES, R.B. *Saúde: fundamentos de Geografia humana* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, 109 p. ISBN 978-85-68334-938-6.

GUIMARÃES, R. B.; PICKENHAYN, J. A.; LIMA, S. C. *Geografia e saúde: sem fronteiras*. Uberlândia: Assis, 2014.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. Leishmaniose.

Disponível em:

<https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/doencas->

[cronicas/leishmaniose/#:~:text=%C3%89%20uma%20doen%C3%A7a%20transmitida%20por,Leis](https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/doencas-cronicas/leishmaniose/#:~:text=%C3%89%20uma%20doen%C3%A7a%20transmitida%20por,Leis)

[hmaniose%20Tegumentar%20Americana%20\(LTA\)](https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/comofuncionaosus/doencas-cronicas/leishmaniose/#:~:text=%C3%89%20uma%20doen%C3%A7a%20transmitida%20por,Leis). Acesso em: 25 ago. 2024

VI Simpósio Nacional de Geografia da Saúde. *Anais do VI Simpósio Nacional de Geografia da Saúde*, 2022. Disponível em:

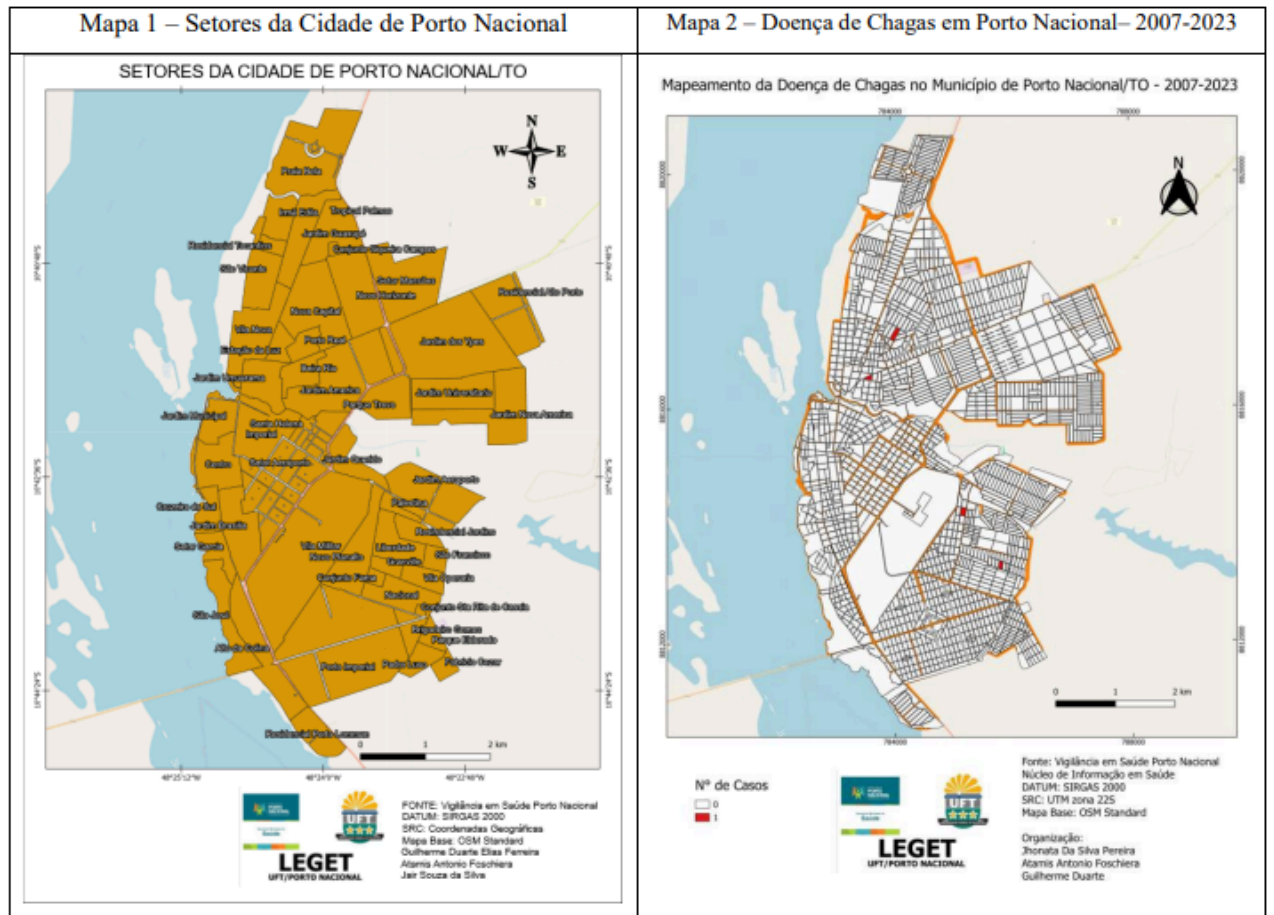
<https://www.anaisgeosaude.com/vi-simpisio>. Acesso em: 08/09/2024.

#### FINANCIAMENTO

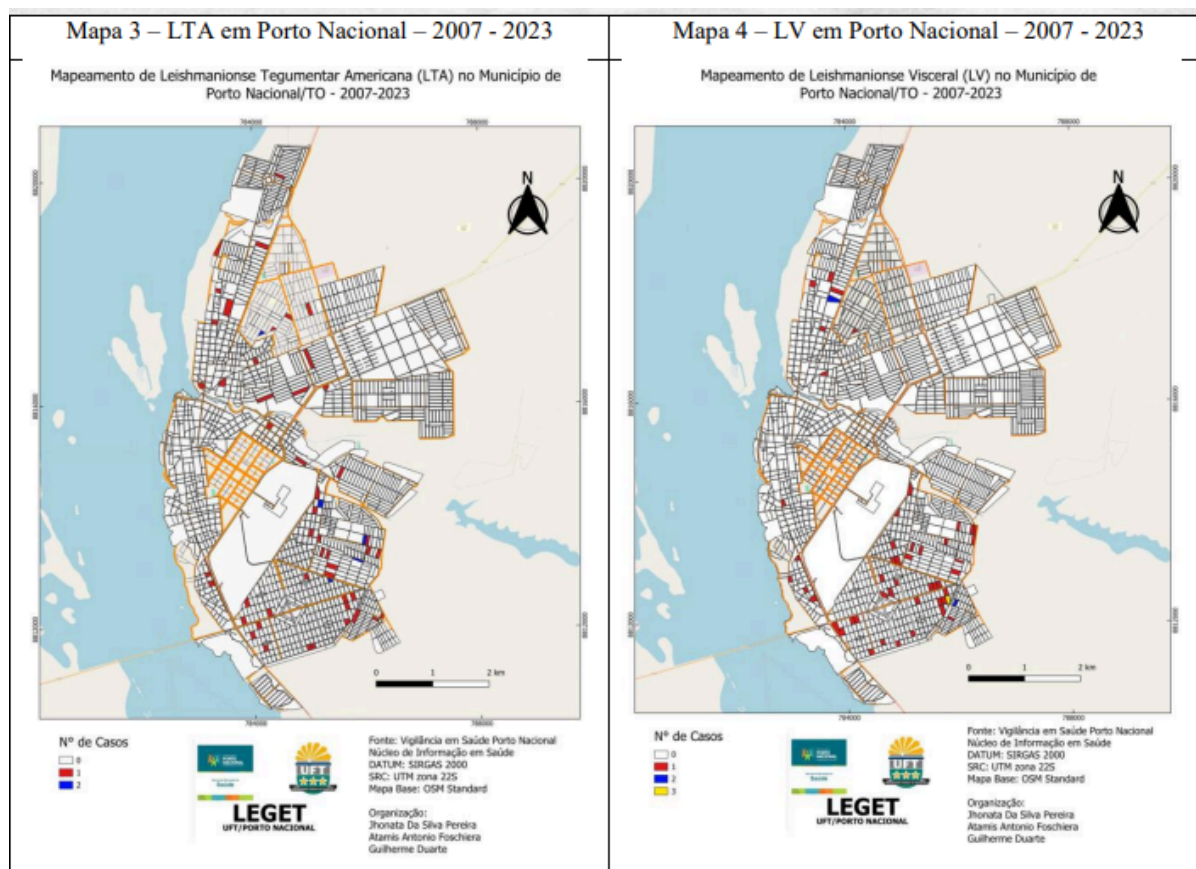
“O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”



# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)



## Capítulo 9

### A BOTÂNICA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA ATUALIDADE: UM ESTUDO DA DISCIPLINA ESCOLAR BIOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Salete Aires Ribeiro <sup>1</sup>  
Thalita Quatrocchio Liporini <sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa do tipo documental que teve por objetivo identificar e analisar os conteúdos de Botânica na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular; identificar e analisar os conteúdos de Botânica na disciplina de Ciências da Natureza e Biologia no Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Fundamental (DCTTEF) e no Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM) e; verificar e discutir quais conteúdos são presentes e ausentes no que diz respeito à Botânica nos respectivos referencial curricular e currículo estadual. Para tanto, foi realizada a busca dos conteúdos de ensino botânicos nos documentos por meio de descritores que foram identificados em excertos. Os excertos dos documentos que tratavam sobre o ensino de Botânica foram analisados e discutidos à luz das seguintes categorias: i. diversidade vegetal, ii. anatomia e morfologia vegetal, iii. fisiologia vegetal e, iv. plantas e seus usos, para proporcionar uma compreensão maior sobre a importância da Botânica. Após a análise dos dados foi identificado a falta de conhecimentos botânicos nos documentos, mostrando que não há uma organização do ensino de Botânica, pois os documentos analisados se pautam em competências e habilidades, fazendo com que os conteúdos científicos sejam reduzidos.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Documento Curricular do Território do Tocantins; Análise Documental.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, salete.ribeiro@mail.uft.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação para a Ciência, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Tocantins, thalita.liporini@uft.edu.br

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre documentos e referenciais curriculares são de crucial importância para o desvelamento e entendimento da realidade concreta, sobretudo no que se diz respeito às políticas educacionais da atualidade. Para esta pesquisa, concebe-se os currículos escolares como expressão das políticas educacionais (LIPORINI, 2020) sendo que na atualidade, os currículos escolares são influenciados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e pelo disposto na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que se desdobrou no documento do Novo Ensino Médio (NEM) (BRASIL, 2017).

Dentre os currículos escolares estaduais que foram reorganizados para atender o previsto pela BNCC e pelo NEM, têm-se os seguintes referenciais curriculares que organizam a educação escolar no estado do Tocantins: o Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Fundamental (DCTTEF) (TO, 2021) e o Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM) (TO, 2021).

Neste sentido, a reorganização desses documentos curriculares pode ter influenciado a sistematização dos conhecimentos sobre a Botânica na educação básica. Admitimos a ciência que estuda as plantas – Botânica - como fundamental no estabelecimento de relações com outros temas biológicos, além de também estar associada à temas relacionados à Geografia, História, Climatologia etc. (PIERONI, 2019), além de estarem presentes de modo essencial e complexo para a existência humana (LEITE; MEIRELLES, 2023). Sendo assim, a existência dos conteúdos de ensino sobre Botânica nos currículos escolares é de extrema importância para compreender a dinâmica da vida na Terra (SANTANA; FERNANDES, 2020).

No entanto, pesquisas revelam que os conhecimentos científicos foram apagados e/ou minimizados nos atuais referenciais e currículos escolares, a exemplo do estado de São Paulo, uma vez que esses conhecimentos foram substituídos por competências e habilidades (PRESSATO; MONGOLO-JUNIOR; LIPORINI, 2022). A definição de competência – termo este que organiza e fundamenta os currículos e referenciais curriculares da atualidade – pode ser interpretado como um instrumento que mensura o comportamento humano, uma vez que concebe a aprendizagem como algo controlado e alterado cientificamente. A respeito, Marsiglia *et al.* (2017) destacam que:

[...] ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento [a BNCC] traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. [...] o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível” (MARSIGLIA *et al.*, 2017, p. 118).

Oliveira (2021) discute a BNCC como exemplo de documentos que sofrem influências das políticas neoliberais, levando as escolas a terem uma educação com formação voltada para o mercado de trabalho. A partir do exposto, esta pesquisa procura responder ao seguinte problema: como está organizado o ensino de Botânica nas disciplinas escolares de Ciências da Natureza e de Biologia na BNCC do Ensino Médio e nos documentos curriculares do estado do Tocantins, materializados no DCTTEF e DCTTEM?

Para tanto, pretende-se atingir os seguintes objetivos: 1º) identificar e analisar os conteúdos de Botânica na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias na etapa do Ensino Médio da Base

Nacional Comum Curricular; 2º) identificar e analisar os conteúdos de Botânica na disciplina de Ciências da Natureza, no Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Fundamental (DCTTEF); 3º) identificar e analisar os conteúdos de Botânica na Formação Geral Básica – componente curricular Biologia, nas Trilhas de Aprofundamento e nos Itinerários Formativos do Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM); 4º) verificar e discutir quais conteúdos são presentes e ausentes no que diz respeito à Botânica nos respectivos referencial curricular e currículo estadual.

## METODOLOGIA

De acordo com Sousa e Kerbauy (2017), esta pesquisa é considerada quanti-qualitativa, por empregar a quantificação na modalidade de coleta de informação, em que haverá a análise e explicação desses dados. A pesquisa quanti-qualitativa, então, contribui para melhor compreensão dos fenômenos educacionais investigados.

Além disso, este estudo é considerado do tipo documental, pois tem como fonte de dados os documentos e orientações curriculares. Kripka, Scheller e Bonotto (2015) trazem a pesquisa documental como:

[...] aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 58).

Sendo assim, os objetos de estudo escolhidos para análise desta pesquisa foram: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018); Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Fundamental (DCTTEF) (TO, 2021); Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Médio (DCTTEM) (TO, 2021) e o Documento Itinerário Formativo Unidades Curriculares – Eletivas (IFUCE) (TO, 2022; 2023), que é complementar ao DCTTEM. Tais documentos foram encontrados nos *sites* do Ministério da Educação (MEC)<sup>3</sup> e da Secretaria da Educação do Tocantins (SEDUC- TO)<sup>4</sup>. Este acesso aos respectivos *sites* ocorreu no segundo semestre do ano de 2023. Em seguida, ocorreu a leitura desses materiais para entender como estes documentos foram organizados.

Realizada a primeira leitura, a definição dos descritores que seriam utilizados para identificação dos excertos relativos ao Ensino de Botânica nos documentos foi iniciada. Esses descritores foram eleitos a partir de leituras de artigos publicados em periódicos sobre a área de Ensino de Biologia e que tratavam sobre Ensino de Botânica, bem como após a leitura dos respectivos documentos oficiais. Sendo assim, foram definidos os seguintes descritores: Natureza, Evolução, Plantas/Planta, Flores, Vegetais/Vegetal, Folha, Caule, Vegetação, Fotossíntese, Botânica, Habitat, Briófitas, Pteridófitas, Angiospermas, Gimnospermas.

No que se diz respeito ao objetivo de identificação dos conteúdos de Botânica nos documentos investigados, foi realizada a “metodologia de análise de conteúdo, em que se caracteriza como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens” (LUDKE, ANDRÉ, 2018, p. 48).

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

<sup>3</sup> Disponível em: [Página Inicial — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em 01 dez. 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: [Secretaria da Educação \(www.to.gov.br\)](http://www.to.gov.br). Acesso em 01 dez. 2023.

Por meio de uma pesquisa flutuante, em que o quantitativo de vezes que os descritores são mencionados nos documentos, utilizou-se o mecanismo de busca dos descritores nos documentos através da ferramenta de localização de palavras.

Após esta checagem dos quantitativos, foi organizado em Quadros quantas vezes cada descritor foi mencionado nos respectivos documentos. O Quadro 1 apresenta esse quantitativo nos documentos.

Quadro 1: Quantitativo de cada descritor nos respectivos documentos (BNCC, DCTTEF, DCTTEM, IFUCE 2022, 2023).

Descritor	BN CC	DCTT EF	DCTT EM	IFUC E II	IFUCE III	Total
Botânica	0	0	1	0	1	2
Vegetais/Vegetal	3/7	2/3	0	0	0	15
Plantas/Planta	23/ 42	46/58	2/1	1	31/36	239
Folha	4	18	0	5	5	32
Flores	10	8	1	1	1	21
Caule	2	3	0	0	0	5



## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Vegetação	2	0	0	0	0	2
Evolução	79	70	23	17	5	194
Natureza	275	154	77	113	79	698
Habitat	0	0	0	0	0	0
Briófitas	0	0	0	0	0	0
Pteridófitas	0	0	0	0	0	0
Angiosperma/Gimnosperma	0	0	0	0	0	0
Fotossíntese	1	5	0	0	0	6

Fonte: as autoras (2024).

Logo após, foram selecionados os excertos que dizem respeito aos conhecimentos botânicos, com isso grande parte dos dados encontrados foram descartados, pois não faziam parte do objeto de estudo para esta pesquisa, que é o Ensino de Botânica.

Realizado esse primeiro movimento de pesquisa, ocorreu o segundo momento, em que as categorias de análise dos dados foram definidas. As categorias de análise *a priori* foram extraídas do trabalho de Pieroni (2019), são elas: i. diversidade vegetal, ii. anatomia e morfologia vegetal, iii. fisiologia vegetal e, iv. plantas e seus usos. As categorias foram descritas pela autora com a finalidade de

proporcionar uma compreensão mais ampla sobre a importância da Botânica. A seguir, têm-se uma breve descrição sobre as categorias:

i. Categoria diversidade vegetal: traz os conteúdos botânicos referentes as adaptações evolutivas das plantas, classificação dos grupos vegetais, biomas e ecossistemas. (PIERONI, 2019).

ii. Categoria anatomia e morfologia vegetal: refere-se as estruturas internas e externas dos vegetais, as células e estruturas dos vegetais (PIERONI, 2019).

iii. Categoria fisiologia vegetal: são os conhecimentos relacionados ao metabolismo do vegetal, tais como o transporte de água e de solutos, o crescimento, seu desenvolvimento e fotossíntese (PIERONI, 2019).

iv. Categoria plantas e seus usos: nesta categoria apresenta elementos que contribuem o reconhecimento do aluno como sujeito transformador da sua própria realidade, procurando relação da Botânica com o ser humano no seu cotidiano, mostrando assim que seu estudo vai além da memorização dos nomes científicos e conceitos (PIERONI, 2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Categoria Diversidade Vegetal

No Quadro 2, a seguir, apresenta-se os excertos encontrados na BNCC classificados na categoria Diversidade Vegetal.

Quadro 2- Categoria Diversidade Vegetal na BNCC.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Documento Curricular	Excertos dos documentos
BNCC	(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. (BRASIL, 2018, p. 349).

Fonte: as autoras (2024).

Após a busca pelos excertos no documento da BNCC, houve apenas uma menção referente a Botânica em que se enquadrou na categoria diversidade vegetal. Tal excerto diz respeito a comparação dos processos reprodutivos em plantas e também em animais, relacionando a adaptação desses organismos e sua evolução. Como sugestão de conteúdos, poderia ser ensinado nesta habilidade como ocorreu a migração das plantas aquáticas para o ambiente terrestre, e como os processos de reprodução se diferenciaram com essa evolução e adaptação ao ambiente terrestre.

A seguir no Quadro 3, apresenta os excertos em que se encontram classificados na categoria diversidade vegetal, no documento do (DCTTEF).

Quadro 3- Categoria Diversidade Vegetal no Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Fundamental (DCTTEF).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

DCTTEF	Conhecer a grande diversidade de plantas existentes em nosso planeta, seu processo evolutivo, sua classificação e adaptação aos diversos ambientes. (SEDUC-TO, 2019, p. 70).
	<b>SUGESTÕES PEDAGÓGICAS</b>  Pesquisar impactos ambientais que têm contribuído para levar à extinção de espécies animais e vegetais em ecossistemas brasileiros, especialmente o cerrado (SEDUC-TO, 2019, p. 55).  Pesquisar sobre os registros de vegetais fossilizados no Estado, considerados como um dos maiores registros de vegetais fossilizados do mundo. (SEDUC-TO, 2019, p. 55).

Fonte: as autoras (2024).

Tais excertos apresentados trata-se de sugestões pedagógicas, ou seja, como os professores podem ensinar os conteúdos do EFII, em que a Botânica foi mencionada pelos seguintes termos “plantas” e “vegetais”, em que tem por objetivo descrever sobre a grande diversidade das plantas existentes no planeta. As sugestões pedagógicas têm o intuito de trabalhar os processos evolutivos, suas classificações e adaptações de acordo com o ambiente em que as plantas são encontradas. Além de pesquisar quais impactos o ambiente está sofrendo, que estão levando a extinção de diferentes espécies de vegetais principalmente do Cerrado, partindo desta mesma linha, tem a sugestão de trabalhar a abundância de vegetais fossilizados.

Já os excertos encontrados no respectivo documento DCTTEF, apresentam apenas menções a Botânica, os conteúdos botânicos que deveriam estar presentes no documento são apresentados apenas como uma “sugestão pedagógica”. Os documentos curriculares deveriam apresentar conhecimentos científicos sobre Botânica e não aquilo que o professor deveria ensinar, uma vez que o conteúdo de ensino – que é ausente – delimita a forma (MARTINS, 2011). Ao apresentar em sugestões pedagógicas conceitos superficiais, sem detalhar os conteúdos específicos, o currículo pode deixar lacunas no aprendizado. Isso é particularmente crítico em áreas da Biologia, tal como a Botânica, em que o entendimento de conceitos e classificações específicas é fundamental (URSI *et al.*, 2018).

Na respectiva categoria podem ser trabalhados processos evolutivos, as diversidades vegetais apresentadas em determinado ambiente, além das adaptações desses vegetais. Esses conhecimentos estão diretamente relacionados à categoria da diversidade vegetal, entendendo como a diversidade de plantas se formou e continua a evoluir ao longo do tempo, focando no Cerrado e nos demais biomas.

A seguir no Quadro 4, traz a Categoria Diversidade Vegetal no DCTTEM e nos IFUCE.

Quadro 4- Categoria Diversidade Vegetal no Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Médio (DCTTEM) e nos Documento Itinerário Formativo Unidades Curriculares – Eletivas (IFUCE) (2022, 2023).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
	A Biologia compreende a diversidade dos seres vivos como Plantas, animais, bactérias, protozoários e fungos. Estudamos a interação

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

DCTTEM	destes organismos e sua relação com o meio, através da Fisiologia, Anatomia, Paleontologia, Ecologia, Citologia, Anatomia, Engenharia Genética, Processos Evolutivos e outros campos de conhecimento biológico. (SEDUC-TO, 2022, p. 22).
IFUCE 2022	----
IFUCE 2023	Muitos insetos são extremamente valiosos para nós humanos, e a sociedade atual deve sua forma a eles. Através da polinização eles tornam possível a produção de diversas plantas agrícolas, como frutas, verduras, algodão e outras. (SEDUC-TO 2023, p. 108).

Fonte: as autoras (2024).

O documento DCTTEM menciona brevemente a Botânica citando a palavra “plantas” no contexto do que a Biologia estuda, em que abrange toda a diversidade dos seres vivos, estudando a interação dos organismos em aspectos fisiológicos, evolutivos entre outros campos dos conhecimentos biológicos. Esse excerto se relaciona com a categoria descrita, por citar a compreensão da diversidade das plantas.

O IFUCE (2022) apresenta ausência de conteúdos botânicos, em que não apresenta nenhuma eletiva relacionada as plantas. Já o IFUCE (2023) traz as plantas no contexto de como os insetos são de extrema importância para a sociedade, pois é por meio deles que ocorre a polinização, possibilitando uma maior diversidade nas plantas agrícolas para comercialização. O excerto sugere o conteúdo de ensino em articulação à economia do estado do Tocantins,

podendo-se ressaltar, então, o foco em uma educação voltada para o mercado de trabalho

A categoria diversidade vegetal apresenta temáticas relacionadas a Ecologia Vegetal, abordando os conceitos dos biomas e a função dessas plantas no ecossistema (PIERONI, 2019). A mesma autora também destaca que

[...] os conteúdos que apresentam conhecimentos sobre a diversidade da flora brasileira devem abordar, estudos de espécies vegetais nativas, mencionando suas características, especificidades e locais de ocorrência, propiciando aos educandos a familiarização com o tema (PIERONI, 2019, p. 147).

Baseando-se no que a autora acima descreveu, os currículos escolares, então, devem apresentar conteúdos de ensino como, adaptação das plantas, sistemática das plantas, a relação das plantas com o ecossistema e o bioma e como elas interagem e se relacionam com outros organismos presentes no mesmo ambiente. Além disso, é importante trazer no ensino de Botânica a evolução das primeiras plantas que colonizaram a Terra e quais adaptações ocorreram para que elas permanecessem no ambiente terrestre e evoluíssem (REECE *et al.*, 2015). Assim, observa-se que a completa ausência dos conteúdos de Botânica no EM contribui para oportunizar o ensino de competências e habilidades, tal como demonstrados nos documentos curriculares da atualidade.

### **Categoria Anatomia Vegetal e Morfologia Vegetal**

O documento da BNCC apresentou ausência de excertos a respeito da Categoria Anatomia Vegetal e Morfologia Vegetal. Essa ausência trás preocupação para a educação escolar, pois a respectiva categoria apresenta conhecimentos de extrema importância para o

ensino da Botânica, por se tratar do estudo das estruturas tanto externas e internas dos vegetais, como a célula vegetal é organizada e como suas estruturas são compostas (PIERONI, 2019).

A seguir no Quadro 5, apresenta os excertos da categoria Anatomia Vegetal e Morfologia Vegetal encontrados no DCTTEF.

Quadro 5: - Categoria Anatomia Vegetal e Morfologia Vegetal no Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Fundamental (DCTTEF).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
DCTTEF	<b>SUGESTOES PEDAGOGICAS</b> Reconhecer diferenças entre os grupos de plantas, baseando-se nas estruturas de reprodução. (SEDUC-TO, 2019, p. 60).
	<b>SUGESTÕES PEDAGÓGICAS</b> Representar modelos tridimensionais de célula animal e vegetal com suas estruturas, estabelecendo suas diferenças. (SEDUC-TO, 2019, p. 46).

Fonte: as autoras (2024).

O respectivo documento traz o estudo dos grupos de plantas em relação a suas estruturas celulares e de reprodução, menção essa brevemente apresentada como “sugestões pedagógicas”. Essas sugestões oferecem aos professores o que eles podem explicar sobre os conteúdos biológicos de reprodução das plantas e citologia



vegetal e animal. Todavia, o DCTTEF não apresenta outros conhecimentos botânicos importantes e que deveriam ser ensinados no EF, tais como os diferentes tipos de raízes, caule, folhas, flores, abrangendo suas morfologias, suas funções, quais as principais características que são utilizadas como diferenciação de uma planta para outra, bem como a visualização de quais células estão presentes nos tecidos vegetais e quais suas funções.

Já o DCTTEM e os IFUCE não apresentam nenhuma referência aos conteúdos botânicos acerca da categoria Anatomia Vegetal e Morfologia Vegetal. Pieroni (2019) apresenta alguns dos conteúdos que devem ser trabalhados dentro desta categoria, e que se encontram ausentes nos documentos curriculares analisados, são eles: “os diferentes tipos de raízes e caules existentes e quais suas funções para a planta, em relação as folhas apresentar as principais partes e suas funções” (PIERONI, 2019, p.186).

Esses conteúdos estão escassos no EM pela aplicabilidade das competências e habilidades, que minimizaram os conteúdos científicos. Ainda sendo a Botânica uma ciência considerada desinteressante pelos estudantes (SALATINO; BUCKERIDGE, 2016), deveria ser necessário, então, estudá-la para que o aluno possa aumentar o repertório cultural, auxiliando na sua formação de um cidadão reflexivo, conseguindo analisar criticamente algumas situações e modificar sua realidade (VASQUES; FREITAS; URSI, 2021, p. 33).

### **Categoria Fisiologia Vegetal**

A Fisiologia Vegetal abrange conhecimentos sobre “transporte de água e solutos pelos tecidos vegetais, bioquímica e metabolismo, crescimento e desenvolvimento das plantas” (ARAÚJO, 2020, p. 42). Além do estudo do processo da fotossíntese, pois as plantas são

responsáveis pela maior parte da produção de oxigênio da Terra (PIERONI, 2019), bem como o estudo dos processos reprodutivos das plantas, de como ocorre e em que período ocorrem.

Estes conteúdos estão ausentes no documento da BNCC. Isso é algo preocupante, uma vez que conhecer as plantas significa vislumbrar que são seres produtores, que conseguem converter a energia luminosa em energia química, por meio do processo da fotossíntese, dando início assim a toda a cadeia alimentar no ambiente (VASQUES; FREITAS; URSI, 2021, p. 100). Esse conteúdo de ensino, então, deveria estar presente no documento da BNCC.

O Quadro 6 apresenta a categoria Fisiologia Vegetal referente ao documento do EFII (DCTTEF).

Quadro 6- Categoria Fisiologia Vegetal no Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Fundamental (DCTTEF).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
	Deduzir, através da observação cotidiana, que as transformações químicas podem ocorrer de várias maneiras como ao cozinhar alimento, (ação do calor), ao realizar Fotossíntese, transformação de oxigênio em ozônio (ação da luz), ao acender um palito de fósforo, ao realizar uma explosão (ação mecânica), pela corrente elétrica e por junção de substâncias. (SEDUC-TO, 2019, p. 66).

DCTTEF	<b>HABILIDADES</b>  (EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
	<b>SUGESTÕES PEDAGÓGICAS</b>  Reconhecer diferentes estratégias reprodutivas das plantas. (SEDUC-TO, 2019, p. 60).
	<b>OBJETOS DE CONHECIMENTO</b>  reprodução de plantas e animais. (SEDUC-TO, 2019, p.64)

Fonte: as autoras (2024).

No primeiro excerto apresentado no Quadro acima, traz a menção do termo “fotossíntese”, em que se encontra no contexto de transformações químicas que podem ser observadas ocorrendo no cotidiano. Porém, não é simples fazer com que o aluno perceba o processo, que as plantas realizam a fotossíntese no cotidiano, mostrando assim que o documento se confundiu ao apresentar essa informação. Ao apresentar as habilidades com um excerto relacionado a comparação dos diferentes processos de reprodução em plantas e animais, juntamente com a sugestão pedagógica de que deve se reconhecer as diferentes estratégias de reprodução das plantas.

O documento também trouxe objetos de conhecimento em que se trata apenas do que já foi mencionando acima, a reprodução dos vegetais e animais. Através destes excertos observa-se assim um currículo esvaziado de conhecimento científicos importantíssimos, podendo aprofundar esses conteúdos, para que não fique um ensino

superficial. Pieroni (2019) traz em seu trabalho que no Ensino Fundamental é de suma importância o estudo sobre os processos de fotossíntese e respiração celular das plantas.

Já no documento DCTTEM e no IFUCE (2022; 2023) não foi encontrado nenhuma menção aos conteúdos biológicos sobre Fisiologia Vegetal. Pieroni (2019) comenta em seu trabalho que a categoria Fisiologia Vegetal deve abarcar conhecimentos que “investiga a distribuição dos conteúdos referentes ao estudo das funções fisiológicas e bioquímicas das plantas e suas relações e interdependências com as diversas estruturas vegetais” (PIERONI, 2019, p.195).

### **Categoria Plantas e Seus Usos**

Abaixo o Quadro 7, traz a categoria Plantas e seus Usos referente ao documento curricular da BNCC.

Quadro 7- Categoria Plantas e Seus Usos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
BNCC	(EF03GE09) Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos da água em atividades cotidianas (alimentação, higiene, cultivo de plantas etc.), e discutir os problemas ambientais provocados por esses usos. (BRASIL, 2018, p. 375).

Fonte: as autoras (2024).

A BNCC apresenta relação ao conteúdo botânico mencionando a utilização de recursos naturais como a água no cotidiano, o documento traz a importância da água no cultivo das plantas, ao

invés de apresentar conteúdos sobre a planta em si, a exemplo de quais substratos a planta necessita para ser cultivada, qual seu tempo de germinação e até também se ela pode ser cultivada através de mudas feitas por galhos ou por sementes.

Isso significa que a BNCC está interessada em trazer temas que geram aplicações no cotidiano do aluno, isto é o documento foi formulado para resolver demandas “complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (SILVA, 2018, p. 9). A respeito, o mesmo autor assinala que a retórica produzida pela BNCC valida o “[...] não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença” (SILVA, 2018, p.11).

O DCTTEF, por sua vez, não apresentou nenhum excerto sobre a respectiva categoria.

O Quadro 8, apresenta a Categoria Plantas e Seus Usos nos documentos do Ensino Médio e nas Eletivas (2022, 2023).

Quadro 8- Categoria Plantas e Seus Usos no Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Médio (DCTTEM) e nos Documento Itinerário Formativo Unidades Curriculares – Eletivas (IFUCE) (2022, 2023).

Documento Curricular	Excertos dos documentos
DCTTEM	----

IFUCE 2022	<p>A biotecnologia tem sido utilizada pela espécie humana desde a antiguidade. Isso porque, em seu sentido mais amplo, a biotecnologia compreende a aplicação de microrganismos, plantas e animais, para obtenção de processos e produtos de interesse para a sociedade. Desde a civilização babilônica a biotecnologia já era utilizada na fabricação de pães e cervejas a partir de microrganismos vivos. Essa estratégia ficou conhecida como biotecnologia clássica e com o passar do tempo e avanço da ciência, novas ferramentas tecnológicas foram sendo desenvolvidas e passaram a complementar a biotecnologia que conhecemos hoje. (SEDUC-TO, 2022, p. 8).</p>
	<p>Título: As plantas também curam; Tema da Eletiva: As plantas medicinais e sua essência. (SEDUC-TO, 2023. p. 20).</p>
	<p>Substrato para plantas. (SEDUC-TO, 2023, p. 17).</p>
	<p>A proposta da eletiva surgiu com o intuito de manter viva a cultura de algumas comunidades tradicionais, de utilizar plantas com propriedades medicinais, para tratar algumas enfermidades. Tais plantas são conhecidas desde que as enfermidades começaram a surgir sobre a face da Terra, mas com o passar de algumas décadas esse costume foi caindo no esquecimento, visto que foram surgindo medicamentos sintéticos. Mas após algumas décadas de dormência, o uso de plantas</p>

	<p>medicinais está voltando com tudo, em razão dos efeitos colaterais e do alto custo dos medicamentos sintéticos. A flora brasileira</p> <p>tem cerca de 15 mil espécies diferentes de ervas ou plantas que constitui um caminho</p>
	<p>inesgotável para os pesquisadores da fitologia. É oportuno lembrar que o nosso país tem uma riquíssima floresta, uma fábrica natural de medicamentos. O uso dessa modalidade é para que os educandos preservem o conhecimento popular transmitidos de pais para filhos. Mas que seja fundamental a conscientização da população, no sentido de que o tratamento com plantas medicinais não deve ser aplicado para todos os casos. Torna-se necessária conhecer a constituição biológica da pessoa, a natureza de sua doença, a espécie de planta utilizada e a preparação e a dosagem correta, evitando assim possíveis complicações.</p> <p>(SEDUC-TO, 2023, p. 20).</p>
	<p>Tendo em vista que a busca por uma vida saudável vem crescendo com o passar do tempo, pretende-se nesta eletiva, proporcionar ao estudante uma vivência teórica e prática da utilização das plantas em diversos tratamentos de doenças vivenciadas no cotidiano e na</p>

	<p>alimentação, afim de estreitar os conhecimentos compreendidos com seu projeto de vida. (SEDUC-TO, 2023, p. 21).</p>
	<p>Reino Planta e (características gerais das plantas).</p> <p>A Eletiva —“ As plantas também curam” tem por finalidade trabalhar a educação ambiental, envolvendo as diversas áreas de conhecimento, assim como valorizar o conhecimento tradicional da região e ampliar o conhecimento dos estudantes sobre os princípios ativos de algumas plantas. Seu público-alvo são estudantes do Ensino Médio. As aulas expositivas e dialogadas contemplando os conteúdos programáticos.</p> <p>Terá atividade em grupo heterogêneo: identificação sobre tipos de plantas (alimentação, saúde, indústria) e apreciação de vídeo.</p> <p>Pesquisa em dupla para descrever ficha técnica de plantas (nome científico, forma de cultivo, princípio ativo, ações no organismo, alimentação e indústria). (SEDUC-TO, 2023, p. 23).</p>
	<p>Confecção de panfletos e/ou folder, sobre plantas e sua função no organismo.</p> <p>Em parceria com a comunidade escolar e com a ação Semana da Natureza, realizaremos uma coleta de sementes nativas do Cerrado, com o objetivo de estudarmos sobre o potencial ativo das plantas na alimentação e dietas milagrosas, e suas possíveis propriedades medicinais.</p>



	Exposição sobre a técnica de dessecação e realização de dessecação de plantas no laboratório (exsicatas). Mural informativo sobre a identificação das plantas e potencial ativo; Exposição de exsicatas de algumas espécies de plantas. (SEDUC-TO, 2023, p. 24).
--	--

Fonte: as autoras (2024).

O DCTTEM também não apresentou nenhum excerto relacionado a plantas e seus usos. Isso mostra que os conteúdos foram excluídos do documento, e foram implementados vagamente nas eletivas. No IFUCE (2022) mencionou a Botânica em relação a Biotecnologia em que compreende a aplicação de microrganismos, plantas e animais.

O IFUCE (2023) trouxe uma eletiva com título “Plantas também curam”, com o tema “As plantas medicinais e sua essência”, que teve como objetivo manter viva as tradições de comunidades antigas em relação as plantas medicinais. Assim, fazendo com que o aluno tenha uma vivência teórica e prática ao utilizarem tais plantas tanto para tratamento quanto para consumo na alimentação.

Esta categoria foi a que mais apresentou excertos nos currículos. Infere-se, então, que os conhecimentos científicos foram substituídos por saberes tradicionais, saberes estes que deveriam ser ensinados dentro dos grupos nos quais os alunos estão inseridos, que fazem parte do cotidiano e na escola esses devem ter acesso ao ensino de conhecimentos científicos (URSI *et al.*, 2018).

Articulando a discussão acima apresentada, concordamos com Silva (2018), que afirma que as experiências cotidianas – fazendo uma aproximação com os saberes mais tradicionais e imediatos – “[...] uma

vez reduzida à aplicação, ao imediato, reforça-se a ideia de que o conhecimento se limita a dar respostas imediatas às situações problema do dia a dia, e se impede que se tome o conhecimento como objeto de experiência que oportuniza a reflexão e a crítica" (SILVA, 2018, p.12).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa respondeu ao questionamento inicial, pois a análise de cada documento permitiu identificar como a Botânica está organizada. Ou seja, há ausência de conhecimentos botânicos nos documentos, mostrando que não há uma organização do ensino de Botânica. Neste sentido, os objetivos da pesquisa também foram alcançados. Após verificar o esvaziamento dos conteúdos botânicos, foi necessário apresentar quais conteúdos deveriam ser discutidos no que diz respeito à Botânica, comparando com os breves conteúdos mencionados nos respectivos referenciais curriculares nacional e estadual.

A ausência do ensino de Botânica se torna preocupante, principalmente no documento da BNCC, por se tratar de um documento norteador dos currículos escolares. Os documentos analisados pautam o ensino em competências e habilidades e, por consequência, os conhecimentos científicos estão desaparecendo dos currículos.

O ensino de Botânica se mostrou com uma frequência maior nas eletivas do Ensino Médio no documento estadual do Tocantins, sendo que foi verificado a apresentação de conhecimentos tradicionais ao invés de conhecimentos científicos. Ao analisar os currículos percebe-se que por falta de familiaridade com os conteúdos

botânicos pelos professores e alunos, esses conteúdos podem desaparecer dos documentos. Isso é algo preocupante, pois a Botânica deveria estar presente em todos os níveis de ensino da educação básica, pois é de grande importância para o ambiente.

## REFERÊNCIAS

<sup>3</sup> Disponível em: [Página Inicial — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em 01 dez. 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: [Secretaria da Educação \(www.to.gov.br\)](http://www.to.gov.br). Acesso em 01 dez. 2023.

ARAÚJO, E. S.; LIPORINI, T. Q. O ensino de botânica no currículo de ciências da natureza do distrito federal. *In*: VIII Encontro Nacional de Ensino de Biologia., 2021, Fortaleza. **Anais[...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

BRASIL. **Lei no 13.415/2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

LEITE, V. S. M.; MEIRELLES, R. M. S. O ensino de Botânica na Base Nacional Comum Curricular: Construções Acepções, Significados e Sentidos. **Alexandria**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 213-230, 2023.

LIPORINI, T. Q. **A disciplina escolar Biologia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: expressões da Pós-Modernidade e do Neoliberalismo**. Orientador: Renato Eugênio da Silva Diniz. 210f. 2020.

Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências,

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, São Paulo, 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LUVEZUTE KRIPKA, R. M.; SCHELLER, M.; DE LARA BONOTTO, D. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones de la UNAD*, v. 14, n. 2, 2015.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Tese (Psicologia da Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Ciências Departamento de Psicologia, 2011.

OLIVEIRA, A. C. P. de. **finalidades da disciplina escolar biologia nas políticas curriculares (1996-2018)**. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PRESSATO, D.; MONGOLO JUNIOR, A.; LIPORINI, T. Q. Conhecimentos biológicos no Currículo Paulista do Ensino Médio e a superação das concepções pragmáticas de desenvolvimento humano a partir das contribuições da pedagogia histórico-crítica. *In: MAIA, Jorge Sobral da Silva; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi; MASSI, Luciana (Orgs.)*.

Pedagogia Histórico-Crítica, Educação em Ciências e Educação Ambiental Crítica. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p. 275-316.

PIERONI, L. **SCIENTIA AMABILIS**: um panorama do ensino de Botânica no Brasil a partir da análise de produções acadêmicas e de livros didáticos de Ciências Naturais. 2019. 265f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, São Paulo, 2019.

REECE, J.B.; URRY, L. A. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SANTANA, G. T.; FERNANDES, G. W. R. O ensino de Botânica na Educação Básica e possíveis métodos para o aprimoramento da aprendizagem. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 571-590, 2020.

SILVA, M. R. DA. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, abr. 2017.

SALATINO, A.; BUCKERIDGE, M. Mas de que te serve saber botânica? **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 177-196, 2016.

TOCANTINS (TO). Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Documento Curricular do Tocantins – etapa Ensino Fundamental**: Cadernos 01, 02, 03 e 04. Palmas: SEDUC, 2021. TOCANTINS (TO). Secretaria Estadual de Educação e Cultura. **Documento Curricular do**

Tocantins – etapa Ensino Médio: Cadernos 01, 02, 03 e 04. Palmas: SEDUC, 2021.

VASQUES, D. T.; FREITAS, K. C. de; URSI, S. *Aprendizado ativo no ensino de botânica*. 1. ed. São Paulo: Editora Simbiótica, 2021.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

## Capítulo 10

### A ZOOLOGIA NA BNCC E NO DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA DISCIPLINA ESCOLAR BIOLOGIA

Luana Cristina dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>  
Thalita Quatrocchio Liporini<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os objetivos deste estudo foram apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na Formação Geral Básica – componente curricular Ciências da Natureza, no Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Fundamental (DCTTEF); apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na Formação Geral Básica – componente curricular Biologia, nas Trilhas de Aprofundamento e nos Itinerários Formativos do Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM); identificar quais conteúdos são presentes e ausentes no que diz respeito à Zoologia nos respectivos referencial curricular e currículo estadual. Foi utilizada a metodologia quanti-qualitativa do tipo análise documental, a partir de critérios sistemáticos para coletar e selecionar os dados por meio de descritores que foram buscados nos respectivos documentos. Os dados foram analisados à luz das seguintes categorias: discurso curricular zoológico e conteúdo científico. Foi possível identificar que o ensino de Zoologia dentro dos currículos é relativizado e fragmentado; quando é trazido é de forma simplificada, sendo a Evolução Biológica um tema centralizador na discussão da Zoologia. Os estudantes não têm acesso aos conteúdos de ensino sobre os órgãos e sistemas dos animais, bem como aos filos que formam o Reino Animal. Isso se apresenta como uma contradição, pois ao mesmo tempo que o DCTTEF enfoca a Evolução como uma prioridade, esse foco é incipiente, pois a classificação e organização do Reino Animal é deixada de lado.

**Palavras-chave:** Análise Documental; Ensino de Ciências e Biologia; Políticas Curriculares.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Pibic/CNPq, Universidade Federal do Tocantins, [cristina.luana@mail.uft.edu.br](mailto:cristina.luana@mail.uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação para a Ciência, Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Tocantins, [thalita.liporini@uft.edu.br](mailto:thalita.liporini@uft.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre documentos curriculares são importantes para o entendimento da realidade concreta, sobretudo em relação respeito às políticas educacionais (LIPORINI, 2020). Atualmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) é o documento que exerce uma forte influência nos currículos. Isso se deve também ao que está estabelecido na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que resultou no Novo Ensino Médio (NEM) (BRASIL, 2017). Entre os currículos escolares estaduais que foram reorganizados para atender o previsto pela BNCC e pelo NEM, têm-se o Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM) (TO, 2021) e Documento Curricular do Ensino Fundamental (DCTTEF II) (TO, 2021).

Atualmente, a educação escolar brasileira é regida pela BNCC, organizando currículos escolares a partir da hegemonia dos ideais neoliberais e pós-modernos (MARSIGLIA, 2017; LIPORINI, 2020). Com isso enfatizam as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacam os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, isto é, os documentos curriculares trazem uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho (MARSIGLIA, 2017).

Segundo Bittencourt (2021), dentro dessa lógica neoliberal, quando conteúdos de ensino são retirados, reduzidos ou fragmentados há a abertura para inserção de competências e habilidades em substituição aos conteúdos escolares. Essas habilidades, por sua vez, são voltadas para uma educação neotecnicista, projetada para atender a demanda do mercado de trabalho e que se ancora na proposição de que os estudantes são aptos a escolherem as áreas que desejam estudar. De acordo com Costa *et al.* (2022) “[...] há um investimento desta política na agência dos estudantes, tanto em relação ao sentido de investigação presente no



texto, quanto em relação ao suposto protagonismo juvenil que eles devem exercer ao optarem pelas áreas do conhecimento" (COSTA *et al.*, 2022, p. 7).

A partir do exposto e partindo da hipótese de que os conhecimentos relativos à Zoologia foram minimizados e relativizados nos documentos e referenciais curriculares da atualidade (BNCC, DCTTEFII e DCTTEM) esta pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: como se organiza os conteúdos da Zoologia na disciplina escolar Biologia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e nos Documentos Curriculares do Território do Tocantins – Etapas Ensino Médio e Ensino Fundamental?

Para tanto, busca-se atingir os seguintes objetivos: apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na Formação Geral Básica – componente curricular Ciências da Natureza, no Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Fundamental (DCTTEF); apontar e analisar os conteúdos de Zoologia na Formação Geral Básica – componente curricular Biologia, nas Trilhas de Aprofundamento e nos Itinerários Formativos do Documento Curricular do Território do Tocantins – Etapa Ensino Médio (DCTTEM); identificar quais conteúdos são presentes e ausentes no que diz respeito à Zoologia nos respectivos referencial curricular e currículo estadual.

Ressalta-se a importância da pesquisa em Educação em Ciências e Biologia, sobretudo no que tange às discussões sobre o Ensino de Zoologia, uma vez que o ensino dos conteúdos zoológicos é de grande relevância na disciplina escolar Biologia (KRASILCHIK, 2004). A Zoologia é a ciência que estuda os animais que habitam e que já habitaram a Terra e sua compreensão assegura ao ser humano sua

relação com outros animais em um contexto ecológico-evolutivo (SANTOS; TERÁN, 2013).

## METODOLOGIA

As pesquisas quanti-qualitativa se complementam ao serem utilizadas juntas, possibilitando uma melhor compreensão dos fenômenos investigados, que se mostram cada vez mais complexos (SOUZA; KERBAUY, 2017). Com isso se faz necessário o processo de produção de conhecimento para interpretar uma dada realidade (TOZONI-REIS, 2009).

A partir do exposto, então, esta pesquisa configura-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, do tipo análise documental, utilizando-se de critérios sistemáticos para coletar e selecionar os dados. Como afirmam Ludke e André (2018, p. 6) “[...] os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador e representam ainda uma fonte natural de informação”.

Em se tratando dos objetos de estudo, esta pesquisa se debruçou na investigação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e em dois documentos curriculares estaduais: o Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Fundamental (DCTTEF) (TO, 2021) e o Documento Curricular do Território do Tocantins – Ensino Médio (DCTTEM (TO, 2021), além dos Portfólios Itinerários Formativo de Unidades Curriculares Eletivas (IFUCE, 2022-2023) (TO, 2022-2023).

Para a busca dos documentos curriculares foram acessados os respectivos *sites* em que se encontram tais materiais. Para o documento da BNCC o acesso ocorreu por meio do portal do

Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>3</sup> e para os documentos do Estado do Tocantins foi investigado o *site* da Secretaria do Estado da Educação do Tocantins<sup>4</sup>. Com isso, os documentos foram salvos em *Portable Document Format* (PDF), e na sequência, realizadas leituras dinâmicas para compreender como eram constituídos e organizados esses documentos. Todo o processo descrito ocorreu no período do segundo semestre do ano de 2023.

Após a leitura dos respectivos documentos oficiais, ocorreu a definição dos descritores que foram utilizados para a busca, levantamento e análise dos currículos. Os descritores foram idealizados por meio de leituras de artigos publicados em periódicos sobre a área de Ensino de Biologia e que tratavam sobre Ensino de Zoologia, bem como após a leitura dos respectivos documentos oficiais. Esses descritores foram pensados *à posteriori* ou seja, criadas a partir da leitura dos materiais e com base nos conteúdos zoológicos. Os descritores eleitos foram: Zoologia, Animal/Animais, Evolução, Natureza, Habitat, Bicho/Bichos, Vertebrados, Invertebrados, Peixes, Anfíbios, Répteis, Aves, Mamíferos e Metazoários.

Feita a eleição dos descritores, foi realizada a busca por eles nos documentos supracitados. Para tanto, foi executada a técnica de análise de conteúdo, que envolve abordagens variadas, como análise da palavra, sentença, parágrafo ou texto como um todo, além da contagem de palavras, estrutura lógica e análises temáticas (LUKDE; ANDRÉ, 2018). No qual, foram utilizados o mecanismo de busca pelos descritores por meio da ferramenta de localização de palavras, assim foram pesquisadas

<sup>3</sup>Página inicial- Ministério da Educação. ([www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)) Acesso em 01 de dez. 2023.

<sup>4</sup> Página- Secretaria da Educação- ([www.to.gov/seduc](http://www.to.gov/seduc)). Acesso em: 01 de dez. 2023.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

uma de cada vez, e dessa maneira possibilitou a verificação do quantitativo de vezes que os descritores eram mencionados nos documentos. Após, foram retirados os excertos com a contextualização das palavras encontradas e salvo em documento.

Na etapa seguinte, foram organizados cinco (5) Quadros, de acordo com quantitativo de vezes que os descritores eram mencionados nos currículos analisados. O Quadro 1 abaixo a seguir ilustra o processo.

Quadro 1- Quadro do quantitativo de vezes que os descritores foram mencionados nos documentos curriculares.

<b>Descritores</b>	<b>BNCC</b>	<b>DCTTEF</b>	<b>DCTTEM</b>	<b>IFUCE II</b>	<b>IFUCE III</b>	<b>Total</b>
Zoologia	1	0	1	0	0	2
Animal/Animais	2/11	2/66	0	2	1/3	87
Evolução	36	67	12	13	4	132
Natureza	223	152	77	11	69	532
Habitat	0	0	0	0	0	0
Bicho/Bichos	0	0	0	0	0	0
Vertebrados	0	0	0	0	0	0
Invertebrados	0	0	0	0	1	1
Peixes	0	0	1	0	0	1
Anfíbios	0	0	0	0	0	0
Répteis	0	0	0	0	0	0
Aves	0	1	0	0	0	1
Mamíferos	0	0	0	0	0	0
Metazoários	0	0	0	0	0	0

Fonte: as autoras (2024).

Na etapa seguinte foram definidas as categorias para análise dos dados coletados nos documentos. As categorias de análise foram definidas *a priori* e extraídas do trabalho de Azevedo e Meirelles (2022), a saber: i. discurso curricular zoológico e ii. conteúdo científico.

A respeito do trabalho de Azevedo e Meirelles (2022), foram utilizadas duas categorias para entender os currículos aqui analisados. Dessa maneira, os autores definiram a categoria “discurso curricular zoológico” como os objetivos do ensino de

Zoologia nos documentos. A categoria “conteúdo científico”, por sua vez, diz respeito a quais conteúdos zoológicos e como são apresentados nos componentes curriculares dos documentos estudados (AZEVEDO; MEIRELLES, 2022).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os currículos escolares são pautados na BNCC e o NEM e possuem princípios neoliberais e pós-modernos (LIPORINI, 2020; ZANK; MALANCHEN, 2020), bem como os seus desdobramentos nos currículos escolares, especificamente para a disciplina escolar Biologia (PRESSATO; MONGOLO-JUNIOR; LIPORINI, 2022).

O modelo empregado ressalta a execução dos conteúdos para fins pedagógicos, como abordagens e práticas, em que destaca as habilidades e competências. A definição de competência – termo este que organiza e fundamenta os currículos e referenciais curriculares da atualidade – pode ser interpretado como um instrumento que mensura o comportamento humano, uma vez que concebe a aprendizagem como algo controlado e alterado cientificamente. A respeito, Marsiglia *et al.* (2017) destacam que:

[...] ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento [a BNCC] traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. [...] o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

para este século, voltadas para a acumulação  
“flexível”. (MARSIGLIA, 2017, p. 118).

Os Quadros abaixo trazem a identificação e discussão dos excertos nos documentos curriculares da BNCC, DCTTEF, DCTTEM, com o intuito de analisar os conteúdos de Zoologia nos presentes documentos. A seguir, apresentamos o Quadro 2.

Quadro 2- Sistematização de Categorias Sobre o ensino de Zoologia na  
BNCC.

Descritor	Excerto da BNCC	Discurso Curricular Zoológico	Conteúdo Científico
	III – ciências da natureza e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica,	Aplicação da Zoologia no contexto social e voltado para o mercado de trabalho.	-----
<b>Zoologia</b>	acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, <b>zoologia</b> , dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;(BRASIL, 2018,p. 477)		
<b>Evolução</b>	(EF09CI11) Discutir a <b>evolução</b> e a diversidade das espécies com base na atuação da seleção natural sobre as variantes de uma mesma espécie, resultantes de processo reprodutivo. (BRASIL, 2018, p. 35).	-----	Evolução Biológica

Fonte: A autora (2024)

Ao analisar a BNCC foi possível observar que o conteúdo biológico que prevalece é a Evolução associada à Zoologia; contudo, de uma maneira bem ínfima e minimizada. Dessa maneira foram retirados conteúdos que são de importância para o entendimento dos conhecimentos zoológicos, uma vez que seria necessário oferecerem uma estrutura que promovem uma compreensão profunda da Biologia e do processo da ciência (JANE *et al.*, 2015).

No livro denominado “A Biologia de Campbell” é apresentado uma estruturação dos conteúdos de Biologia e Ciência, que facilita a compreensão dos alunos através da abordagem da Evolução e temas unificadores em cada capítulo. E na sequência das unidades do respectivo livro, segue a química da vida, células, genéticas, mecanismo da evolução, ecologia, forma e função das plantas, forma e função dos animais (JANE *et al.*, 2015).

A sequência acima mencionada poderia, a exemplo, utilizada para amparar a seguinte habilidade da BNCC: “discutir a evolução e a diversidade das espécies com base na atuação da seleção natural” (BRASIL, 2018, p. 35). Desse modo, seria necessário seguir uma sequência de organização, iniciando, com uma compreensão de como as sequências gênicas determinam as características de um organismo (JANE *et al.*, 2015). No entanto, o que se percebe é que a BNCC traz os conteúdos como habilidades e competências de modo que são determinadas nos currículos da Educação Básica, acarretando alterações na formação de professores, na avaliação e na elaboração de conteúdo (BRANCO *et al.*, 2019).

O Quadro 3 abaixo apresenta a sistematização sobre o ensino de Zoologia no currículo do estado para o Ensino Fundamental (DCTTEF).

# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Quadro 3- Sistematização de Categorias Sobre o ensino de Zoologia no  
DCTTEF.

<b>Descritor</b>	<b>Excerto do DCTTEF</b>	<b>Discurso Curricular Zoológico</b>	<b>Conteúdo Científico</b>
<b>Animais</b>	<b>Sugestão Pedagógica:</b> Pesquisar quais <b>animais</b> tem maior facilidade de enxergar em locais com pouca iluminação. (SEDUC, 2021, p. 50)	—	Evolução Biológica (Adaptação)
<b>Animais</b>	<b>EF06CI09)</b> Deduzir que a estrutura, a sustentação e a movimentação dos <b>animais</b> resultam da interação entre os sistemas muscular, ósseo e nervoso. (SEDUC, 2021, p. 52)	—	Anatomia e Fisiologia Animal.
<b>Animais</b>	<b>Sugestões pedagógicas:</b> Representar o sistema ósseo de <b>animais</b> com quatro patas, identificando diferenças com o sistema ósseo do ser humano. (SEDUC, 2021, p. 52)	—	Anatomia e Fisiologia Animal.
<b>Animais</b>	<b>Sugestões pedagógicas</b> Pesquisar impactos ambientais que têm contribuído para levar à extinção de espécies <b>animais</b> e vegetais em ecossistemas brasileiros, especialmente o cerrado. (SEDUC, 2021.p. 55)	Os seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica	Ecologia.
<b>Animais</b>	<b>Habilidades (EF08CI07)</b> Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e <b>animais</b> em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos. (SEDUC, 2021.p. 60)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica	Fisiologia Animal



# HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

<b>Animais</b>	Objeto de conhecimento - reprodução de plantas e animais; (SEDUC-TO, 2021, p. 64).	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica	
<b>Animais</b>	<b>Sugestões pedagógicas</b> Entender que existem várias hipóteses para a origem da vida. - Construir linha cronológica evolutiva do surgimento dos primeiros seres vivos no planeta (plantas e <b>animais</b> ), aferindo que o surgimento da espécie <i>homo sapiens</i> , ocorreu entre 400 (quatrocentos) e 100 (cem) mil anos atrás. (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica	Evolução Biológica
<b>Animais</b>	<b>Sugestões pedagógicas</b> - Analisar <b>animais</b> do cerrado (região) que se encontram na lista de extinção, propor hipóteses e soluções para esse problema. (SEDUC, 2021.p. 70)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	O desenvolvimento das competências específicas da área das Ciências da Natureza, somado aos procedimentos investigativos, refletem-se nas unidades temáticas <b>Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo</b> . (SEDUC, 2021.p. 16,17)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	—
<b>Evolução</b>	(EF09CI11) Discutir a <b>evolução</b> e a diversidade das espécies com base na atuação da seleção natural sobre as variantes de uma mesma espécie, resultantes de processo reprodutivo. (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	<b>Sugestões pedagógicas</b> Relacionar os seres vivos e fatos marcantes da <b>evolução</b> com a era e períodos da Terra. (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	Adquirir uma noção introdutória do conceito de <b>evolução</b> . (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	- Perceber como a construção do conhecimento sobre <b>evolução</b> se dá por meio do estudo de evidências. (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	Propor modelos explicativos sobre os processos de extinção e <b>evolução</b> . (SEDUC, 2021.p. 69)	O estudo dos seres vivos em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica

Fonte: as autoras (2024).

Os excertos apresentados acima sugerem que a Zoologia também deva ser abordada a partir de conteúdos sobre Evolução,

tal como apontado também pela BNCC. Contudo, não basta que ocorra uma abordagem evolutiva na Zoologia sem que os alunos adquiram uma estrutura conceitual para organizar as informações (JANE *et al.*, 2015). Considerando os conceitos existentes nas Ciências Biológicas, a Evolução é o mais importante e pouco compreendido, pois é desviada do verdadeiro foco do estudo científico. Dessa forma, essas discordâncias vêm sendo refletidas em vários aspectos da sociedade e na escola devido os alunos possuírem conhecimento de senso comum (DANTAS *et al.*, 2018).

Nos conteúdos sobre Anatomia e Fisiologia Animal, que são áreas ensinadas nas escolas dentro do conhecimento zoológico, a análise do DCTTEF permite identificar que essa abordagem é a menos utilizada quando comparada a Evolução. Verifica-se que no que diz respeito aos anos finais do EF na educação escolar do estado do Tocantins, os estudantes não têm acesso aos conteúdos de ensino sobre os órgãos e sistemas dos animais, bem como aos Filos que formam o Reino Animal. Isso se apresenta como uma contradição, pois ao mesmo tempo que o DCTTEF enfoca a Evolução como uma prioridade, esse foco é incipiente, pois a classificação e organização do Reino Animal é deixada de lado.

O Quadro 4 abaixo traz a sistematização de categorias sobre o ensino de Zoologia no DCTTEM, bem como das Eletivas, documento complementar ao do Ensino Médio no estado do Tocantins.

Quadro 4- Sistematização de Categorias Sobre o ensino de Zoologia na DCTTEM.

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

Descritor	Excerto da DCTEM	Discurso Curricular Zoológica	Conteúdo Científico
<b>Animais</b>	A Biologia compreende a diversidade dos seres vivos como plantas, <b>animais</b> , bactérias, protozoários e fungos. Estudamos a interação destes organismos e sua relação com o meio, através da Fisiologia, Anatomia, Paleontologia, Ecologia, Citologia, Anatomia, Engenharia Genética, Processos Evolutivos e outros campos de conhecimento biológico. (SEDUC-TO, 2021, p.22)	Que a Biologia está empregada em um conceito evolutivo e ecológico.	—
<b>Evolução</b>	2- Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a <b>evolução</b> dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis. (SEDUC-TO, 2021, p. 17)	Que o aluno aprenda em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Evolução</b>	A fusão das unidades temáticas do Ensino Fundamental, Vida e <b>Evolução</b> com Terra e Universo, formando a nova Unidade Temática Terra, Vida e Cosmos no Ensino Médio, foi feita com o objetivo de compreender e relacionar a complexidade da inter-relação dos objetos de conhecimento no processo de surgimento do universo, da vida na terra e como o processo de evolução da vida foi moldado ao longo do tempo, e a partir dessa análise poder propor modelos	Que o aluno aprenda em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica

HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

	explicativos ao longo da história e realizar previsões no futuro. (SEDUC-TO, 2021, p.17)		
<b>Peixe</b>	Ainda temos em nosso estado muitas outras áreas de conservação e preservação importantes. O estado é cortado por dois grandes rios o Araguaia e Tocantins, este último tem três grandes hidrelétricas e criatórios de <b>peixes</b> que geram renda para as famílias de ribeirinhos e ainda as praias localizadas ao longo do rio, que geram renda a várias famílias, além de proporcionar lazer. (SEDUC-TO, 2021, p.21)	O estudo da piscicultura para peixes em uma ótica econômica positiva.	—
<b>Descritor</b>	<b>Excerto das Eletivas (2022-2023)</b>	<b>Discurso Curricular Zoológico</b>	<b>Conteúdo Científico</b>
<b>Animais</b>	A biotecnologia tem sido utilizada pela espécie humana desde a antiguidade. Isso porque, em seu sentido mais amplo, a biotecnologia compreende a aplicação de microrganismos, plantas e <b>animais</b> , para obtenção de processos e produtos de interesse para a sociedade. SEDUC, ELETIVAS 2022, p. 8)	Que o foco seja nas formas dos animais com a finalidade apenas para representantes que possuem alguma utilidade aos seres humanos.	—
<b>Evolução</b>	Construir e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a <b>evolução</b> dos seres vivos e do Universo, e fundamentar decisões éticas e responsáveis. (SEDUC, ELETIVAS 2022, p. 36)	Que o aluno aprenda em uma ótica evolutiva e ecológica.	Evolução Biológica
<b>Animal</b>	O aluno durante esta eletiva irá adquirir conhecimentos relacionados aos insetos em que são o maior grupo <b>animal</b> da Terra nos tempos atuais. Eles	Que a classe dos insetos vista como produção de alimentos.	Arthropoda Classe: Insecta

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

	ultrapassam todos os outros em tamanho ocorrem praticamente em todos os lugares. Muitos insetos são extremamente valiosos para nós humanos, e a sociedade atual deve sua forma a eles. Através da polinização eles tornam possível a produção de diversas plantas agrícolas como frutas, verduras, algodão e outras. Eles também produzem mel, seda, e outros produtos de valor comercial; servem de alimento para pássaros, peixes e outros animais de interesse. (SEDUC, ELETIVAS 2023, p. 107,108)		
<b>Invertebrados</b>	Na eletiva assim apresentada (Vida de insetos) será abordado de forma mais completa sobre estes <b>invertebrados</b> mais diversificados existentes na Terra em que por serem insetos presentes em todo e qualquer ambiente, em que se faz necessário o conhecimento completo sobre cada ordem. (SEDUC, ELETIVAS 2023, p. 106)	Que a classe dos insetos está empregada como praga agrícola e para a produção de alimentos.	Arthropoda Classe: Insecta
<b>Peixes</b>	Através da polinização eles tornam possível a produção de diversas plantas agrícolas, como frutas, verduras, algodão e outras. Eles também produzem mel, seda, e outros produtos de valor comercial; servem de alimento para pássaros, <b>peixes</b> e outros animais de interesse. Têm sido utilizados na medicina e em pesquisas científicas, algumas vezes como modelos biológicos. (SEDUC, ELETIVAS 2023, p. 108)	Que a classe dos insetos visto como praga agrícola e para a produção de alimentos	Arthropoda Classe: Insecta

Fonte: as autoras (2024).

O conteúdo de Evolução Biológica é um tema considerado como eixo central para todos os conteúdos presentes no ensino das Ciências Biológicas e dentro área da Zoologia. A Evolução Biológica as suas definições estão alicerçadas nas duas teses defendidas por Darwin, no qual o principal agente de modificação é a ação da

seleção natural sobre a variação individual (DANTAS *et al.*, 2018). No entanto, o entendimento da Zoologia não está associado por si só aos conceitos evolutivos. Isto é, para que ocorra a aprendizagem sobre os conhecimentos zoológicos, é necessário que o aluno compreenda os filões de animais – suas características, sistemas, morfologia, anatomia etc. – articulado com as transformações das espécies ao longo dos milhões de anos.

A Zoologia estuda a diversidade animal, relacionando-se evolução dos animais e suas características únicas (VINHOLI JÚNIOR; TRAJANO, 2023). Contudo, o que o DCTTEM e as Eletivas apresentam é a minimização desse estudo, uma vez que os documentos citam apenas as abelhas e peixes como representantes do Reino Animal. Assim, se faz necessários outros conteúdos zoológicos, tal como a classificação e organização dos animais.

No discurso empregado no Quadro 4 acima têm-se o foco nas formas (morfologia e anatomia) dos animais para representantes que possuem alguma utilidade aos seres humanos. Esse discurso possui uma visão utilitarista dos animais, trazendo influência no modo como os estudantes podem compreender a função dos animais na natureza. A escola, então, não deve apenas reproduzir o conhecimento científico, mas sim reinterpretá-lo, evitando a instrumentalização dos animais como uma validação dos valores da academia (SANTOS; GOMES, 2021).

Já o discurso pautado em que a classe dos insetos é vista como produção de alimentos (SEDUC- ELETIVAS 2023, p. 106), reafirma a visão trazida pelos currículos neoliberais da atualidade, em que potencializa o conhecimento prático e utilitarista (LIPORINI, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa respondeu à pergunta inicial, ou seja, como se organiza os conteúdos da Zoologia na disciplina escolar Biologia dentro dos currículos escolares. Com isso, foi possível chegar à conclusão que os currículos escolares analisados são organizados de acordo com competências e

habilidades, sem seguir uma sequência lógica de apresentação dos conteúdos científicos. No documento estadual do Tocantins para a etapa do Ensino Médio, os conteúdos zoológicos não aparecem organizados, mas trazem uma introdução à discussão da Biologia a partir da área de Ciências da Natureza. Além disso, os Itinerários Formativos que são a eletivas trazem os conteúdos com o discurso de produtividade, sobretudo quando articulam a função dos animais à questão econômica do estado.

Já no currículo estadual para os anos finais, bem como na BNCC, os conteúdos estão organizados por habilidades e competências de forma fragmentada. Nos anos finais do EF na educação escolar do estado do Tocantins, os estudantes não têm acesso aos conteúdos de ensino sobre os órgãos e sistemas dos animais, bem como aos filos que compreendem o Reino Animal. Isso se apresenta como uma contradição, pois ao mesmo tempo que o DCTTEF enfoca a Evolução como uma prioridade, esse foco é incipiente, pois a classificação e organização do Reino Animal é deixada de lado.

O ensino de Zoologia dentro dos currículos possui uma fragmentação por falta de conteúdos científicos, e quando é trazido vem de forma simplificada. Assim traz a minimização do estudo escolar, uma vez que os documentos citam apenas as abelhas e peixes como representantes do Reino Animal. A Zoologia, então, não está associada aos conceitos evolutivos pois os currículos não apresentam

o mínimo de conhecimentos zoológicos necessários para que o aluno compreenda os filões de animais, bem como os processos evolutivos das espécies ao longo dos milhões de anos.

Os conteúdos da Zoologia na disciplina escolar Biologia na BNCC e nos documentos curriculares do estado do Tocantins são minimizados e apresentados de maneira fragilizada; e, quando mencionada, faz articulação com conteúdo de Evolução. No conteúdo específico sobre a classificação dos animais, apresenta-o como utilitarista voltado para fins práticos da diversidade cultural dos alunos. Neste sentido, como indicativo de futuras pesquisas, a intenção é fazer um comparativo desses currículos vigentes com outros currículos de anos anteriores do estado do Tocantins para observar como eram organizados os conteúdos zoológicos.

## REFERÊNCIAS

<sup>3</sup> Página inicial- Ministério da Educação. ([www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)) Acesso em 01 de dez. 2023.

<sup>4</sup> Página- Secretaria da Educação- ([www.to.gov.br/seduc](http://www.to.gov.br/seduc)). Acesso em: 01 de dez. 2023.

AZEVEDO, Hugo José Coelho. Coordenação de; MEIRELLES, Rosane Moreira Silva de. A Educação Comparada no Ensino de Zoologia: uma análise Histórico-Curricular. *Revista de Ensino e Ciência e Matemática*. São Paulo, 2022 v. 13, n. 6, p. 1-14.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei no 13.415/2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávaro Algrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Debates em Educação**, 2019.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de ensino de Biologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

LÜDKE; Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. 112p.

LIPORINI, Thalita Quatrocchio; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. Análise crítica do documento "Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal". *In: I SEMINÁRIO NACIONAL EM PESQUISA*, 2021. **Anais[...]** Campinas: Unicamp, 2021. p. 141-143.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. *In: Educação e Filosofia*. Uberlândia, 2017. v. 31, n. 61, p. 21-44.

LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, 2008. n. 5, p. 1-16.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017. [ps://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152](https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152). Acesso em: 25 jul. 2024.

VINHOLI JÚNIOR, Airtton José; TRAJANO, Valéria da Silva. Pesquisas em ensino de Zoologia: um estado do conhecimento sobre as tendências e perspectivas da área. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, 2023.

DOS SANTOS, Túlio Vieira; DE LIMA GOMES, Maria Margarida Pereira. Compreendendo as formas de atravessamento da animalidade no Currículo Escolar de Biologia. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, 2021.

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

## Capítulo 11

### ARQUIVAR E REINVENTAR A VIDA: DIÁRIOS E CARTAS EM CAROLINA MARIA DE JESUS E FRANÇOISE EGA

Amanda Durão de Souza<sup>1</sup>  
Viviane Cristina Oliveira<sup>2</sup>

#### RESUMO

A presente pesquisa procura analisar de que maneira cartas e diários servem como ferramentas para registrar e preservar momentos importantes da vida, bem como entender as motivações e impactos desses registros nas trajetórias pessoais e coletivas. Esses registros pessoais são vistos como formas de "escritas de si", exemplificados por Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica, com leituras de autores como Philippe Artières, Brigitte Diaz, Geneviève Haracho-Bouzinac e Ângela de Castro Gomes, além da análise das obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana* de Françoise Ega. Esse estudo, pretende evidenciar como o gosto pela leitura, pela escrita e, principalmente, o arquivamento das experiências podem levar um indivíduo a reinventar sua vida e a relevância das escritas de si. A democratização da leitura e escrita tem possibilitado que indivíduos comuns, como Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, documentem suas experiências diárias saindo assim do anonimato e da invisibilidade se tornando figuras relevantes na Literatura, refletindo um maior reconhecimento e valorização das vozes de mulheres negras.

**Palavras-chave:** Escritas de si; Ficção; Arquivos.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Letras, bolsista Pibic/Fapto, Universidade Federal do Tocantins, amanda.durao@mail.uft.edu.br.

<sup>2</sup>Doutora em Letras-Teoria Literária pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora no curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, vivianecristina@mail.uft.edu.br.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito ao relatório final de iniciação científica que visa tratar de cartas e diários como meios pelos quais as pessoas registram e arquivam de modo a guardar fragmentos de momentos e fases da vida, para que eles não se percam no espaço/tempo. As experiências vividas pelas pessoas são documentadas de diversas formas: fotografias, diários, cartas, etc. Os registros feitos em cartas, diários, por exemplo, são considerados *escritas de si*, como o fizeram Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega

Tal pesquisa teve como objetivo analisar alguns modos (incluindo os ficcionais ou os que estão na fronteira com a ficção) pelos quais as pessoas registram suas experiências, as razões pelas quais elas, de certa forma, arquivam as suas vidas e quais os acarretamentos desses arquivamentos em trajetórias pessoais e coletivas. A pesquisa se deu de forma bibliográfica, a partir da leitura de textos como os de Philippe Artières, Ângela de Castro Gomes, Brigitte Diaz, Geneviève Haroche- Bouzinac e Philippe Lejeune, além da análise documental das duas obras objetos desse estudo, que são: *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana* de Françoise Ega.

## MÉTODO E MATERIAIS

Essa pesquisa teve início em setembro de 2023 com a realização da assinatura do termo de compromisso pela discente Deuzanira da Silva Cruz de Almeida. Em razão de aceleração de curso, por aprovação em concurso público, Deuzanira desligou-se do projeto de pesquisa, o qual foi assumido por mim, Amanda Durão de Souza em abril de 2024. Desta forma, Deuzanira da Silva concentrou-se no estudo da obra *Quarto de despejo*, enquanto me dediquei

especialmente à leitura de *Cartas a uma negra*. Entre os meses de abril e setembro foram realizados encontros com a professora orientadora, momentos em que foram realizadas leituras e diálogos sobre os textos pertinentes ao plano de trabalho proposto, culminando na elaboração do texto escrito para o relatório. Havíamos pensado em fazer uma viagem até São Paulo ou para Sacramento – MG para visitarmos museus, para conhecermos essa forma de arquivamento e observar de perto os acervos referentes à vida e a obra de Carolina Maria de Jesus. Contudo, devido a alguns fatores pessoais, como a alteração de bolsista e a greve, não foi possível fazer essa viagem.

Entre os textos lidos e analisados estão: “Arquivar a própria vida”, de Philippe Artières; *Escrita de si, escrita da história* de Ângela de Castro Gomes, *O gênero epistolar ou o pensamento nômade* de Brigitte Diaz, *Escritas epistolares* de Geneviève Haroche-Bouzinac, *O pacto autobiográfico* de Philippe Lejeune, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*, de Françoise Ega.

A pesquisa está situada numa abordagem qualitativa e de natureza exploratória, em que foram estudados os aspectos subjetivos do comportamento humano, referente aos arquivamentos de si. A escolha dessa abordagem se deu devido o tema pesquisado não poder ser quantificado estatisticamente, exigindo, portanto, um estudo amplo do objeto de pesquisa, levando em consideração o contexto e as características dessa prática de escrita de si.

## DADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Artières, as pessoas arquivam suas vidas para responder, para atender, as exigências de uma sociedade, que exige que você tenha uma vida bem organizada e você precisa dar satisfação a essa sociedade:

Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. *O anormal é o sem-papéis*. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento 'arquivarás tua vida' (ARTIÈRES, 2004, p. 10-11)

Artières também ressalta que a partir do século VIII, quando a escrita ganha grande importância na sociedade ocidental, a vida passa a existir por meio de papéis. Por exemplo, o indivíduo passa a existir para a sociedade a partir do momento em que ele é registrado, que passa a ter um RG (Registro Geral) e um CPF (Cadastro de Pessoa Física): "para existir, é preciso inscrever-se; inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias." (Artières, 2004, p. 12).

Existem diversas formas de materialidade dos arquivamentos de si, entre eles estão os diários e as cartas. Sobre essas maneiras de se arquivar, Artières diz o seguinte:

Num diário íntimo, registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão.

Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário. (Artières, 2004, p. 11)

Para Artières, os arquivamentos de si contribuem para o autoconhecimento e para a construção do *eu*: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.” (Artières, 2004, p. 11).

Ângela de Castro Gomes (2004, p. 11) também compartilha dessa mesma opinião de que um dos acarretamentos dos arquivamentos na vida das pessoas é a construção de sua identidade: “Através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado”.

Sobre a pesquisa documental de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*, de Françoise Ega, identificamos alguns pontos em comuns entre as obras. Essas obras têm em comum, além do fato de serem escritas por autoras negras, a forma como elas arquivaram suas experiências cotidianas: Carolina escreveu diários, Françoise escreveu cartas.

Carolina Maria de Jesus, pode-se dizer, é o retrato do povo brasileiro, principalmente da mulher brasileira: humilde, mãe solteira e negra. Migrante de Minas Gerais para a cidade de São

Paulo, precisou morar em uma favela, especificamente na favela Canindé, a primeira grande favela do Estado. Através dos registros de sua vida cotidiana, em seus diários, Carolina arquivou não só a sua vida, mas trouxe à tona a dura realidade da vida de um favelado: “[...] os costumes de seus habitantes, a violência, a miséria, a fome e as dificuldades para se obter comida” (Jesus, 2007, p. 5).

Não muito diferente de sua musa inspiradora (Carolina Maria de Jesus), Françoise Ega era uma mulher negra, humilde e mãe de cinco filhos. Nascida na Martinica, a autora mudou-se para Marselha, na

França, onde trabalhou de doméstica em casas de família. Amante da leitura, porém sem muito tempo para ler, lia no ônibus a caminho do trabalho. Foi então que lendo a revista *Paris Match*, conheceu Carolina Maria de Jesus, pois a revista trazia uma matéria sobre o livro *Quarto de Despejo* da escritora brasileira. Conforme trecho: “Eu descobri você, Carolina, no ônibus [...] Toda semana me dou ao luxo de comprar a revista *Paris Match*; atualmente, ela fala muito dos negros.” (Ega, 2021, p.6). Françoise logo se identificou com os relatos de Carolina e isso a motivou escrever “cartas”, endereçadas à autora brasileira. Essas cartas jamais foram entregues à sua destinatária. “Carolina, você nunca vai me ler; eu jamais terei tempo de ler você.” (Ega, 2021, p.7).

Contudo, após a morte da autora francesa, os escritos intitutados “Cartas a uma negra”, foram publicados. E assim como os diários de Carolina, as cartas de Ega eram mais do que a pura literatura e o registro do cotidiano, eram denúncias de exploração e racismo sofridas pelas mulheres pobres e negras do século 20.

Os estudos realizados nos permitem compreender também que os tipo de escritos, diários e cartas - escritas de si, adotados por essas escritoras, são cada vez mais de interesse entre os leitores das últimas décadas, isso porque a sociedade vem dando reconhecimento a todo e qualquer indivíduo, dando-lhes condição para registrar suas identidades: ler, escrever e fotografar, permitindo que pessoas comuns como Carolina e Françoise pudessem registrar suas experiências cotidianas e posteriormente serem publicadas.

Outro ponto que foi possível observar é que, embora a literatura de Carolina, em sua maioria, ter sido propagada e divulgada apenas como um documento, um relato sobre a favela, em seus escritos, Carolina tinha alma de escritora, era uma autora consciente, preocupada com a forma, com a estética da linguagem, como podemos ver no trecho abaixo:



15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (Jesus, 2007, p. 11 – grifo nosso).

Em outro trecho podemos perceber, mais uma vez, Carolina falando diretamente com o leitor:

...O que eu acho interessante é quando alguém entra num bar ou emporio logo aparece um que oferece pinga. Porque não oferece um quilo de arroz, feijão, doce etc.? ...Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer: —Muito bem, Carolina! (Jesus, 2007, p. 73-74).

Além de realizarmos algumas considerações a respeito da materialidade, em especial, dos diários escritos por Carolina, alguns apontamentos foram feitos a respeito das cartas, na obra de Françoise Ega. *Cartas a uma Negra* é um livro profundamente significativo que aborda temas como racismo e identidade. A obra é estruturada como uma série de cartas endereçadas a uma mulher negra, explorando a complexidade da vida e das relações sociais a partir de uma perspectiva de uma mulher negra que vive na França.

O formato epistolar do livro é fundamental para sua abordagem e eficácia “[...] não se espera mais das cartas a perfeição bem

calibrada de uma composição retórica impecável, mas nelas se aprecia, bem ao contrário, as falhas, as hesitações e as pausas de uma palavra simplesmente humana" (Diaz, 2007, p.16). As cartas são pessoais e íntimas, permitindo uma exploração profunda e subjetiva dos temas abordados. Ao escrever para o outro, escreve-se para si mesmo? Esse estilo ajuda a criar uma conexão direta com o leitor, trazendo uma sensação de diálogo contínuo e de reflexão pessoal.

O livro é escrito na forma de cartas, o que cria um diálogo íntimo entre a autora e sua destinatária ideal, Carolina Maria. Como podemos ver no trecho abaixo:

10 DE AGOSTO DE 1962 Faz um mês que parei de escrever, de falar com você, Carolina, porque meu primogênito riu, ele me disse, com sua lógica infantil, que era ridículo escrever para uma pessoa que jamais vai me ler. [...] Nós não falamos o mesmo idioma, é verdade, mas o do nosso coração é o mesmo, e faz bem se encontrar em algum lugar, naquele lugar onde nossas almas se cruzam" (Ega, 2021, p.21).

Essa estrutura não apenas aproxima o leitor da voz da autora, mas também permite que Françoise Ega expresse seus pensamentos e sentimentos de maneira pessoal e confessional, como se estivesse compartilhando suas experiências diretamente com o leitor. O livro aborda o racismo de maneira abrangente, refletindo sobre as experiências cotidianas e as estruturas sociais que perpetuam a discriminação racial. Ega discute como o racismo afeta a identidade das pessoas negras e como elas navegam em um mundo que muitas vezes é hostil. Françoise Ega não só explora o impacto do racismo, como traz reflexões sobre a condição de estrangeira entre os próprios antilhanos. Seu sentimento de deslocamento pode ser notado em passagens como a seguinte:

[...] “Seu lugar é aqui mesmo?”, mas onde é meu lugar? Na casa da patroa que não é! Sou e permanecerei sendo a estrangeira, por causa da minha pele, e aqui, no meio dos negros, dizem que não é o meu lugar, só porque sou faxineira! Se eu for para a Rue Thubaneau, talvez seja mais bem tratada! (Ega, 2021, p.142-143).

Ega reflete sobre sua própria experiência como mulher negra em um contexto marcado pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Ela denuncia as injustiças sociais e os estereótipos que cercam as pessoas negras, convidando o leitor a refletir sobre esses problemas persistentes. “Quando somos empregadas faz-tudo, estamos vacinadas contra o que a vida pode apresentar, porque facilmente nos despojamos de qualquer pretensão à dignidade humana, somos uma coisa, como uma vassoura ou uma geladeira!” (Ega, 2021, p.139).

A autora conecta suas vivências às narrativas da luta contra a opressão. A memória desempenha um papel crucial na formação da identidade, permitindo que ela honre as experiências de outras mulheres negras enquanto narra sua própria trajetória. Françoise Ega adota um estilo poético e incisivo em sua escrita, utilizando metáforas e imagens evocativas para transmitir emoções profundas: “De que adianta escrever?”. Fecho uma janela em meus pensamentos, outra se abre, e a vejo curvada, na favela, escrevendo no papel que tinha catado no lixo” (Ega, 2021, p.08). As cartas também servem como um meio para Ega resgatar sua história pessoal e coletiva. “Livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade, a carta, melhor do que qualquer outra forma de expressão, associa o vínculo social e a subjetividade” (Bouzinac, 2016 p. 30).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos mostram que os arquivamentos feitos por Carolina (2007) e Françoise (2021), diários e cartas, vão além de uma simples literatura e registro do cotidiano, representam fortes denúncias, respectivamente, da dura realidade da vida de um favelado e da exploração e o racismo sofridos pelas mulheres pobres e negras do século 20. Pode-se perceber também que, por meio desses tipos de registro, essas mulheres tornaram-se visíveis e conseguiram se inserir numa lógica letrada, muitas vezes, responsável pelas exclusões simbólicas, principalmente, de autoras mulheres e negras.

O diário, mais tarde, ganhou um valor literário sem perder a essência, a autenticidade da autora. Tido como um registro, um rastro, um trajeto constituindo uma memória vívida. Philippe Lejeune ressalta (2014, p. 302) que “o diário será ao mesmo tempo arquivo e ação, ‘disco rígido’ e memória viva.” Uma forma de depositário, um amigo talvez. O diário de Carolina e a carta de Françoise Ega são o espaço onde as autoras buscam escapar momentaneamente da pressão social, das mazelas da vida e do racismo. Pensados como um processo de criação, o diário de Carolina e a carta de Ega são acarretados de sentimentos advindos de experiências do cotidiano. Todo o peso das emoções e dos pensamentos são expressos no papel, com a finalidade de conservar a memória e o prazer de escrever que ambas autoras tinham em comum.

Lejeune (2014, p.306) em sua obra *O pacto Autobiográfico* afirma que: “um diário raramente é corrigido e, no entanto, tem-se a impressão de progredir. O diarista não tem a vaidade de se acreditar escritor, mas encontra em seus escritos a doçura de existir nas palavras e a esperança de deixar um vestígio”. Carolina expressa sua vontade de um dia ser escritora, com uma linguagem direta e crua,

sua escrita de forma única e realista denuncia as desigualdades sociais. Não muito diferente de Carolina, Françoise Ega sentia prazer em escrever, em dar forma ao que se vive. As cartas são um vínculo entre Ega e o mundo, assim como o diário de Carolina, logo concebidos e publicados como obra. Ega tinha vontade de ser escritora e de suas cartas virarem uma obra, conforme apresenta o trecho abaixo:

Terminei o primeiro caderno e estou exultante; Carolina, saber reunir palavras, montar frases e poder lê-las, ainda que o escrito esteja em crioulo ou javanês! Sinto uma incrível sensação de alívio. [...] Minha filha achou as páginas brancas do meu novo caderno ideais para desenhar. Fiquei furiosa e disse a todos que, caso faltasse papel para escrever, ou trechos da minha história, aquilo nunca seria um livro; depois disso, eles se limitaram a rodear as minhas páginas brancas ou já escritas, mas não ousaram mais tocá-las. (Ega, 2021, p.14)

Tais escrituras são caracterizadas e representadas por um conjunto de rastros de um passado assombrado pela escravidão. O protagonismo da mulher negra na literatura começa a ter mais visibilidade a partir da escrita de Carolina Maria de Jesus. Além de Françoise Ega, outras escritoras, como Conceição Evaristo, surgem para acrescentar e modificar a construção identitária na literatura. Atualmente, percebe-se que a revisão crítica cultural encontra-se em processo e são esses esforços, realizados por escritoras como Carolina Maria, Françoise Ega e Conceição Evaristo, que possibilitam a reconstrução da história e a inserção de mulheres negras na literatura.

É possível constatar que a escrita é um ato elitizado, pois as minorias sociais são estigmatizadas como incapazes de realizar o exercício da escrita, esse fato expõe o racismo social especialmente no

que se refere às obras consideradas cânones literários, já que sua grande maioria é representada por autores brancos, como ressalta Conceição Evaristo:

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer. Então Carolina Maria de Jesus não tinha nenhuma dificuldade de dizer, de se afirmar como escritora. (...) E quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado, né? A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito (...). Então, eu gosto de dizer isso: escrever, o exercício da escrita, é um direito que todo mundo tem. Como o exercício da leitura, como o exercício do prazer, como ter uma casa, como ter a comida (...). A literatura é feita pelas pessoas do povo, ela rompe com o lugar pré-determinado. (Blogueiras feministas. Conceição Evaristo: literatura e consciência negra. 2011)

Nota-se que além do ato de escrever não ser considerado como uma prática comum entre pessoas marginalizadas pela sociedade, a carta e o diário são tratados como gêneros menores em relação aos romances e demandam maior circulação das obras para serem consideradas como clássicas do cânone literário, já que, no intuito de manter o poder patriarcal, a literatura feminina foi frequentemente marginalizada e silenciada. Tais gêneros têm o poder de promover uma maneira única pela qual podemos compreender a complexidade da individualidade. Embora sejam consideradas gêneros menores, sua relevância na literatura contemporânea vem sendo cada vez mais notada.

## REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 9-21.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. *Conceição Evaristo: literatura e consciência negra*. 2011. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/11/22/conceicao-evaristo/#more-6028>. Acesso em: 06 set. 2024.

BOUZINAC, Geneviève Haroche. *Escritas Epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

DIAZ, Brigitte. *O gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade*. Tradução de Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra: narrativa antilhana*. Tradução de Vinícius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

#### FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da FAPTO”



## Capítulo 12

# GEOTECNOLOGIAS APLICADAS NA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMIGA: IPUEIRAS, SANTA ROSA DO TOCANTINS, SILVANÓPOLIS, PINDORAMA DO TOCANTINS - TO

Pedro Matheus Rodrigues Soares Mendes  
Sandro Sidnei Vargas de Cristo

## RESUMO

O presente trabalho refere-se à análise das transformações ambientais da bacia hidrográfica do rio Formiga, localizada nos municípios de Ipueiras, Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis, Pindorama do Tocantins, dando ênfase aos aspectos de Uso e Ocupação da Terra. O objetivo principal foi verificar as transformações que ocorreram no ambiente, relacionados aos diferentes modos de uso. Como método optou-se pelas técnicas de Sensoriamento Remoto onde fez-se uso de imagens de satélites Landsat, sensor TM (Thematic Mapper) dos anos de 1990, 2000 e 2010 e do sensor OLI (Operational Land Imager) do ano de 2022, ambas com resolução espacial de 30m, obtidas gratuitamente via site do United States Geological Survey (USGS) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os softwares utilizados foram o QGIS e o Spring. De maneira geral, os resultados proporcionaram a observação de significativas transformações ambientais que ocorreram na bacia hidrográfica em decorrência do Uso e Ocupação da Terra, destacando-se principalmente a redução da vegetação de Cerrado e o aumento das atividades agropecuárias. Destaca-se também a importância do uso do Sensoriamento Remoto para analisar as transformações ambientais e os aspectos de Uso e Ocupação da Terra, servindo de ferramenta de gestão e planejamento ambiental.

**Palavras-chave:** Sensoriamento Remoto, Transformações Ambientais, Uso e Ocupação da Terra.

## INTRODUÇÃO

De modo geral pode-se observar a importâncias das bacias hidrográficas a nível global, principalmente se considerarmos que qualquer porção de terreno no planeta faz parte de uma bacia hidrográfica, quer sejam elas com dimensões menores, quer sejam elas com dimensões maiores. Também deve-se considerar a ampla utilização das bacias hidrográficas como unidades de pesquisas, principalmente pelas mesmas não ficarem restritas em suas delimitações a questões de limites políticos administrativos, além de serem considerados como sistemas abertos a trocas de energias.

Desta maneira, a presente pesquisa deu ênfase a bacia hidrográfica do Rio Formiga, a qual está localizada na porção central do Estado do Tocantins (Figura 1), sendo que seu nome teve origem no seu principal curso d'água, o Rio Formiga, que possui aproximadamente 96,5 km de comprimento.

O presente rio em pesquisa, é um afluente da margem direita do Rio Tocantins, compondo desta forma, parte da bacia hidrográfica do Rio Tocantins (Leite, 2011).

Destaca-se que o uso, ocupação e cobertura da terra podem ser sintetizados através de mapas. Estes indicam a distribuição espacial da tipologia da ação antrópica que pode ser identificada pelos seus padrões homogêneos característicos na superfície terrestre, através de análise em imagens remotamente sensoriadas.

Para Leite e Rosa (2013) bacia hidrográfica é considerada atualmente entidade geográfica ideal para estudos sistêmicos e integrados da paisagem, e o geoprocessamento apresenta as técnicas e tecnologias para a efetivação desta análise. As intervenções realizadas na paisagem que não levam em consideração suas limitações e potencialidades geram certamente instabilidade nesse sistema.

Assim, buscou-se contribuir para que sejam tomadas medidas de desenvolvimento econômico, adequadas a realidade natural da região, o que se justifica a pesquisa direcionada para a análise das transformações ambientais dando-se ênfase aos aspectos de uso e ocupação da terra na bacia hidrográfica do Rio Formiga, localizado na porção central do Estado do Tocantins.

## MATERIAIS E MÉTODO

### Materiais

Na realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais cartográficos:

- Cartas Topográficas: Folhas Santa Rosa, folha SC.22-Z-D-III e Pindorama, folha SC.23-Y-C-I, ambas na escala 1:100.000 e ano de 1977, disponibilizadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG)
- Imagens de satélites: Landsat 5, sensor TM (Thematic Mapper) e Landsat 8, sensor OLI (Operational Land Imager), disponibilizadas pela United States Geological Survey (USGS), resolução espacial de 30 metros e órbita ponto 222\68
- Software: QGIS, versão 3.10.14 e Sring 5.5.6
- Arquivos Vetoriais: Limites municipais e estaduais Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### Método

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizou-se basicamente de técnicas de Geoprocessamento, estas utilizadas, principalmente, para elaboração e análise de produtos

cartográficos que permitiram caracterizar os aspectos fisiográficos e de uso e ocupação da terra na bacia hidrográfica do Rio Formiga.

Desta maneira, definiu-se os seguintes procedimentos: primeiramente elaborou-se o mapa de localização com o uso do software QGIS, onde utilizou-se os arquivos vetoriais com os limites estaduais e municipais do estado do Tocantins, com abrangência na área de pesquisa, além do limite da bacia hidrográfica do Rio Formiga, obtido através da vetorização das cartas topográficas de Santa Rosa e Pindorama.

Na sequência, utilizou-se as imagens de satélite, dos anos de 1990, 2000, 2010 e 2022, as quais foram inseridas no programa Qgis, junto com o vetor da delimitação para o processamento e elaboração da composição colorida de imagens. Posteriormente, recortou-se as imagens com base no limite da bacia hidrográfica em questão, realizamos a integração entre as imagens e os vetores, para edição no gerenciador de layout, do software Qgis.

Os vetores do meio físico foram adquiridos via site da Seplan, no Qgis, onde foram recortadas utilizando o vetor de delimitação da bacia hidrográfica em pesquisa. No gerenciador de layout foram confeccionados os mapas de Pedologia, Geomorfologia e Geologia.

Na sequência, foram adicionados aos mapas, escalas, grade de coordenadas, legendas e alguns ajustes de redirecionamento para confecção das cartas imagens.

Finalizando, foram elaborados os mapas de uso e ocupação da terra, utilizando-se a classificação supervisionada das mesmas, via software QGIS e SPRING, coletando amostras de cada classe, com ênfase na identificação dos diferentes tipos de uso (Formação

Florestal, Formação Campestre, Agropecuária, Corpos de Água, Cicatriz de Fogo e Urbanização).

Com esses dados, foi realizada a confecção da tabela com as informações adquiridas e verificadas. Também foi feita uma análise temporal da área, analisando-se a evolução de cada classe de uso e ocupação da terra.

## DADOS E DISCUSSÃO

### Fundamentação Teórica

#### **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento**

O geoprocessamento pode ser entendido como a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação sobre fenômenos geograficamente identificados (Câmara & Medeiros, 1996).

Segundo Rodrigues (1993), Geoprocessamento é um conjunto de tecnologias de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações espaciais voltado para um objetivo específico. Esta definição considera a coleta de dados como uma etapa do Geoprocessamento

Segundo Dainese (2001) o Geoprocessamento procura abstrair o mundo real, transferindo ordenadamente as suas informações para o sistema computacional. Esta transferência é feita sobre

O ensino de Geoprocessamento deve ter como objetivo final dar aos alunos uma visão mais abrangente de como funcionam as relações espaciais que inter-relacionam várias entidades, objetos ou eventos naturais ou criados pelo homem, que compartilham um espaço geográfico definido. Por exemplo, os alunos podem examinar o relacionamento entre as ocorrências de crime e o nível de renda da

população, verificar a influência do tipo de vegetação e uso do solo, na erosão do solo, e muitas outras análises

O domínio da tecnologia de geoprocessamento traz novas oportunidades profissionais em departamentos governamentais, administrações municipais, empresas de utilidade pública, empresas de publicidade, empresas que trabalham com vendas a varejo e distribuição, empresas de transporte, dentre outras.

O uso dessa tecnologia tem sido cada vez mais utilizada como uma ferramenta de suporte à decisão para gerenciar e monitorar sistemas geográficos.

Aspectos ambientais ligados à expansão Agropecuária

A expansão do agronegócio no Brasil ocorreu a partir das décadas de 1950 e 1960, principalmente nas regiões sul e sudeste e, a partir de 1970, para outras regiões (PLATA e CONCEIÇÃO, 2012), com destaque para a região de Cerrado do centro-oeste.

A ocupação desta região se deu, sobretudo, a partir da evolução tecnológica das culturas, que permitiu a adaptação de produtos agrícolas ao clima tropical, o aumento da produtividade, a resistência a pragas (doenças, insetos-praga e plantas daninhas) e a mecanização das culturas (GAZZONI, 2013).

A expansão do agronegócio no Brasil se distancia de caminhos que visam à sustentabilidade dos recursos naturais, em função das suas atividades provocarem a degradação física e a contaminação do solo, por meio de manejos intensivos e uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, que podem comprometer a qualidade das águas dos sistemas hídricos, incluindo mananciais, nascentes e as águas subterrâneas.

Análise de aspectos de Uso e Ocupação da Terra

A deterioração dos recursos naturais, principalmente solo e água, vem crescendo intensamente, atingindo níveis críticos, observada pelo assoreamento e poluição dos cursos e espelhos d'água.

Em função disso, têm-se observado grande prejuízo à saúde dos seres vivos, destruição de estradas, de pontes e bueiros, riscos na geração de energia, escassez de água para irrigação e abastecimento, redução da produtividade agrícola, diminuição da renda líquida e, conseqüentemente, empobrecimento do meio rural com reflexos danosos para a economia nacional (BRASIL, 1987).

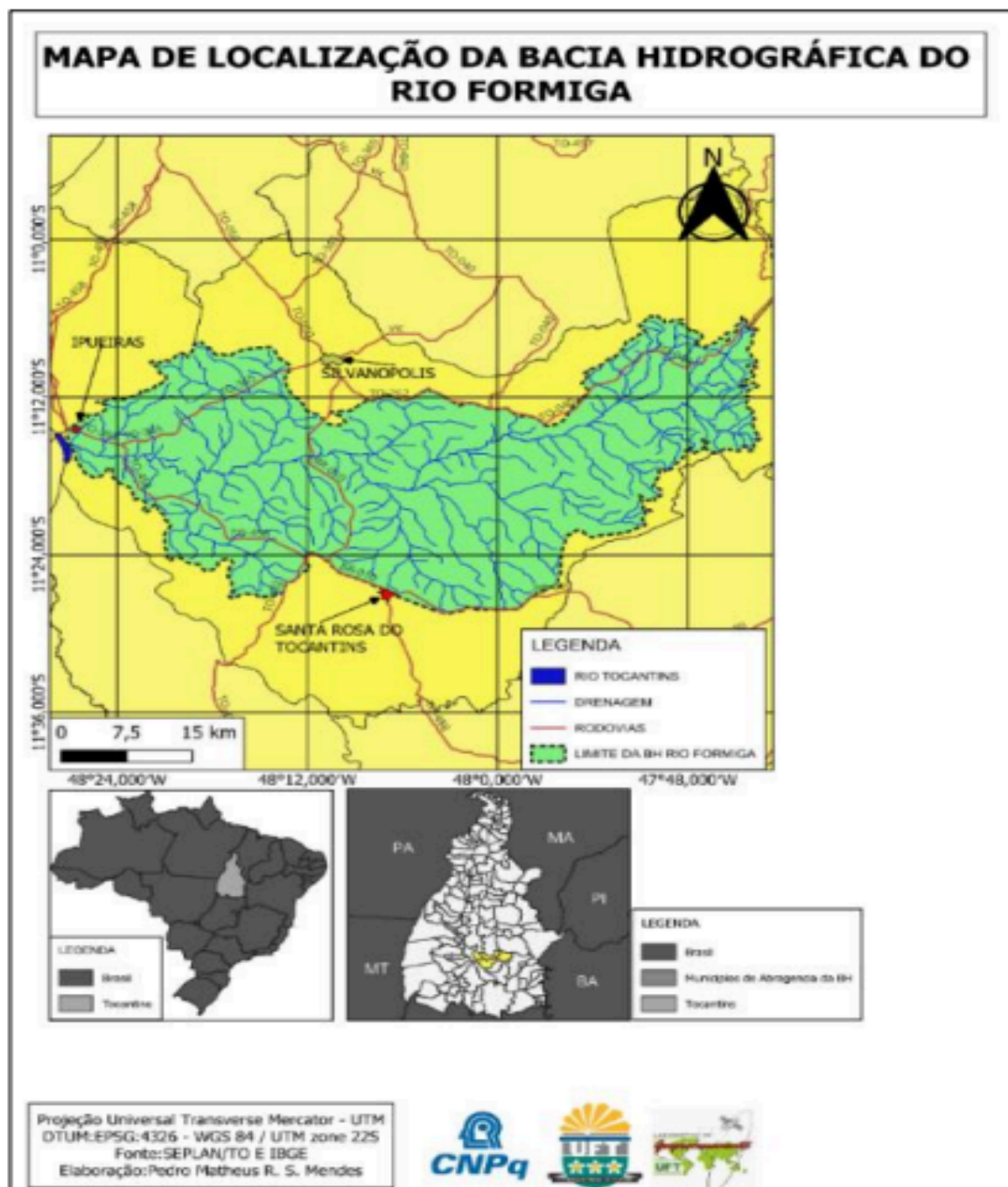
#### Localização e Caracterização da área de pesquisa

A bacia hidrográfica do rio Formiga (Figura 1), ocupa parte de área dos municípios de Ipueiras (280,39 km<sup>2</sup>), Silvanópolis (471,95 km<sup>2</sup>), Pindorama do Tocantins (54,14 km<sup>2</sup>) e Santa Rosa do Tocantins (995,45 km<sup>2</sup>), distando aproximadamente 250 km da capital do estado do Tocantins, Palmas. (Leite, 2011).

Ainda, a bacia hidrográfica em questão, possui uma área territorial de aproximadamente 1.838,72km<sup>2</sup>, sendo caracterizada por unidades geológicas da Formação Pimenteiras, Suíte Intrusiva Ipueiras, Grupo Natividade, Complexo Goiano, Aluviões Holocênicos e Coberturas Detrito-Laterítica Pleistocênica.

Quanto aos aspectos da geomorfologia, estão circunscritos à Depressão do Tocantins, as Planícies Fluviais, o Planalto Residual do Tocantins e a Serra João Damião. (LEITE, E.F.2011).

Figura 1. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Formiga – TO





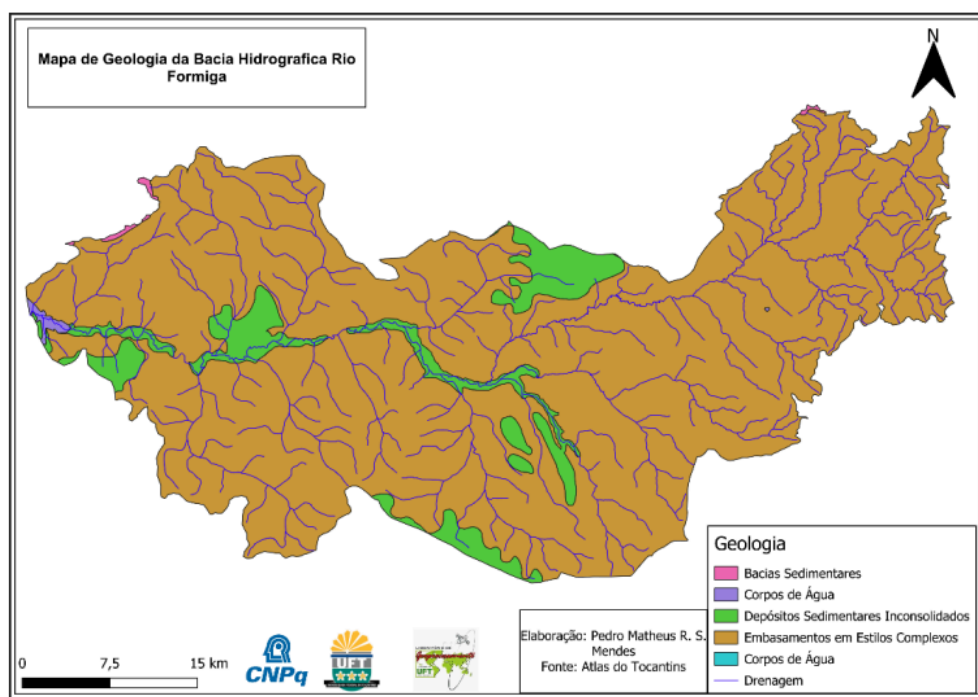
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados e discussão são apresentados: uma Caracterização do Meio Físico; uma Caracterização dos Aspectos de Uso e Ocupação da Terra, entre os anos de 1990 e 2022, além de uma Análise das Transformações Ambientais e de Uso e Ocupação da Terra entre os anos de 1990 e 2022.

### Caracterização do Meio Físico

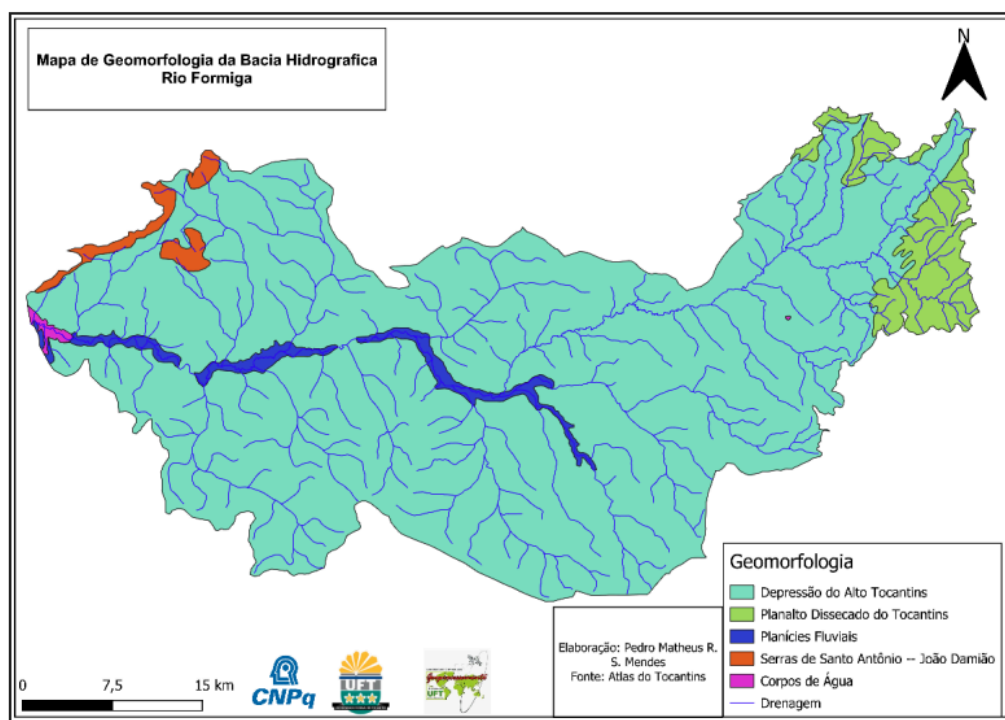
Na (Figura 2), pode-se observar que o embasamento no estilo complexos ocupa 91,73% da bacia hidrográfica e está distribuída no baixo, medio e alto curso. Os depósitos sedimentares inconsolidados abrangem 7,88% da área de estudo, estando localizados na porção central, sul, norte e oeste. Corpos de água ocupa 0,22%, e está localizada na porção oeste da bacia. As bacias sedimentares abrangem 0,17% da bacia, estando localizada na porção noroeste da bacia hidrográfica.

Figura 2. Geologia da Bacia Hidrográfica do Rio Formiga



Na (Figura 3), a Depressão do Alto Tocantins ocupa 90,76% da bacia hidrográfica, distribuindo-se por praticamente toda a bacia hidrográfica. O planalto Dissecado do Tocantins, abrange 2,44%, abrangendo o setor leste da bacia hidrográfica. As Planícies Fluviais ocupam 2,39% da área de estudo, distribuindo se no alto e medio curso. A Serra de Santo António abrangem 1,46%, ficando localizada na porção noroeste. Outras feições abrangem 2,95%, concentrando se na porção oeste da área.

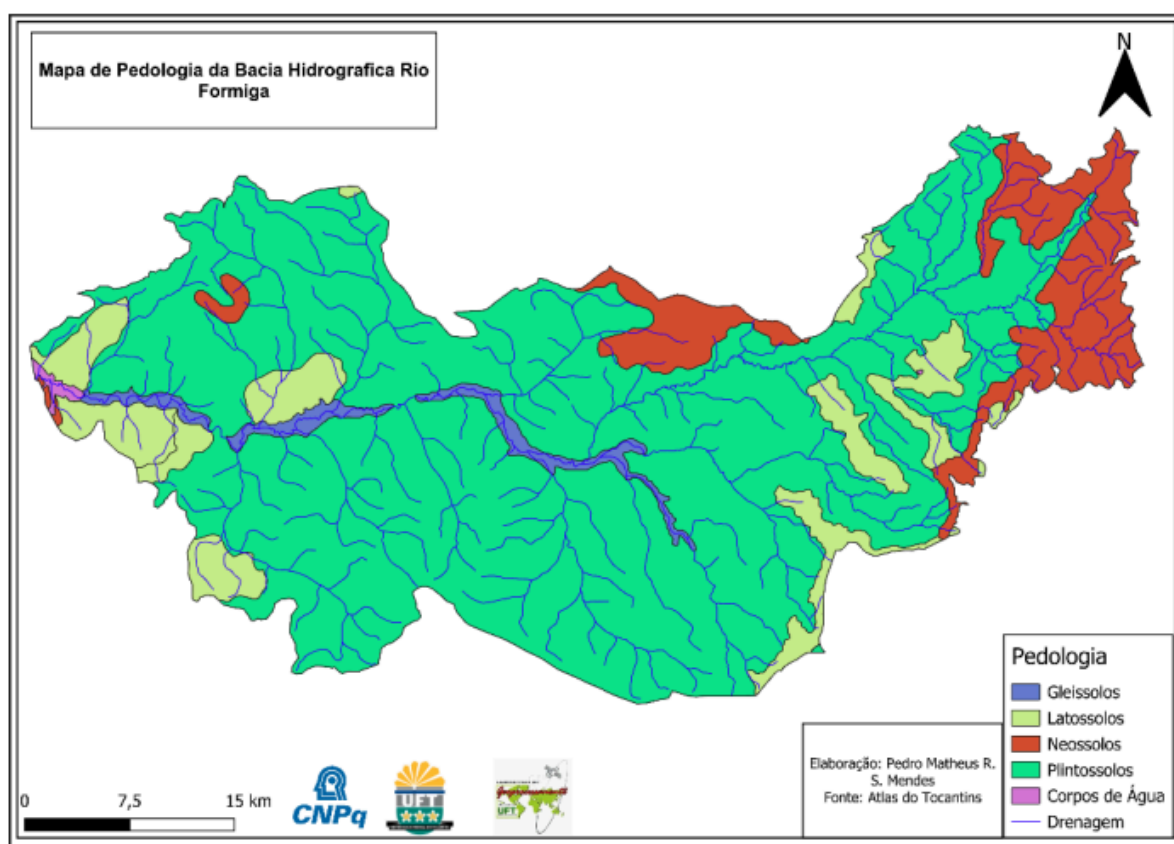
Figura 3. Geomorfologia da Bacia Hidrográfica do Rio Formiga



Na (Figura 4), observa-se que os Gleissolos ocupam 2,28% da área de estudo, distribuindo-se no alto e medio curso. Os Latossolos ocupam 9,84%, distribuindo se por toda a bacia hidrográfica. Já os Neossolos ocupam 10,66%, distribuindo se nas porções leste e norte da bacia.

Os Plintossolos abrangem 77,01% da área de estudo, estando distribuídos no alto, medio e baixo curso. Outras feições ocupam 0,21% da área de estudo.

Figura 4. Pedologia da Bacia Hidrográfica do Rio Formiga



### Caracterização do Uso e Ocupação da Terra, entre 1990 e 2022

Em 1990 a Formação Florestal alcançou 38,53% da bacia hidrográfica, distribuindo se ao longo da rede de drenagem, concentrando-se nas porções centro, leste e oeste. A Formação Campestre alcançou 56,97% da área de estudo, distribuindo se praticamente em todas as porções da mesma. A Agropecuária, abrangia 3,33%, concentra nas porções norte, sul e sul do oeste da

bacia. Os Corpos de água abrangiam 0,05% da bacia hidrográfica, concentrando-se nas porções central, norte e noroeste. As Cicatrizes de Fogo, abrangiam 1,07% da área, está distribuído nas porções norte, sul e leste e a urbanização alcançou 0,05% da bacia hidrográfica, e está concentrada no sul e noroeste da mesma.

Em 2000 a Formação Florestal abrangia 17,15% da área da bacia hidrográfica, distribuída ao longo da rede de drenagem, distribuída no baixo, médio e alto curso. A Formação Campestre abrangia cerca de 42,62% da área de estudo, distribuindo-se praticamente em todas as porções da mesma. A Agropecuária abrangia 34,95%, distribuída em todas as porções da bacia hidrográfica. Os Corpos D'água abrangiam 0,05%, distribuindo se pela porção sudeste da bacia. Cicatriz de Fogo abrangia 5,18%, distribuindo se por todas as porções da bacia e a Urbanização abrangia 0,05%, ficando concentrada no sul e noroeste da área de estudo.

Em 2010 a Formação Florestal abrangia 31,94%, distribuindo-se ao longo da rede de drenagem, concentrando-se nas porções centro, leste e oeste. A Formação Florestal abrangia 36,59%, concentrando se nas porções sul da área e a Urbanização abrangia 0,05%, concentrando-se no sul e noroeste da área de estudo.

Em 2022 a Formação Florestal abrangia 20,96%, distribuindo se ao longo da rede de drenagem, concentrando-se nas porções centro, leste e oeste. A Formação Florestal abrangia 26,37%, distribuindo se praticamente em todas as porções da mesma. A Agropecuária abrangia 40,24% da área da bacia hidrográfica, distribuindo se por toda a área. Os Corpos D'Água, abrangiam 0,12%, distribuído nas porções sudoeste e noroeste. As Cicatrizes de Fogo, abrangiam 12,26%, distribuindo se por todas as porções da bacia hidrográfica e a Urbanização abrangia 0,05%, ficando concentrada no sul e noroeste da área de estudo.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

### Transformações Ambientais e de Uso e Ocupação da Terra – 1990 a 2022

Com a realização da pesquisa, pode-se observar os resultados da análise da evolução temporal na área de pesquisa (Quadro1 e Figura 5), destacando-se as significativas transformações ambientais e de uso e ocupação, ocorridas entre os anos de 1990 e 2022.

Quadro 1-Uso e Ocupação da Terra (1990, 2000, 2010 e 2022)

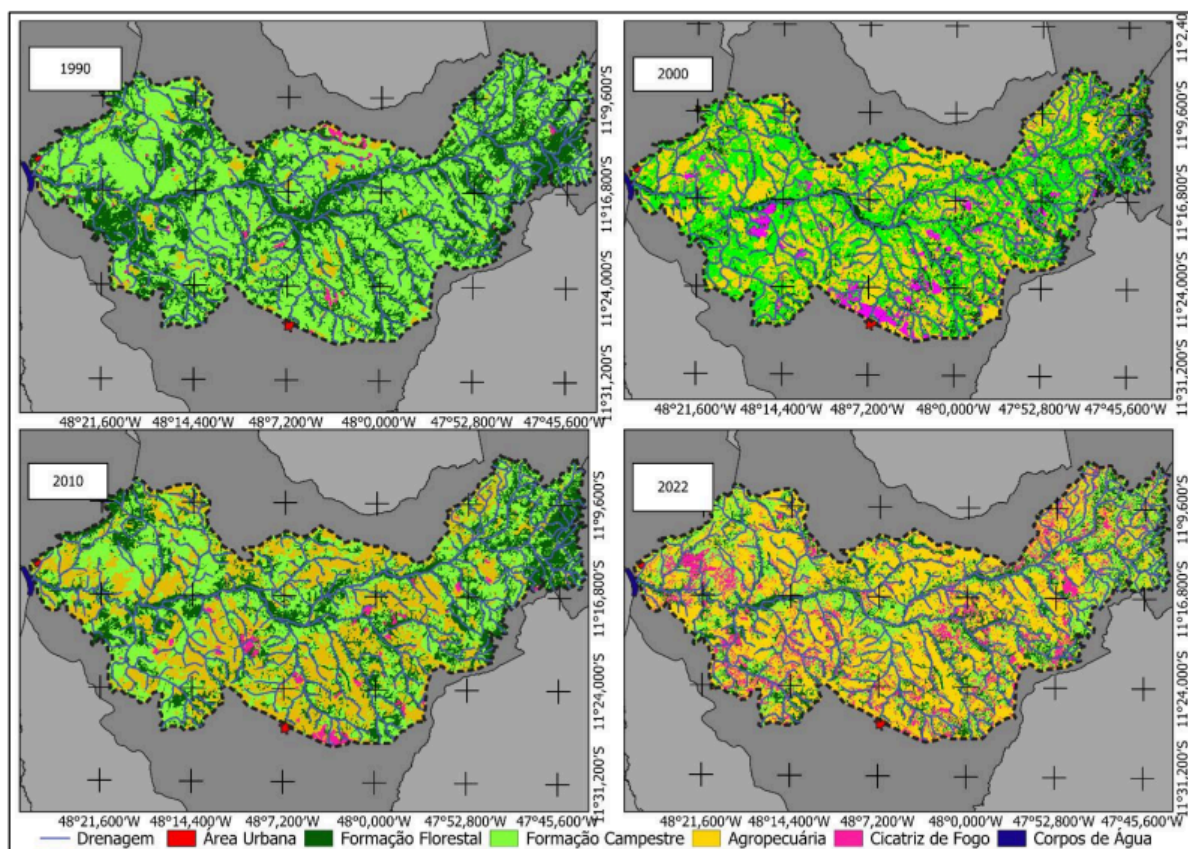
Classes	1990		2000		2010		2022		Evolução
	Km²	%	Km²	%	Km²	%	Km²	%	
Formação Florestal	708,56	38,53%	315,37	17,15%	587,35	31,94%	385,55	20,96%	-46,60
Formação Campestre	1047,14	56,97%	783,77	42,62%	672,67	36,59%	484,93	26,37%	-53,71
Agropecuária	61,28	3,33%	642,79	34,95%	546,14	29,7%	739,41	40,24%	1.108,40
Corpos de Água	1,01	0,05%	0,436	0,05%	0,885	0,05%	2,38	0,12%	140
Cicatriz de Fogo	19,83	1,07%	95,42	5,18%	30,72	1,67%	225,5	12,26%	1.045,79
Urbanização	0,9	0,05%	0,93	0,05%	0,95	0,05%	0,95	0,05%	0
<b>Total</b>	<b>1.838,72</b>	<b>100%</b>	<b>1.838,72</b>	<b>100%</b>	<b>1.838,72</b>	<b>100%</b>	<b>1.838,72</b>	<b>100%</b>	-

**Organização: Pedro Matheus R S Mendes, 2023.**

De maneira geral, podemos observar a evolução, entre 1990 e 2022, onde a Formação Florestal ocupava 38,53% em 1990 e passa para 20,96% em 2022, apresentando uma diminuição de 46,60%; a Formação Campestre ocupava 56,97% em 1990 e passa para 26,37% em 2022, apresentando uma diminuição de 53,71%; a Agropecuária ocupava 3,33% em 1990 da área e passa para 40,24%, apresentando um aumento de 1.108,40%.

Os Corpos D' Água ocupavam 0,05% da área e passam para 0,12% em 2022, apresentando um aumento de 140%; as Cicatrizes de Fogo ocupavam 1,07% da área e passam para 12,26% em 2022, apresentando um aumento de 1.045,79% e a Urbanização ocupava 0,05% da área, mantendo sua ocupação de área.

Figura 5. Uso e Ocupação da Terra na Bacia Hidrográfica (1990, 2000, 2010, 2022)



Elaboração: Pedro Matheus R. S. Mendes (2022)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os resultados da pesquisa proporcionaram uma análise de significativas transformações ambientais que decorreram entre os anos de 1990 e 2022, do Uso e Ocupação da Terra, principalmente ligadas à expansão da agropecuária desenvolvida na bacia hidrográfica do rio Formiga.

Destaca-se ainda, que com o avanço da agropecuária, a vegetação de Cerrado foi reduzida, principalmente as Formações Floresta e Campestre, ou seja, a vegetação nativa da área de estudo.

Também, pode-se destacar a importância do uso das técnicas de Geoprocessamento, como o Sensoriamento Remoto, para analisar as transformações ambientais e de Uso e Ocupação da Terra, servindo de ferramenta no planejamento e gestão ambiental da bacia hidrográfica do rio Formiga.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, P. O. Sensoriamento Remoto aplicado na análise das transformações ambientais do município de Araguaçu - Tocantins: ênfase nos aspectos de Uso e Ocupação da Terra. Porto Nacional – TO: Relatório Final de PIVIC. UFT, 2022.

CAMPOS, S.; JÚNIOR, A. A.; BARROS, Z. X.; CARDOSO, L. G.; PIROLI, E. L. Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao uso da terra em microbacias hidrográficas, Botucatu- SP. *Engenharia Agrícola*, 2004, 24: 431-435. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/5141>, acesso em 10/09/2023.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise morfométrica de bacias hidrográficas. Campinas – SP: NOTÍCIA GEOMORFOLÓGICA, (18), 1969, p. 35-64.



CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial. São Paulo – SP: Edgard Blücher, 1980.

DAINESE, R. C. Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicado ao estudo temporal do uso da terra e na comparação entre classificação não supervisionada e análise visual. 2001. 186 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônômicas, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90651>, acesso em 10/09/2023

LEITE, E. F. Caracterização, diagnóstico e zoneamento ambiental: o exemplo da Bacia Hidrográfica do Rio Formiga - TO. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. 228 f

LEITE, E. F.; Determinação e caracterização de unidades de paisagem natural na Bacia Hidrográfica do Rio Formiga - TO a partir de técnicas de geoprocessamento, INPE, Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013. Society of America Bulletin, v.63, n.10, p.1117-1142, 1952.

STRAHLER, A. N. Hypsometric (area-altitude) – analysis of erosion al topography. Geological

ROSA, Roberto; BRITO, Jorge Luis Silva. Introdução ao geoprocessamento. UFU: Apostila. Uberlândia, 2013.

GOMES, C. S. IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. *Cadernos do Leste*, [S. l.], v. 19, n. 19, 2019. DOI: 10.29327/248949.19.19-4. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13160>. Acesso em: 3 abr. 2024.



#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

## Sobre os organizadores

### **THIAGO NILTON ALVES PEREIRA**

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2007), mestrado (2010) em Ciências Biológicas, área de concentração em Zoologia pela Universidade Estadual de São Paulo "Julio de Mesquita Filho", câmpus Botucatu (2010) e doutorado (2014) em Ciências, área de concentração em Biologia Comparada pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Zoologia, com ênfase em sistemática e taxonomia de grupos recentes, com ênfase em peixes, além de estudos comparativos da anatomia do Sistema Nervoso Central. Atualmente, é Professor Adjunto III do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Tocantins e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. Atualmente é Diretor de Pesquisa junto à PROPESQ na UFT.

### **RUHENA KELBER ABRÃO**

Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Educação Física e do Doutorado em Educação na Amazônia. Coordena o Centro de Formação, Extensão, Inovação e Pesquisa em Educação, Lazer e Saúde (CEPELS) e atua como Presidente da Editora Universitária da UFT (EdUFT). Possui 12 anos de experiência na Educação Básica antes de ingressar no Ensino Superior em 2008. Atua nas áreas de docência e gestão com foco na Educação e Saúde e Lazer.

### **JOSÉ DE OLIVEIRA MELO NETO**

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins no campus de Gurupi vinculado ao curso de graduação em Engenharia Florestal. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe, mestre e doutor em Recursos Hídricos em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras, Pós-doutor pela universidade Federal de Alfenas - Campus Poços de Caldas, atuando principalmente nos seguintes temas: modelagem hidrológica e ambiental, hidrometeorologia, hidrologia florestal, gestão de bacias hidrográficas, hidrossedimentologia, manejo de solo e uso de geotecnologias na área florestal. Atualmente também é coordenador institucional do PIBIC na UFT.

## HORIZONTES CIENTÍFICOS DA UFT: REFLEXÕES DO XX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

---

### VÂNIA DE PAULA NEVES

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), atuou no desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologia e processamentos de alimentos no laboratório da UNITINS, com vínculo de estágio. Realizou pesquisas de ensino e extensão na área de manejo e controle de plantas daninhas, relacionados ao herbicida glyphosate. Atualmente assessora técnica junto a Diretoria de Pesquisa.

### LÚCIA MORAES E SILVA

Estudante de Jornalismo na UFT. Presidente da Sagaz Jr (Empresa Júnior de Jornalismo). Estagiária na Editora da Universidade Federal do Tocantins.

### ANA JÚLIA CAMPOS VIEIRA

Estudante de Ciência da Computação na UFT. Diretora de Assuntos Estudantis do Centro Acadêmico de Ciência da Computação. Estagiária na Diretoria de Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins.

